

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	53
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	118
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	119
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	120
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	121
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	489.146.367.202
Preferenciais	0
Total	489.146.367.202
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	23.397.649	21.349.355
1.01	Ativo Circulante	7.031.699	5.450.204
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	62.609	456.015
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.288.643	1.369.973
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.288.643	1.369.973
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	2.288.643	1.369.973
1.01.03	Contas a Receber	2.237.078	2.295.917
1.01.03.01	Clientes	2.237.078	2.295.917
1.01.04	Estoques	64.188	56.238
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.188.757	737.018
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.188.757	737.018
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Recuperar	1.020.500	652.884
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	168.257	84.134
1.01.07	Despesas Antecipadas	19.912	22.381
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.170.512	512.662
1.01.08.03	Outros	1.170.512	512.662
1.01.08.03.01	Serviços prestados a receber	36.021	41.381
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos swap	0	78.204
1.01.08.03.03	Outros Créditos	522.183	334.716
1.01.08.03.04	Ativos financeiros do setor	612.308	58.361
1.02	Ativo Não Circulante	16.365.950	15.899.151
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.620.884	13.133.051
1.02.01.04	Contas a Receber	1.076.739	996.667
1.02.01.04.01	Clientes	1.076.739	996.667
1.02.01.07	Tributos Diferidos	914.487	422.492
1.02.01.07.02	Tributos Diferidos	914.487	422.492
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	11.629.658	11.713.892
1.02.01.10.03	Ativo Financeiro da Concessão	6.570.740	5.197.313
1.02.01.10.04	Tributos e Contribuições a Recuperar	3.825.470	4.420.018
1.02.01.10.05	Ativo de Contrato	344.593	983.368
1.02.01.10.06	Depósitos vinculados a litígios	222.726	237.921
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos swap	77.447	640.100
1.02.01.10.08	Ativos Financeiros do Setor	518.108	15.358
1.02.01.10.09	Ativo de Direito de Uso	70.167	99.814
1.02.01.10.10	Outros créditos	407	120.000
1.02.02	Investimentos	31.037	31.258
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	31.037	31.258
1.02.02.02.01	Participações Societárias	26.497	26.497
1.02.02.02.02	Bens de Renda	4.540	4.761
1.02.03	Imobilizado	278.420	275.532
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	192.756	167.362
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	85.664	108.170
1.02.04	Intangível	2.435.609	2.459.310
1.02.04.01	Intangíveis	2.435.609	2.459.310

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.298.498	2.304.671
1.02.04.01.02	Outros	137.111	154.639

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	23.397.649	21.349.355
2.01	Passivo Circulante	3.914.609	4.758.628
2.01.02	Fornecedores	1.608.341	1.566.516
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.608.341	1.566.516
2.01.03	Obrigações Fiscais	198.159	150.357
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	198.159	150.357
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	128	841
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições a Pagar	198.031	149.516
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	900.728	1.919.062
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	426.855	891.039
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	392.693	434.892
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	34.162	456.147
2.01.04.02	Debêntures	473.873	1.028.023
2.01.05	Outras Obrigações	1.207.381	1.122.693
2.01.05.02	Outros	1.207.381	1.122.693
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	65.276
2.01.05.02.04	Obrigações trabalhistas	85.238	81.965
2.01.05.02.05	Outros Débitos	700.053	633.823
2.01.05.02.08	Valores a serem restituídos a consumidores	0	296.239
2.01.05.02.09	Passivos financeiros do setor	390.793	0
2.01.05.02.11	Obrigações por Arrendamento	31.297	45.390
2.02	Passivo Não Circulante	12.308.164	10.953.184
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.175.186	6.635.984
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.999.794	2.405.659
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	619.821	1.049.960
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.379.973	1.355.699
2.02.01.02	Debêntures	5.175.392	4.230.325
2.02.02	Outras Obrigações	3.635.493	3.676.621
2.02.02.02	Outros	3.635.493	3.676.621
2.02.02.02.03	Benefícios pós-emprego	5.327	5.327
2.02.02.02.04	Tributos e Contribuições a Pagar	190.821	191.773
2.02.02.02.05	Outros Débitos	32.856	39.427
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos swap	5.361	0
2.02.02.02.08	Valores a serem restituídos a consumidores	3.358.351	3.381.614
2.02.02.02.09	Obrigações por Arrendamento	42.777	58.480
2.02.04	Provisões	497.485	640.579
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	497.485	640.579
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	102.768	200.970
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	93.564	98.384
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	249.154	290.006
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	51.999	51.219
2.03	Patrimônio Líquido	7.174.876	5.637.543
2.03.01	Capital Social Realizado	5.486.365	4.146.365
2.03.02	Reservas de Capital	7.277	7.277
2.03.02.07	Reservas de Capital	7.277	7.277

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03.04	Reservas de Lucros	1.584.539	1.584.539
2.03.04.01	Reserva Legal	215.844	215.844
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.094.772	1.094.772
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	273.923	273.923
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	197.333	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-100.638	-100.638

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.561.086	9.840.579	2.859.089	7.942.439
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.036.124	-8.607.911	-2.363.341	-6.737.319
3.03	Resultado Bruto	524.962	1.232.668	495.748	1.205.120
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-426.007	-996.688	-248.758	-942.184
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-384.035	-950.067	-236.820	-921.519
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	86	24.076	101	145
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-42.058	-70.697	-12.039	-20.810
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	98.955	235.980	246.990	262.936
3.06	Resultado Financeiro	-339.336	-745.288	-115.619	-225.637
3.06.01	Receitas Financeiras	258.214	175.292	104.627	857.381
3.06.02	Despesas Financeiras	-597.550	-920.580	-220.246	-1.083.018
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-240.381	-509.308	131.371	37.299
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	614.839	706.641	-44.636	-2.185
3.08.01	Corrente	352.238	214.646	-20.105	-603.937
3.08.02	Diferido	262.601	491.995	-24.531	601.752
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	374.458	197.333	86.735	35.114
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	374.458	197.333	86.735	35.114
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00078	0,00041	0,00022	0,00009
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00078	0,00041	0,00022	0,00009

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	374.458	197.333	86.735	35.114
4.03	Resultado Abrangente do Período	374.458	197.333	86.735	35.114

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	12.618	1.343.661
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	196.060	645.549
6.01.01.01	Lucro líquido (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-509.308	37.299
6.01.01.02	Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	518.205	519.477
6.01.01.03	Depreciação e amortização	413.435	402.497
6.01.01.05	Perda na venda ou baixa de Intangível / Imobilizado	59.773	22.910
6.01.01.06	Perdas cambiais de atividades financeiras	411.731	591.637
6.01.01.07	Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e depósitos judiciais	172.239	154.286
6.01.01.08	Ajuste a valor presente	-349	-425
6.01.01.09	Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	441.126	370.693
6.01.01.11	Juros sobre obrigações de arrendamentos	4.745	5.150
6.01.01.12	Valor justo do ativo indenizável da concessão	-383.900	-71.912
6.01.01.13	Variação swap	-30.727	-711.513
6.01.01.14	Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	-891.400	-650.041
6.01.01.15	Efeito dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS	-9.510	-24.509
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-183.442	698.112
6.01.02.01	Títulos e valores mobiliários	-45.561	99.340
6.01.02.02	Consumidores, concessionárias e permissionárias	-539.089	-668.038
6.01.02.03	Tributos, contribuições e impostos líquido	468.509	176.464
6.01.02.04	Ativos e passivos financeiros do setor	-148.700	1.492.077
6.01.02.05	Estoques	-7.950	-2.161
6.01.02.06	Serviços prestados a receber	5.360	-3.087
6.01.02.07	Despesas pagas antecipadamente	2.469	3.924
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	2.568	3.646
6.01.02.09	Encargos regulatórios	38.942	-9.620
6.01.02.10	Outros ativos	-67.874	-39.319
6.01.02.11	Fornecedores	24.111	-37.472
6.01.02.12	Obrigações trabalhistas	3.273	21.126
6.01.02.15	Provisões	-302.706	-183.457
6.01.02.17	Outros passivos	20.717	62.548
6.01.02.18	Juros pagos	-314.456	-247.225
6.01.02.20	Instrumentos financeiros swap	676.945	29.366
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.608.199	-2.036.297
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-55	-14.441
6.02.03	Aquisições de bens do ativo intangível	-735.035	-592.276
6.02.04	Resgate de aplicações financeiras	6.924.771	1.515.543
6.02.05	Aplicação financeira	-7.797.880	-2.945.123
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.202.175	259.113
6.03.01	Dividendos pagos	-65.276	0
6.03.02	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	3.439.370	1.964.612
6.03.03	Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	-3.472.642	-1.674.036
6.03.06	Aumento de capital	1.340.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.03.07	Pagamento de obrigações por arrendamento	-39.277	-31.463
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-393.406	-433.523
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	456.015	554.416
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	62.609	120.893

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.146.365	7.277	1.584.539	0	-100.638	5.637.543
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.146.365	7.277	1.584.539	0	-100.638	5.637.543
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.340.000	0	0	0	0	1.340.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.340.000	0	0	0	0	1.340.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	197.333	0	197.333
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	197.333	0	197.333
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.486.365	7.277	1.584.539	197.333	-100.638	7.174.876

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.146.365	7.277	1.101.044	0	-97.122	5.157.564
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.146.365	7.277	1.101.044	0	-97.122	5.157.564
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	273.923	0	0	273.923
5.04.10	Dividendos não distribuídos	0	0	273.923	0	0	273.923
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.114	0	35.114
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.114	0	35.114
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.146.365	7.277	1.374.967	35.114	-97.122	5.466.601

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	15.385.429	12.494.894
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.231.443	12.443.552
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	672.191	570.819
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-518.205	-519.477
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.260.966	-6.246.721
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-7.252.808	-5.427.261
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.008.158	-819.460
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.124.463	6.248.173
7.04	Retenções	-413.435	-402.497
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-413.435	-402.497
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.711.028	5.845.676
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	175.292	857.381
7.06.02	Receitas Financeiras	175.292	857.381
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.886.320	6.703.057
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.886.320	6.703.057
7.08.01	Pessoal	264.140	293.383
7.08.01.01	Remuneração Direta	162.544	184.428
7.08.01.02	Benefícios	79.604	77.306
7.08.01.03	F.G.T.S.	20.642	23.744
7.08.01.04	Outros	1.350	7.905
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.433.784	5.158.995
7.08.02.01	Federais	1.792.220	2.048.491
7.08.02.02	Estaduais	3.630.295	3.082.609
7.08.02.03	Municipais	11.269	27.895
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	991.063	1.215.565
7.08.03.01	Juros	916.853	1.098.951
7.08.03.02	Aluguéis	74.210	116.614
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	197.333	35.114
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	197.333	35.114

Comentário do Desempenho



RELEASE DE
RESULTADOS

3T21

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021

Comentário do Desempenho

Webcast de Resultados

12 de novembro de 2021 | 14h00 (BRT)

Zoom ID: [841 6263 8279](https://light.zoom.us/j/84162638279)

DESTAQUES

3T21



A arrecadação em setembro/21 (12 meses) atingiu **96,2%**, com o avanço das ações para melhora do indicador desde janeiro/21



Ações para **melhoria do faturamento e arrecadação** com bons resultados. Reduzimos em 24,2% os **clientes não lidos** nos últimos 9 meses. Implementamos o **parcelamento de dívidas via cartão de crédito**, que recebeu a adesão de +11 mil clientes em 2,5 meses



A **perda total sobre a carga fio** (12 meses) **encerrou o 3T21 em 26,67%**, uma redução de 0,17 p.p. em relação ao 2T21



Light entre as **duas melhores distribuidoras do país em qualidade de fornecimento** (DECI e FECi).



Redução do PMS em 24,5% (R\$ 48,1 milhões) em relação ao 3T20



Posição robusta de caixa e alongamento do perfil da dívida com aumento do **prazo médio** para **3,8 anos** (vs. 2,1 anos em dezembro/20)



Estratégia de hedge da Geradora mitigou a **exposição ao risco hidrológico** no trimestre com apenas 4MW de exposição

LIGT
B3 LISTED NM

IBRX100 B3

IEE B3

ISE B3

ICO2 B3

DESTAQUES OPERACIONAIS

3T21



A revisão e a adoção de novos processos comerciais têm contribuído para a redução de reclamações. Em setembro/21, a FER¹ foi a **mais baixa de todos os tempos. Todos os principais ofensores foram reduzidos:** erro de leitura, faturamento estimado, cadastro, restrição de acesso e reclamações em geral.



Em 2021, contabilizamos **34% menos faturas com erros de leitura**, o que assegura o correto faturamento e reduz o número de reclamações.



Em setembro/21, apenas **4,64% dos clientes da Light ficaram sem consumo medido**. No acumulado do ano, reduzimos o volume de clientes não lidos em 42% em comparação a 2020.

Nota: 1) Frequência Equivalente de Reclamações



Reformulação dos terminais de autoatendimento e app, com interfaces mais amigáveis aos usuários e com novos serviços disponíveis.



Mais de 3,7 milhões de atendimentos via WhatsApp (chatbot) desde o lançamento da nova versão em junho/21, totalmente automatizada e com diversos serviços disponíveis. Somos a distribuidora que oferece **mais funcionalidades de atendimento via WhatsApp**.



Comentário do Desempenho

Mensagem do Presidente

Foco na Execução

Nesse trimestre, intensificamos ainda mais nossas ações de combate ao furto de energia, ampliando o número de normalizações e a substituição de medidores obsoletos por meio do programa de inspeções. Está em vigor uma nova diretriz no processo de faturamento da energia dos clientes normalizados para potencializar a arrecadação e trazer sustentabilidade ao processo. Passamos a considerar o perfil e a realidade econômica dos clientes, permitindo que permaneçam no mercado formal e assim integrando a base de clientes da distribuidora de forma permanente.

O indicador perda total sobre a carga fio no 3T21 foi de 26,67%, uma redução de 0,17 p.p em relação ao 2T21. Continuamos avançando com muita dedicação para a construção de um resultado sustentável nessa frente.

Como parte da estratégia de combate às perdas, vale destacar que, no 3T21, iniciamos o *rollout* do Programa Light nas Comunidades, implementado inicialmente como um projeto piloto no trimestre passado em 4 localidades. Um dos pilares desse programa é a reconstrução da relação da Companhia com as comunidades, compreendendo o problema pela ótica dos clientes e propondo ações que assegurem o sucesso do programa, que tem como objetivo o resgate da presença da Light nessas áreas.

As áreas onde se situam majoritariamente as comunidades e que recentemente foram nomeadas como Áreas de Tratamento Especial receberão tratamento diferenciado, até que a relação de confiança entre a Light e a comunidade seja reestabelecida.

As ações tradicionalmente empregadas para recuperação de energia em geral não estão adequadas às condições socioeconômicas dessas regiões e,



Nonato Castro
CEO | Light

Comentário do Desempenho

Mensagem do Presidente

consequentemente, não são eficazes, o que gera a necessidade de uma revisão das políticas de tratamento das comunidades.

A primeira iniciativa do programa foi a criação de uma gerência de relacionamento com as comunidades, vinculada à área de Relacionamento com Cliente, para que possamos buscar o equilíbrio entre os objetivos de combate às perdas e arrecadação e, ao mesmo tempo, usar toda a experiência de relacionamento já consolidada nos demais canais de atendimento da Companhia como, ouvidoria, agências, grandes clientes, poder público e redes sociais.

Um segundo passo foi a constituição de um grupo com mais de 200 líderes comunitários, para representar os interesses da população em cada comunidade. Esse grupo está participando de vários *workshops* com lideranças da Light.

A terceira etapa, por sua vez, consistiu na realização de reuniões de *benchmarking* com outras empresas que atuam em áreas de

comunidade, pertencentes aos setores de distribuição de energia, saneamento e bancário, inclusive de outros países.

Concluídas essas etapas, foram definidas as diretrizes de atuação:

1. Adequação da conta à capacidade de pagamento do cliente
2. Uso preferencial de mão obra local
3. Avaliação das questões pela perspectiva da comunidade
4. Construção da cidadania
5. Sustentabilidade

“...estamos construindo um ciclo virtuoso, que envolve a sustentabilidade da concessão, a cidadania, a geração de emprego e renda, a perspectiva da comunidade, a comunicação e o envolvimento de toda a organização.”

No total serão 18 iniciativas estruturantes, escaláveis para todo o universo de clientes que temos nas Áreas de Tratamento Especial.

Importante ressaltar que, com o objetivo de melhorar a capacidade de pagamento do cliente de forma imediata e prática, o programa também prevê a aplicação de desconto tarifário fundamentado em Resolução Normativa da ANEEL.

No início de novembro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro aprovou a redução da alíquota de ICMS sobre o consumo de energia elétrica para clientes residenciais que estejam enquadrados no Programa Especial de Tarifas Diferenciadas da ANEEL.

Desta forma, estamos construindo um ciclo virtuoso, que envolve a sustentabilidade da concessão, a cidadania, a geração de emprego e renda, a perspectiva da comunidade, a comunicação e o envolvimento de toda a organização.

Comentário do Desempenho

Mensagem do Presidente

Permanecemos também investindo na qualidade do fornecimento com resultados cada vez mais satisfatórios. Os indicadores de DECI e FECI, permanecem bem abaixo dos limites estabelecidos pela ANEEL no contrato de concessão, sendo que, neste trimestre alcançamos os melhores DECI e FECI em 20 anos.

Os bons índices alcançados são resultado da execução do plano de investimentos plurianual e das ações de modernização das redes e subestações, além da centralização dos centros de operação e o direcionamento assertivo das ações de manutenção.

Na geração, podemos destacar o cenário hidrológico desafiador que se apresentou no terceiro trimestre. A escassez hídrica elevou significativamente o PLD, que esteve no teto durante todo o trimestre e o GSF, por sua vez, atingiu valores historicamente baixos.

A gestão prudente do *hedge* hidrológico ao longo de todo o 1º semestre de 2021 produziu importantes efeitos para a

proteção do resultado econômico da Light Energia, garantindo a robustez necessária para o enfrentamento do período mais crítico da crise hídrica.

Na frente de gestão da dívida vale ressaltar que concluímos importantes captações nesse trimestre, o que nos permitiu uma melhora do perfil da dívida e o alongamento do prazo médio de 3,3 anos para 3,8 anos. É importante lembrar que a Companhia permanece com seu caixa robusto para fazer frente a todas as suas obrigações.

No pilar de sustentabilidade, cabe destacar que a experiência do *management* na temática ESG tem contribuído para o aperfeiçoamento da discussão interna do tema e um maior engajamento de toda a Companhia. Nesse trimestre, demos início à revisão da nossa matriz de materialidade e, também, criamos o Comitê ESG operacional, o qual vem acompanhando mensalmente a evolução de metas ESG que compõem a remuneração variável da diretoria, bem como, dos executivos e responsáveis técnicos pelos temas. Essas

metas são relacionadas à diversidade, resíduos e reflorestamento.

Não poderia deixar de comentar que estamos avançando na implantação do Modelo de Gestão para nos ajudar a traçar e percorrer a melhor rota, vencendo os desafios do nosso dia a dia. Ter a excelência nos nossos processos é um grande diferencial competitivo para que a Light reaja proativamente às mudanças, com resultados positivos e conectada aos interesses de todos os *stakeholders*.

Seguimos, portanto, passo a passo, construindo a Light do futuro, com pilares sólidos e foco no resultado sustentável, permitindo assim seu contínuo crescimento.



Comentário do Desempenho

Consolidado

Light S.A.

Desempenho Financeiro

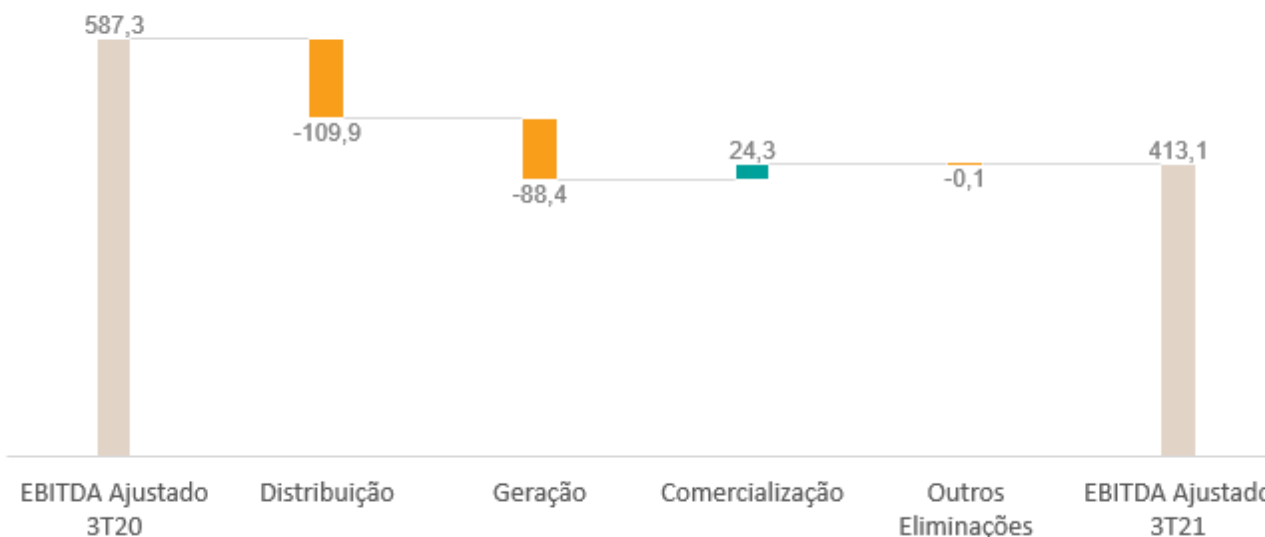
O **EBITDA Ajustado consolidado** encerrou o 3T21 em **R\$413,1 milhões**, 29,6% abaixo do 3T20, (R\$587,3 milhões). **Desconsiderando a PECLD não-recorrente** reconhecida na Distribuidora, o EBITDA Ajustado teria sido de **R\$453,6 milhões**.

O **EBITDA Ajustado** da **Distribuidora**, no 3T21, foi de **R\$283,2 milhões**, uma redução de R\$ 109,9 milhões em relação ao 3T20 (R\$ 393,1 milhões), devido principalmente ao aumento na PECLD e nas contingências judiciais, parcialmente compensado pela redução do PMS. **Excluindo o efeito da PECLD não-recorrente** reconhecida nesse trimestre, o **EBITDA Ajustado** teria atingido **R\$323,7 milhões**.

Na **Geradora**, o **EBITDA Ajustado** foi de **R\$101,6 milhões** no 3T21, uma redução de 46,5% em relação ao apresentado no 3T20

EBITDA ajustado - contribuição por segmento

3T20 / 3T21 - R\$MM



(R\$190,0 milhões). Essa redução ocorreu em função da deterioração do cenário hidrológico ao longo do ano, que levou à redução do GSF e ao aumento do PLD, aumentando os custos com compra de energia. Embora nesse cenário desafiador, a Geradora mitigou esses impactos por meio de uma estratégia ativa e antecipada de *hedge* hidrológico, que assegurou a cobertura de 97% da exposição de curto prazo.

Pelo lado da **Comercializadora**, o **EBITDA Ajustado** foi de **R\$32,8 milhões** no 3T21 vs. R\$8,5 milhões no 3T20, crescendo 284,1%, em virtude do maior resultado nas operações de compra e venda de energia. O preço médio de venda neste período foi 40,9% superior em relação ao praticado no 3T20. A alta do PLD, associada a maior atuação de produtos de curto prazo e intra-ano, contribuíram para o fortalecimento do EBITDA nesse trimestre.

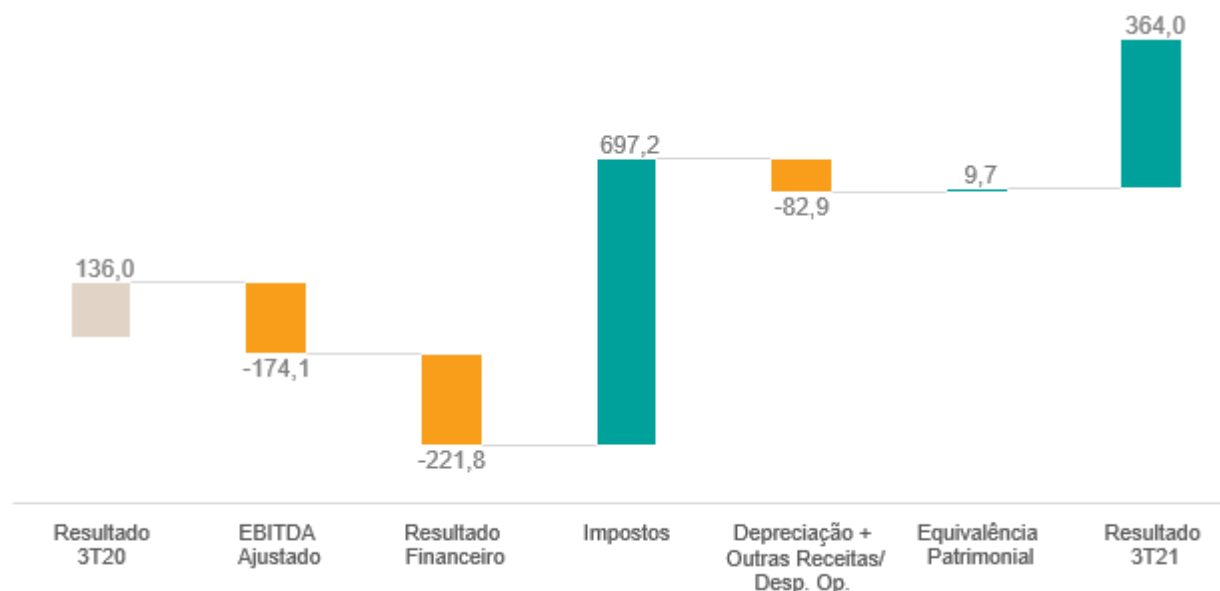


Comentário do Desempenho

A Companhia apresentou **lucro líquido de R\$364,0 milhões no 3T21**, em comparação ao lucro de R\$136,0 milhões no 3T20, decorrente dos resultados da Distribuidora e da Comercializadora, que registraram um lucro de R\$374,5 milhões e R\$22,5 milhões respectivamente no 3T21, contra um lucro de R\$86,7 milhões e R\$ 5,8 milhões registrados, respectivamente, no 3T20. O resultado da Distribuidora foi impactado pelo **reconhecimento de decisão do Superior Tribunal Federal (STF)**, no valor de R\$539,9 milhões, que prevê a não incidência do IRPJ/CSLL sobre a atualização pela Selic nos casos de restituição de tributos pagos a maior. O resultado negativo de R\$ 31,0 milhões da Geradora nesse trimestre comprometeu parcialmente o lucro da Companhia. A marcação a mercado dos *swaps* de dívidas (sem efeito caixa) e encargos da dívida comprometeram o resultado financeiro. Ao excluir os **efeitos da PECLD não-recorrente** reconhecida nesse trimestre na Distribuidora, o resultado consolidado teria sido de **R\$390,7 milhões**.

A **dívida líquida consolidada** no final do 3T21 era de **R\$7.097,6 milhões**, 13,6%

Resultado líquido consolidado | 3T20 / 3T21 - R\$MM



acima da posição registrada no 2T21, de R\$6.245 milhões.

Nesse trimestre, realizamos a 7ª emissão de debêntures da Geradora em duas séries, no valor total de R\$500 milhões, com vencimento em 2028 e remuneração final com *swap* de CDI + 1,20% a.a. A 1ª série, no valor de R\$400 milhões, foi classificada como título de dívida sustentável e contou com a acreditação do Bureau Veritas. Os recursos serão integralmente utilizados para

investimento em melhoria das UHEs Nilo Peçanha e Ilha dos Pombos.

A Distribuidora captou o montante de US\$40 milhões (R\$216,6 milhões) com o Citibank para o reforço de capital de giro. A operação tem vencimento em 2025 e possui *swap* até o final da dívida ao custo de CDI + 1,85% a.a.

Nesse trimestre, concluímos também o resgate total dos *Bonds* da Light SESA e da Light Energia, com vencimento em 2023,



Comentário do Desempenho

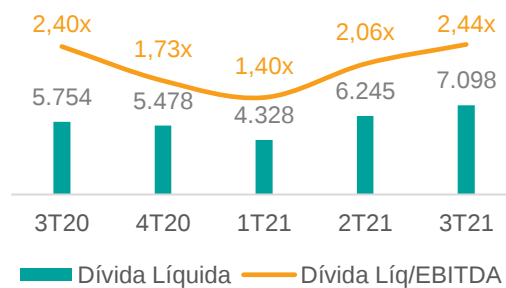
além de amortizarmos a totalidade do saldo devedor (incluindo juros) da dívida da Light SESA e da Light Energia com o Citibank, no valor de US\$160 milhões (R\$828,4 milhões), liquidando em conjunto o *hedge* atrelado a essa dívida. A conclusão dessas operações no 3T21 permitiu a **melhora do perfil da dívida** e o **alongamento do prazo médio** de 3,3 anos no 2T21 para **3,8 anos**.

Em novembro/21, foi concluída a 23ª emissão de debêntures da Light SESA em duas séries, totalizando R\$532 milhões: a 1a série, de R\$263,5 milhões, com vencimento em cinco anos e remuneração de CDI + 1,65% a.a.; e a 2a série, de R\$268,5 milhões, com vencimento em sete anos e remuneração de CDI + 1,95% a.a.

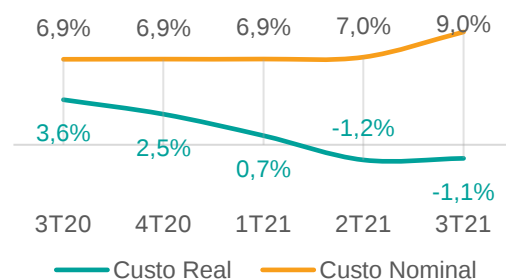
O **indicador de covenants Dívida Líquida/EBITDA**¹ encerrou o 3T21 em 2,44x, superior ao registrado no 2T21 (2,06x), porém abaixo do limite estabelecido para a maioria dos contratos de dívida, que é de 3,75x. Com relação ao **indicador EBITDA/Juros**, a Companhia encerrou o

3T21 no patamar de 5,32x, bem acima do limite contratual mínimo de 2,0x estabelecido para a maioria dos contratos de dívida.

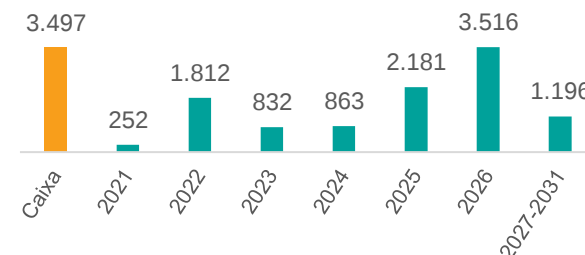
Dívida líquida consolidada | (R\$ milhões)



Custo da dívida |



Amortização dos empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$ milhões) | Prazo médio: 3,8 anos



Indexadores da dívida |



¹ O EBITDA para fins de *covenants* das dívidas é apurado de forma consolidada e exclui efeitos não-caixa, tais como

Equivalência Patrimonial, Provisões, VNR e Outras Receitas/Despesas Operacionais.



Comentário do Desempenho

Investimentos

Investimento Consolidado (R\$MM)	3T21	3T20	Variação 3T21/3T20	9M21	9M20	Variação 9M21/9M20
Ativos Elétricos (Distribuição)	275,2	210,4	30,8%	685,3	543,9	26,0%
Engenharia	152,5	110,2	38,4%	390,1	315,0	23,8%
Comercial	122,7	100,2	22,5%	295,3	228,8	29,0%
Ativos Não Elétricos	42,4	22,8	86,2%	99,5	58,7	69,7%
Geração (Light Energia & Lajes)	48,2	20,2	138,4%	94,4	38,0	148,1%
Total	365,8	253,4	44,4%	879,3	640,6	37,3%
Aportes	1,4	0,7	107,0%	2,9	0,7	308,6%
Total do Investimento (incluindo aportes)	367,2	254,0	44,5%	882,1	641,3	37,6%

No 3T21, o **Capex total consolidado** foi 44,5% superior ao realizado no 3T20, em linha com o planejamento da Companhia.

Na **Distribuição** destacam-se os investimentos ligados à manutenção corretiva da operação e expansão da rede, que foram responsáveis pelo aumento de 38,4% na rubrica Engenharia. Na linha Comercial, o aumento de 22,5% no 3T21 é decorrente da intensificação das atividades de normalização de clientes irregulares e de corte e religa de inadimplentes. Na **Geração**, a recuperação do vertedouro da UHE Ilha dos Pombos e a construção do Túnel by-pass no Complexo de

Lajes representaram R\$26,9 milhões dos investimentos do período e R\$48,2 milhões no acumulado do ano. Desde o início desses projetos já foram investidos R\$89,9 milhões. Dentre os demais desembolsos, ressaltamos a reforma e a modernização de equipamentos e sistemas da UHE Nilo Peçanha e das elevatórias de Vigário e Santa Cecília, que totalizaram R\$13,4 milhões.

Ainda no 3T21, a Light registrou um aumento de R\$19,6 milhões na linha de **Ativos não Elétricos**, concentrados na área de TI, relacionados à atualização de sistemas e infraestrutura de tecnologia (R\$17,1 milhões).



Comentário do Desempenho

Distribuição

Light Serviços de Eletricidade S.A.

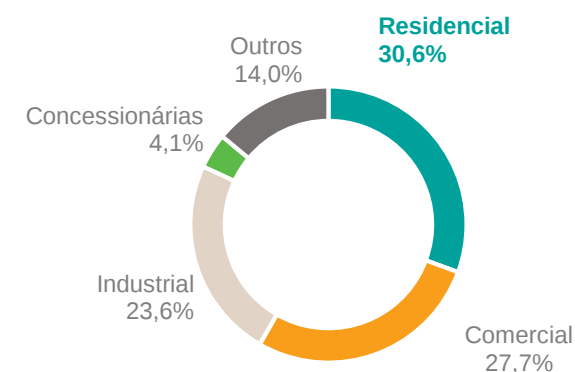
Desempenho Operacional

| Mercado faturado [GWh] |

Classe	3T20				3T21				Var. Total (%)	Var. Total Cativo + Livre (%)
	Cativo	Livre	Concessionárias	Total	Cativo	Livre	Concessionárias	Total		
Residencial	1.861	-	-	1.861	1.746	-	-	1.746	-6,2%	-6,2%
Comercial	1.029	546	-	1.575	946	634	-	1.580	0,3%	0,3%
Industrial	116	1.142	-	1.258	97	1.250	-	1.347	7,0%	7,0%
Outros	770	104	-	874	695	102	-	797	-8,9%	-8,9%
Concessionárias	-	-	450	450	-	-	235	235	-47,7%	-
Total	3.776	1.792	450	6.018	3.484	1.985	235	5.704	-5,2%	-1,8%

O **mercado total de energia** no 3T21 foi de **5.704 GWh**, 314 GWh inferior ao 3T20 **(-5,2%)**. O consumo dos clientes cativos atingiu 3.484 GWh, uma redução de 7,7%, e o consumo dos clientes livres foi de 1.985 GWh, um aumento de 10,8%. No 3T21, o número de contratos ativos atingiu 4,343 milhões, alta de 0,3% no trimestre quando comparado com o mesmo período em 2020, decorrente de campanha comercial.

Observamos no 3T21 uma redução de 214 GWh no consumo das Concessionárias, o qual representa apenas a energia transportada pela nossa rede e que será consumida em outras concessões que fazem fronteira com a da Light SESA. Analisando o mercado total de energia sem as Concessionárias, verifica-se uma retração de 99 GWh **(-1,8%)** entre o 3T21 e o 3T20.

| Mercado de Energia |
3T21

| Temperatura Média [°C] |

21,6°C
média no 3T21

X

23,2°C
média no 3T20

24,6°C (média últimos 4 anos)



Comentário do Desempenho

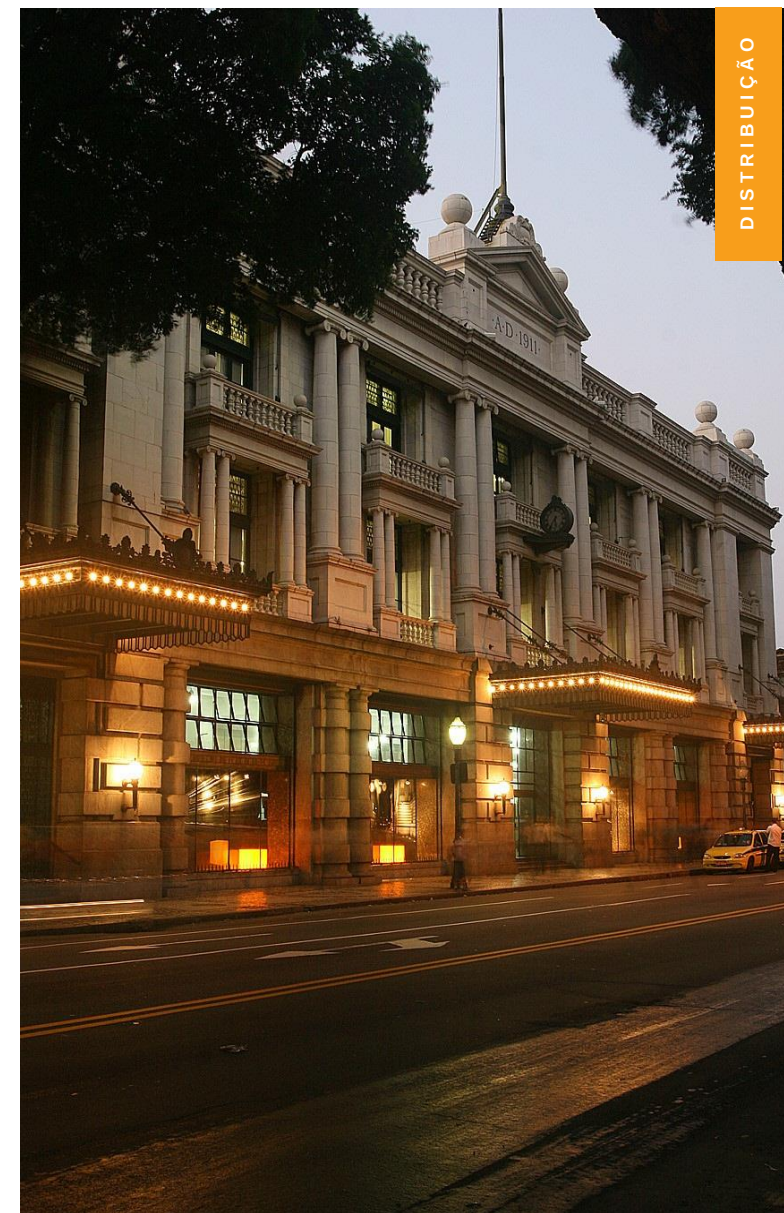
A **classe Residencial** apresentou um volume de 1.746 GWh no 3T21, uma redução de 6,2% em relação ao mesmo trimestre de 2020. Essa redução decorre principalmente da menor temperatura (-1,6°C) conforme a tabela acima ou -7% no período. Observa-se, no entanto, que o consumo registrado nessa classe no trimestre é superior àquele do 3T19 (1.700 GWh), quando, inclusive, se registrou uma temperatura média mais elevada (22,0°C).

A **classe Comercial**, incluindo clientes cativos e livres, registrou um **aumento de 0,3%** na comparação com o 3T20, impulsionada principalmente pelo aumento no consumo de condomínios e postos de combustíveis. O consumo dos clientes de menor porte ainda não ganhou tração devido à retomada mais lenta da economia na área de concessão.

O **mercado Industrial** registrou **crescimento de 7,0%** no 3T21 em relação ao 3T20, seguindo a boa performance dos últimos trimestres, impulsionado por clientes do setor siderúrgico, o qual passa por ciclo de alta demanda.

As **Concessionárias** no 3T21 tiveram uma **retração de 47,7%** na comparação anual. Esse resultado é consequência do menor consumo pelas concessionárias que fazem fronteira com a concessão da Light SESA, motivado, em geral, pela menor temperatura no período. Adicionalmente, uma dessas concessionárias passou a ter sua carga atendida, no trimestre, por uma usina termelétrica cuja operação comercial foi iniciada em agosto/21 e desde então despachada pelo ONS.

O **mercado livre** finalizou o terceiro trimestre de 2021 representando 34,8% do mercado total da distribuidora. A migração de clientes cativos para o mercado livre é neutra para a margem da Companhia, uma vez que a energia continua sendo transportada pela concessionária, que é remunerada pela TUSD. No 3T21, tivemos um aumento de 50 clientes livres em comparação a junho/21, encerrando o período com um total de **1.436 clientes**.





Comentário do Desempenho

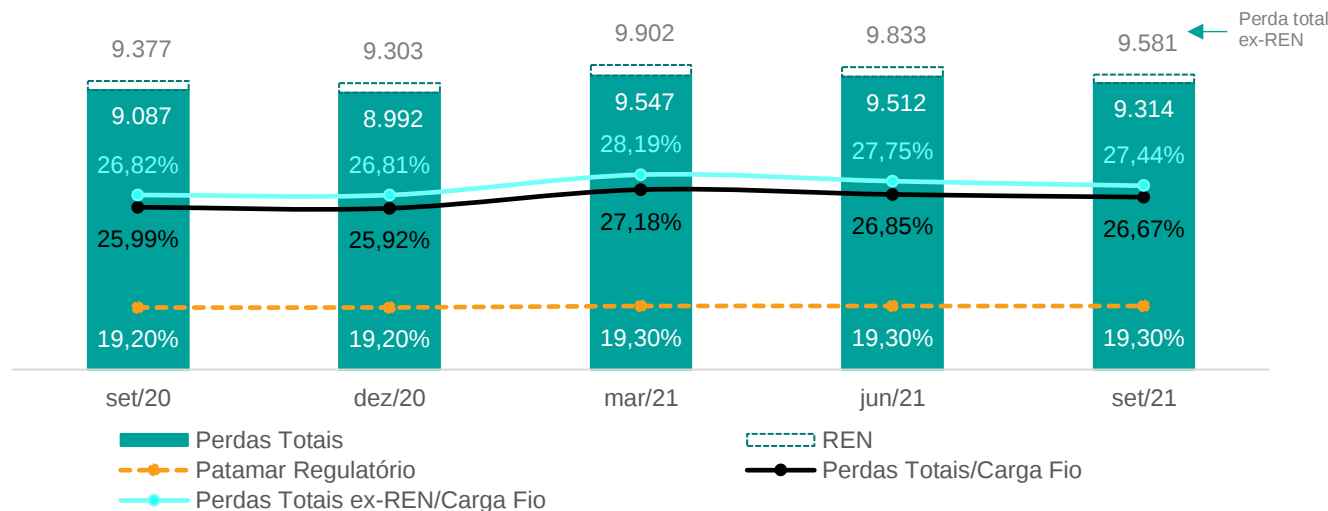
Combate às Perdas

No 3T21, pelo segundo trimestre consecutivo, registramos **queda de 198 GWh** nas perdas totais (12 meses). As perdas totais ex-REN (12 meses) acompanharam essa tendência, sendo 252 GWh menor em relação ao 2T21.

O indicador de perda total sobre a carga fio encerrou o 3T21 em **26,67%**, um **decréscimo de 0,17 p.p.** em relação ao 2T21. Importante destacar o impacto da redução do consumo da classe Concessionárias desde julho/20, quando parte da carga de uma delas migrou para rede básica. Esse efeito isolado e não gerenciável pela Light SESA, que impactou em 0,60 p.p. na perda total sobre a carga fio, traria o resultado no 3T21 para 26,07% caso não tivesse ocorrido.

A Companhia está 7,37 p.p. acima do percentual de repasse regulatório na tarifa, de 19,30%, conforme parâmetros definidos pela ANEEL na Revisão Tarifária (RTP) de março/17, ajustados pelo mercado de referência homologado pelo Regulador na ocasião do reajuste tarifário (IRT) de março/21.

Evolução das Perdas Totais [GWh] | 12 meses



As atividades do **plano de redução de perdas**, revisado no início do ano, seguem apresentando maior eficiência nas ações recorrentes de recuperação de energia. Em relação ao trimestre anterior desse ano, tivemos um aumento de 29.245 (+46%) regularizações devido ao programa de inspeções e potencializamos a ação de substituição de medidores obsoletos, que representou mais de 8,7 mil (+88%) unidades trocadas.

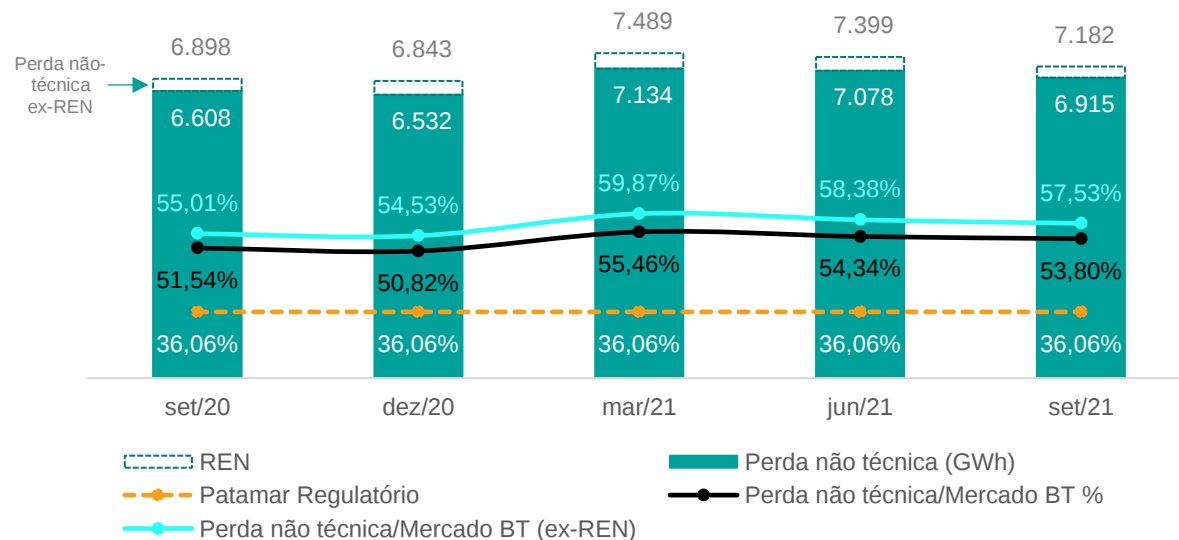
Quando observamos o indicador **Perda não-técnica/Mercado de Baixa Tensão (12 meses)**, de **53,80%**, podemos verificar a **redução de 0,54 p.p.** na comparação com o 2T21. Essa variação é decorrente da redução das perdas não-técnicas em 163 GWh, apesar da redução do Mercado BT em 173 GWh.



Comentário do Desempenho

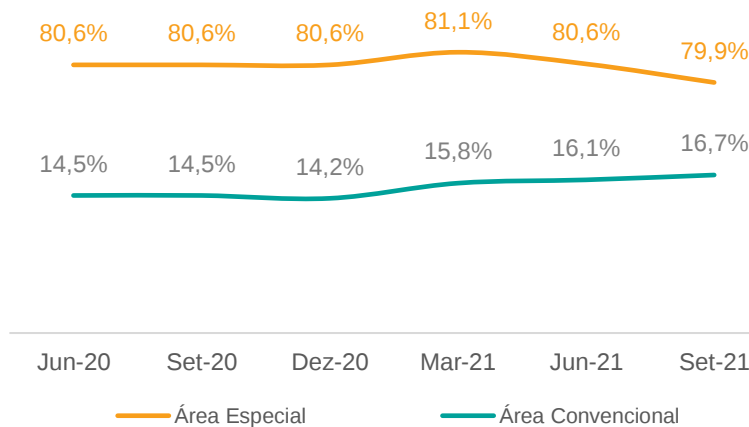
Evolução da perda não-técnica/mercado BT |

12 meses



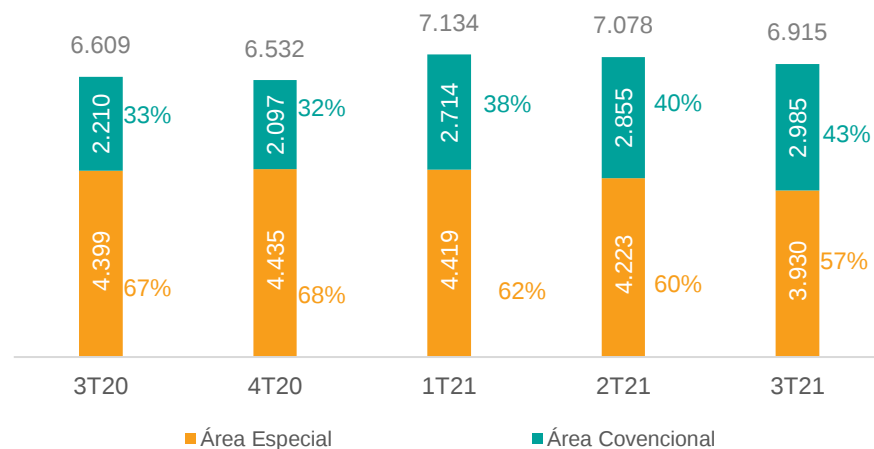
Perdas Totais / Carga Fio |

12 meses



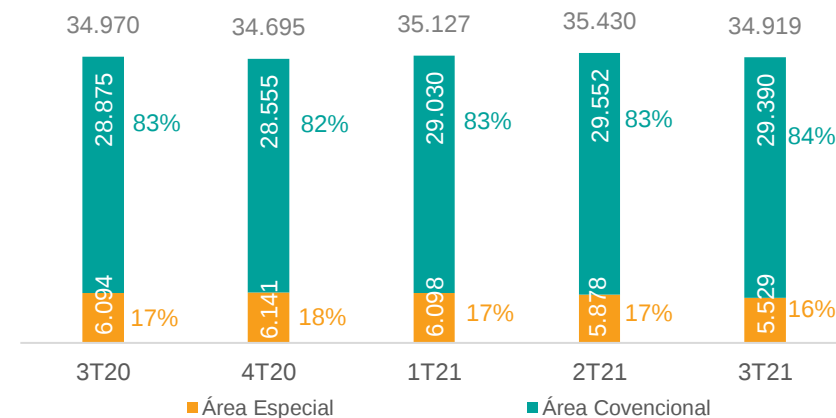
Perda não-técnica [GWh] |

12 meses



Carga Fio [GWh] |

12 meses





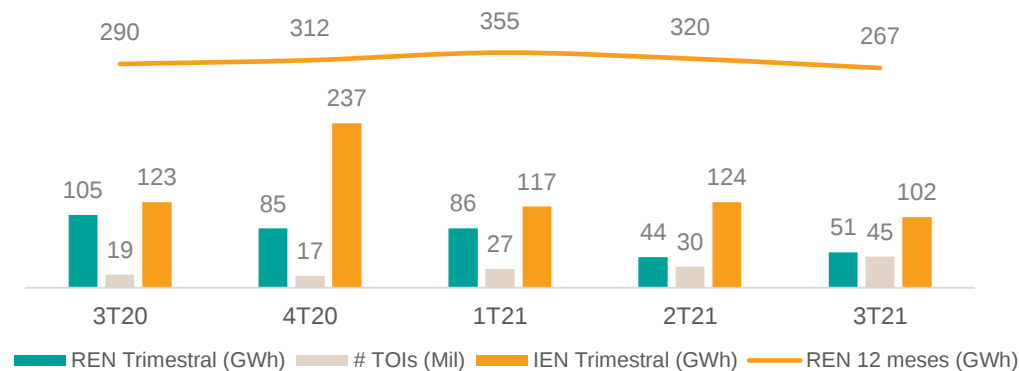
Comentário do Desempenho

O crescimento das perdas na Área Convencional pode ser atribuído, principalmente, a dois fatores. No 1T21, migramos algumas regiões antes classificadas como Área Especial para Convencional, devido à reaproximação com seus clientes. Essas regiões, no entanto, possuem perdas mais elevadas. O segundo fator se refere à suspensão de clientes religados no início de 2020 e localizados na Área Convencional, o que acabou impactando o faturamento nessa área e, consequentemente, o indicador de perdas. Adicionalmente, a dinâmica de temperaturas mais brandas do 3T21 contribuiu positivamente para a redução da carga e, por extensão, das perdas na Área Especial, dada a sua característica de consumo ineficiente.

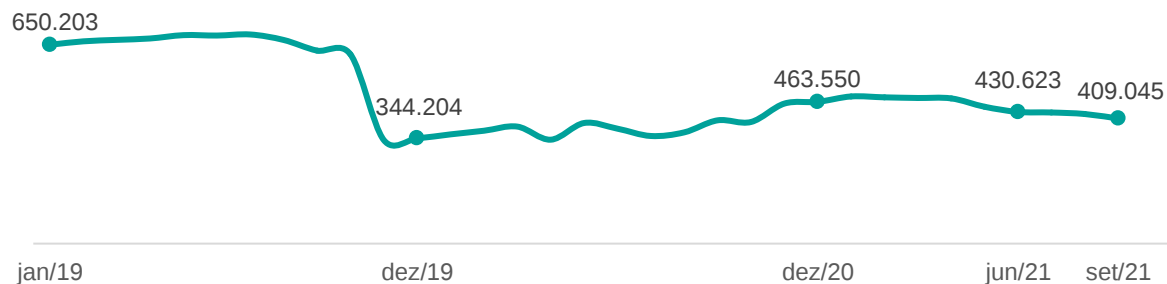
A **Incorporação de Energia (IEN, 12 meses)** no 3T21 foi 21 GWh menor em relação ao 3T20. Porém, sem os efeitos da iniciativa do estoque de cortados realizada em 2020, teria sido 43 GWh maior do que no 3T20, ou 35% superior.

Como mencionado na divulgação de resultados do 1T21, a iniciativa do estoque de

Evolução da IEN trimestral e REN trimestral [12 Meses, GWh] e da quantidade de TOIs [mil]



Estoque de clientes cortados [até set/21]



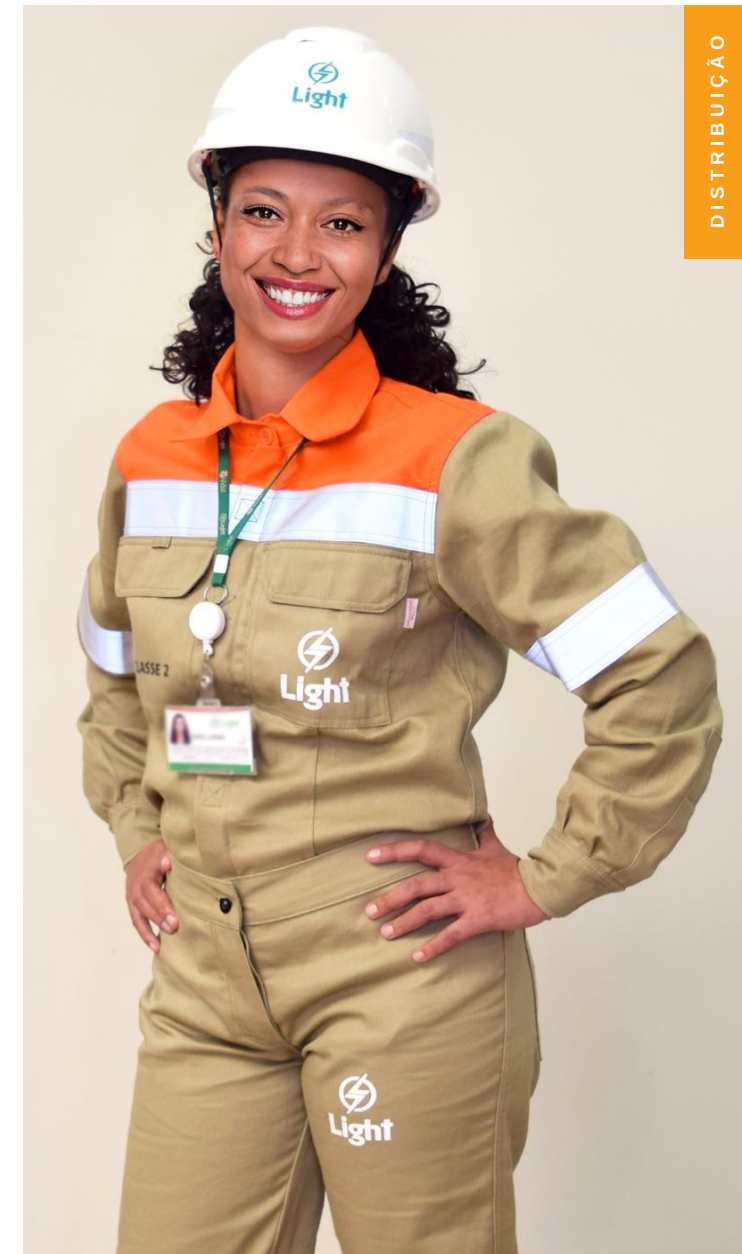


Comentário do Desempenho

cortados permanece em 2021, porém sofreu uma revisão em sua estratégia, visando à melhoria do perfil de arrecadação, levando a um menor volume de regularização de clientes comparado ao ano anterior.

Mesmo com a redução de 76% nas ações de normalização do estoque de cortados, o aprimoramento das diretrizes dessa alavanca tem mostrado resultado e o volume de clientes da base de cortados continuou caindo no 3T21.

A **Recuperação de Energia (REN, 12 meses)** apresentou redução de 16,8% no trimestre em relação ao 2T21, atingindo 267 GWh. Desde abril/21, foi adotada uma nova diretriz no processo de faturamento da REN para potencializar a arrecadação e trazer mais sustentabilidade ao processo. Foi criada uma matriz de atuação, visando adequar o período de cobrança ao perfil e à realidade econômica dos clientes. Essa iniciativa visa aumentar a arrecadação dessas faturas juntamente com os consumos mensais, permitindo que os clientes permaneçam no mercado formal e incrementem o mercado faturado da Companhia de forma sustentável.





Comentário do Desempenho

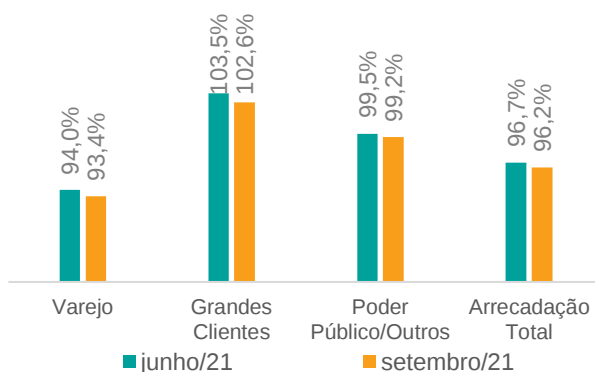
Arrecadação

A **arrecadação total** (12 meses) em setembro/21 alcançou **96,2%, 0,5 p.p. menor que junho/21** (96,7%) e 1,3 p.p. maior em relação a setembro/20 (94,9%).

O indicador foi impactado, principalmente, pelo **maior faturamento** no mês de setembro decorrente da **maior temperatura** e do início da **bandeira tarifária de Escassez Hídrica**, o qual não foi arrecadado totalmente no próprio mês. Parte significativa do faturamento de setembro tem o seu vencimento para o mês subsequente (4T21).

| Taxa de arrecadação por segmento |

12 meses [considera parcelas vencidas de REN]



Seguimos com as melhorias dos processos de arrecadação, destacando-se o aumento no **volume de cortes, negociações, ações administrativas**, implantação de **URA cognitiva** para cobrança, **pagamento através de cartão** de débito, crédito no vencimento e crédito em até 24 meses. Em outubro/21, passamos a oferecer o PIX como mais uma modalidade de pagamento.

O indicador **PECLD sobre Receita Operacional Bruta (12 meses)** encerrado em setembro/21 foi de **3,5%, 0,3 p.p. maior** em relação ao 2T21.

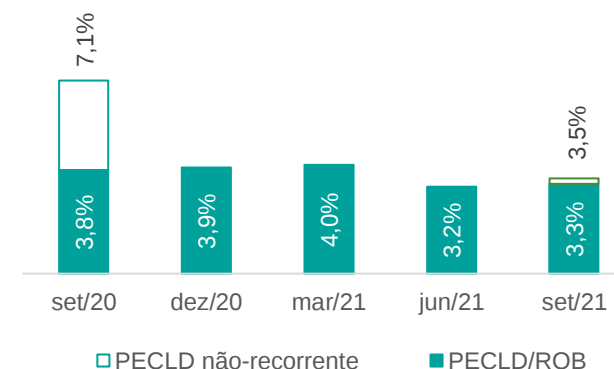
A **PECLD do trimestre foi de R\$245,8 milhões**, 41,8% acima daquela registrada no 3T20, no valor de R\$173,3 milhões. Na comparação anual, a PECLD ficou em linha (R\$518,2 milhões nos 9M21 contra R\$519,5 milhões nos 9M20).

O valor do 3T21 foi impactado pelo **reconhecimento de provisão não-recorrente**, referente a uma parcela do contas a receber de cliente em processo de recuperação judicial, no valor de R\$40,5 milhões. Excluindo esse efeito, a **PECLD do**

trimestre teria sido de R\$205,3 milhões e o indicador **PECLD/ROB de 3,3%.**

| PECLD/ROB |

12 meses





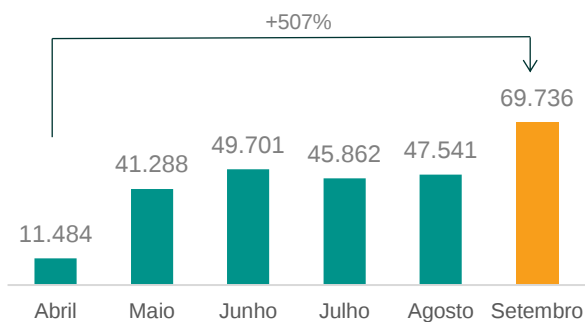
Comentário do Desempenho

Alavancas Operacionais de combate à inadimplência

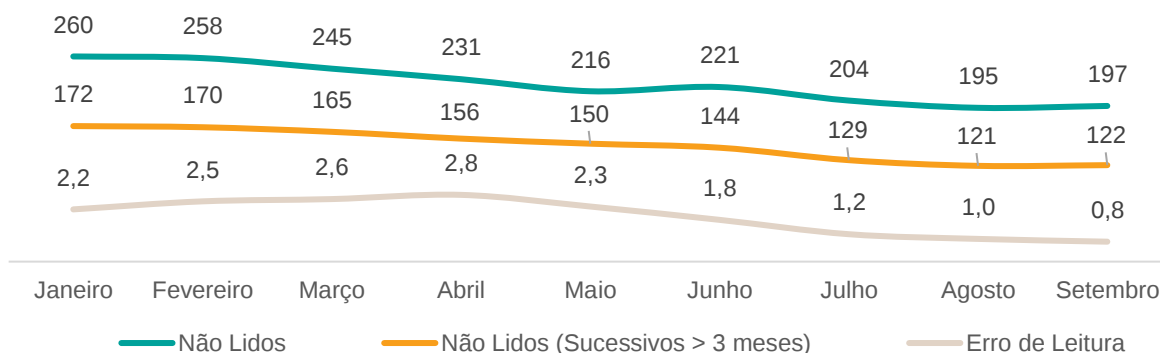
A Pandemia da Covid-19 agravou a situação econômica do estado do Rio de Janeiro, trazendo para a Companhia um desafio ainda maior no **combate à inadimplência** na sua área de concessão.

Durante todo este período a Light intensificou suas ações de cobrança, tais como **envio de SMS, e-mail, WhatsApp**, negativação das dívidas nos órgãos de proteção ao crédito, protesto em cartório, além da suspensão do fornecimento de energia. Também foi **implementada a cobrança via URA cognitiva**, ferramenta que tem sido potencializada e trazendo bons resultados.

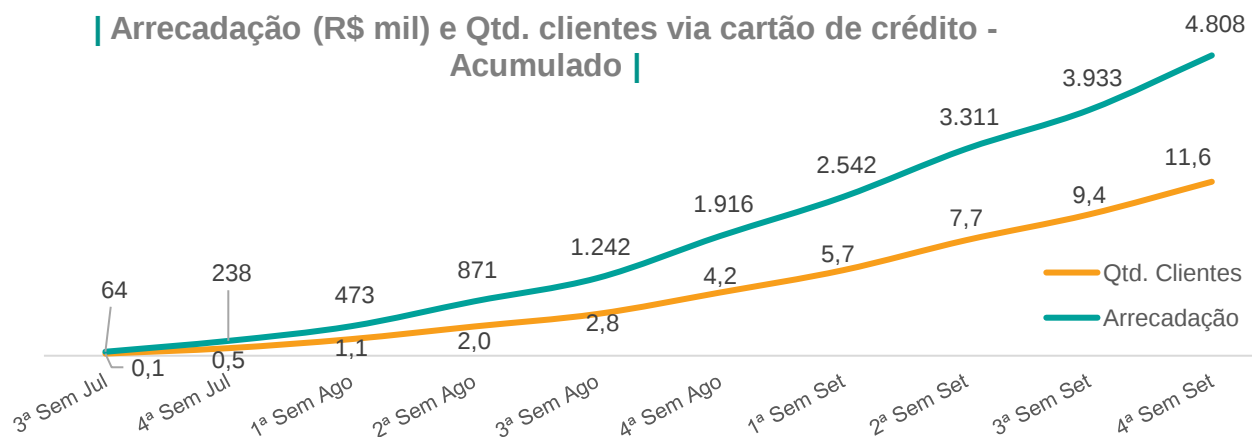
Quant. contatos URA cognitiva



Indicadores Operacionais do Faturamento (Mil Clientes)



Arrecadação (R\$ mil) e Qtd. clientes via cartão de crédito - Acumulado



Todas essas iniciativas têm contribuído para o aperfeiçoamento do processo de faturamento e arrecadação. Os números de não lidos e de erros de leitura estão em trajetória contínua de queda desde janeiro/21, tendo atingido seu menor patamar em

setembro/21. Como resultado de um processo mais eficiente e criterioso do faturamento, é possível observar uma arrecadação em constante crescimento desde o início do ano, além de um incremento contínuo da base de clientes. Ainda durante o



Comentário do Desempenho

3T21, a **Light implantou o pagamento via cartão de crédito**, viabilizando a quitação da dívida integral do cliente em até 24 parcelas.

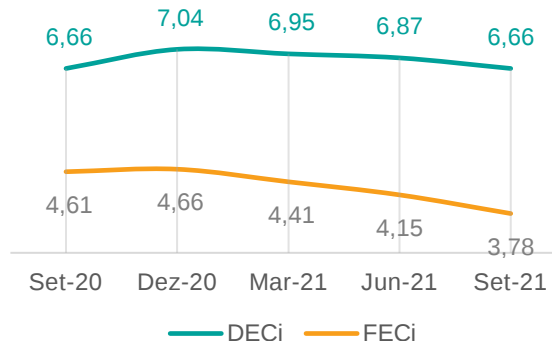
Atualmente, todas as equipes de cobrança estão de posse de maquinetas de cartão e capacitadas a oferecer essa opção no ato da visita ao cliente. **Mais de onze mil clientes já aderiram a essa nova modalidade de pagamento.**

A Light ainda oferece a possibilidade de **pagamento das faturas através do uso do PIX** com o **QR Code**, disponível em todas as faturas emitidas a partir de outubro, além de **carteira digital (PicPay) com programa de recompensas via cashback.**

Qualidade Operacional²

A despeito dos desafios da pandemia, a Light registrou mais uma vez resultados históricos. Esse desempenho é consequência, principalmente, da continuidade da execução do plano de investimentos plurianual e das ações de modernização das redes e

| DECI [horas] e FECi [vezes] | 12 meses



subestações, associado às melhorias operacionais contínuas, como a centralização dos centros de operação e o direcionamento mais assertivo das ações de manutenção.

A Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora – **DECI (12 meses)** no 3T21 foi de **6,66 horas**, uma redução de 3,1% (-0,21h) se comparado a junho/21.

A Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora – **FECi (12 meses)** no 3T21 foi de **3,78x**, ou 8,9% menor (-0,37x) se comparado a

junho/21. O DECI e o FECi atingiram os melhores resultados nos últimos 20 anos.

No 3T21, tanto **o DECI quanto o FECi performaram abaixo dos limites estabelecidos pela ANEEL no contrato de concessão.** O indicador DECI encerrou o trimestre em 17% (-1,36h) abaixo do limite de 8,02 horas e o FECi em 27% (-1,37x) abaixo do limite de 5,15x.

*A Light continua com excelentes resultados operacionais, sendo a 2ª melhor distribuidora do país em termos de DECI e FECi**

*Fonte: Companhia com base em dados da Aneel. Distribuidoras com mais de 1 milhão de clientes.

² Os índices de DEC e FEC apresentados foram recalculados de acordo com decisão da ANEEL.



Comentário do Desempenho

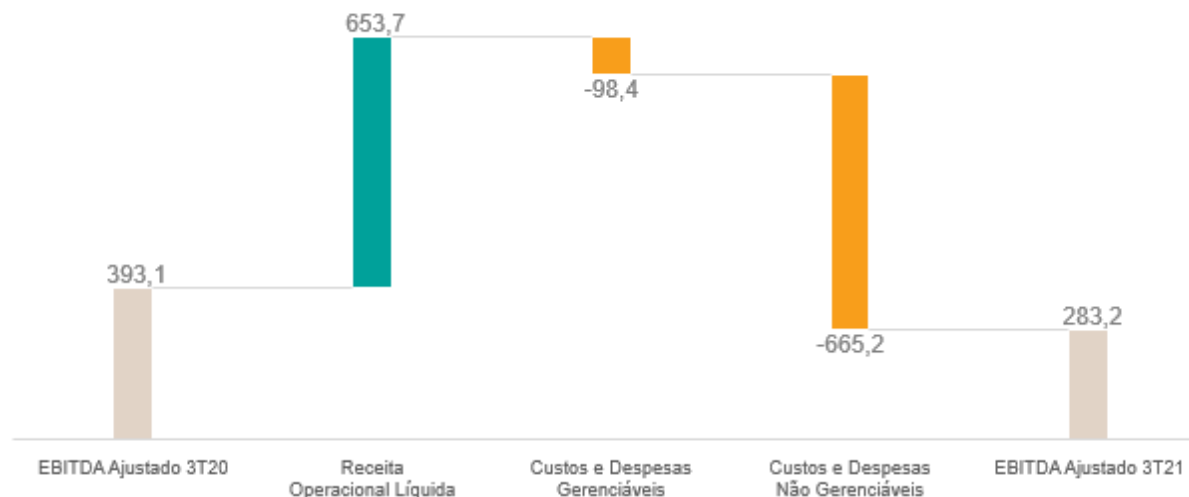
Desempenho Financeiro

O **EBITDA Ajustado da Distribuidora**, no 3T21 foi de R\$283,2 milhões, sendo 27,9% menor do que o registrado no 3T20. Esse resultado foi devido ao aumento da PECLD e contingências judiciais, parcialmente compensado pela redução do PMS. **Desconsiderando a PECLD não-recorrente** constituída nesse trimestre, conforme explicado na seção Arrecadação, o **EBITDA Ajustado teria sido de R\$323,7 milhões**.

A **receita operacional líquida** no 3T21, excluindo-se a receita de construção, foi de R\$3.282,7 milhões, 24,9% acima da registrada no 3T20, com os seguintes destaques:

A receita proveniente de Clientes Cativos e Livres finalizou o trimestre em R\$2.507,1 milhões, um acréscimo de 18,0% em relação ao 3T20, principalmente, pela entrada em vigor das bandeiras tarifárias em 2021, pelo reajuste tarifário ocorrido em março/21 (efeito médio de 6,75%) e, também, pelo avanço de 10,8% do mercado faturado dos Clientes Livres.

EBITDA Ajustado | 3T20 / 3T21 - R\$MM



A Energia não-faturada encerrou em R\$48,5 milhões, uma redução de R\$88,1 milhões em relação ao 3T20, em virtude da temperatura média do 3T21 ter sido 1,6°C menor.

A CVA em R\$534,9 milhões no 3T21, R\$270,4 milhões maior em relação ao 3T20, em razão, principalmente, do aumento das despesas com Risco Hidrológico, parcialmente mitigado pela venda das sobras contratuais no mercado de curto prazo, pela redução das despesas com rede

básica e pelo maior faturamento das bandeiras tarifárias.

O Valor Justo do Ativo Indenizável da Concessão (VNR) foi de R\$166,6 milhões no 3T21, vs. VNR de R\$69,1 milhões no 3T20, devido ao aumento do IPC-A verificado no período.

No 3T21, os **custos/despesas gerenciáveis** totalizaram R\$632,0 milhões, 27,6% acima do registrado no 3T20, devido a maior PECLD (incluindo a não-recorrente) e provisões para



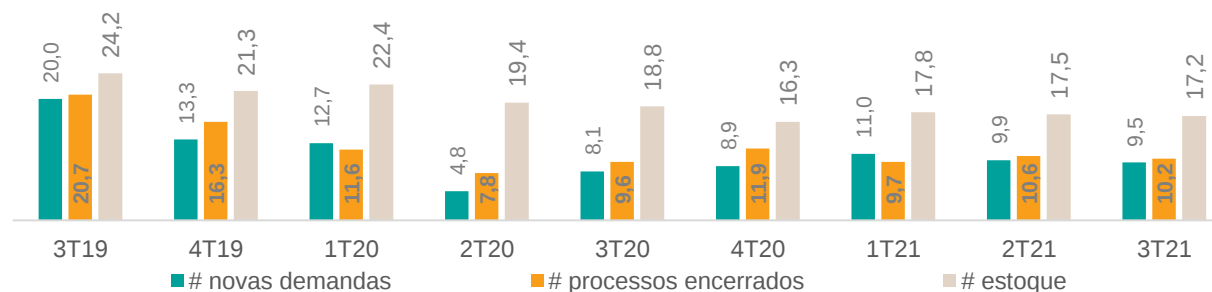
Comentário do Desempenho

contingências, embora o PMSO tenha reduzido.

A rubrica **PMSO** (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registrou queda de 24,5% (R\$48,1 milhões) em comparação ao 3T20. As menores **despesas com PMS** são consequência da maior capitalização resultante do investimento realizado no período, conforme previsto pelas práticas regulatórias e que irá compor a BRR da Companhia. Verificamos, também, uma redução de R\$9,3 milhões na linha de Serviços em função da melhoria da produtividade e aumento de eficiência em processos operacionais.

As **provisões/contingências** encerraram o 3T21 em R\$53,2 milhões. O valor do 3T20 ajustado pelo estorno de provisões cíveis e trabalhistas, que foram de R\$26,7 milhões e R\$33,2 milhões, respectivamente, teríamos um aumento de R\$14,2 milhões. Essa variação é decorrente, principalmente, da maior provisão para processos cíveis, justificado pelo envelhecimento do estoque de processos. As provisões do Juizado Especial Cível – JEC ficaram em linha devido

Judicialização - JEC [Mil]



à melhor gestão do estoque de processos, mesmo com o aumento de 17,8% de novas

demandas processuais, na comparação do 3T21 com o 3T20. O aumento de novas demandas reflete os impactos no Judiciário ocorridos em 2020 em função das medidas de restrição adotadas para contenção da Pandemia. Não obstante, seguimos observando uma tendência de redução do estoque de processos JEC, em especial quando comparado com 3T19 (-28,8%).

Os **custos e despesas não gerenciáveis** no 3T21 foram de R\$2.551,7 milhões, R\$665,2 milhões (35,3%) acima do registrado no mesmo período do ano anterior, decorrente do aumento de custos dos contratos de compra de energia da UTE Norte Fluminense

e de usinas com contratos por disponibilidade, bem como despesas com a CCEE.

A expressiva elevação da geração térmica no 3T21 contribuiu para maiores gastos com os contratos de energia de usinas por disponibilidade, os quais foram R\$494,2 milhões maiores do que no 3T20.

O reajuste da tarifa da UTE Norte Fluminense impactou os custos em R\$186,7 milhões. Além da alta do dólar no período do reajuste (novembro/20), tivemos também a elevação do IGP-M, ambos efeitos contribuindo para elevação da tarifa desta usina.

As despesas da CCEE aumentaram R\$217,2 milhões no 3T21 em relação ao 3T20. Dentre as principais variações destacamos:



Comentário do Desempenho

A expressiva elevação do PLD durante todo o 3T21 e a queda do GSF contribuíram para o aumento dos custos decorrentes dos riscos hidrológicos em R\$869,1 milhões.

O despacho de usinas térmicas mais caras e a importação de energia de países vizinhos pelo ONS, com o objetivo de garantir a segurança energética do abastecimento levou à elevação de R\$210,8 milhões nos Encargos de Serviço do Sistema (ESS).

A receita de venda de sobras contratuais no mercado *spot* (R\$671,1 milhões), devido à alta do PLD e à redução da carga, em conjunto com os créditos recebidos do excedente financeiro da conta do Encargo de Energia de Reserva (R\$168,0 milhões), contribuiu para atenuar a elevação total de despesas com a CCEE no 3T21.

O **resultado financeiro no 3T21** foi negativo em R\$339,3 milhões, comparado com R\$115,6 milhões negativos no 3T20, uma redução de R\$223,7 milhões. Essa variação é explicada pelos impactos que ocorreram nas linhas:

Resultado Financeiro [R\$ MM]	3T21	3T20	Variação 3T21/3T20	9M21	9M20	Variação 9M21/9M20
Receitas Financeiras	258,2	104,6	146,8%	175,3	857,4	-79,6%
Despesas Financeiras	(597,6)	(220,2)	171,3%	(920,6)	(1.083,0)	-15,0%
Total	(339,3)	(115,6)	193,5%	(745,3)	(225,6)	230,3%

Encargos da dívida (-R\$98,1 milhões), decorrente principalmente do aumento da taxa básica de juros.

Operações de *swap* e variação cambial (-R\$87,1 milhões), derivada da perda com a marcação a mercado das operações de *swap* de dívidas em moeda estrangeira em função da abertura da curva futura do CDI.

Variação monetária (-R\$64,8 milhões) devido ao maior IPC-A registrado no período (3,0% no 3T21 vs. 1,2% no 3T20).

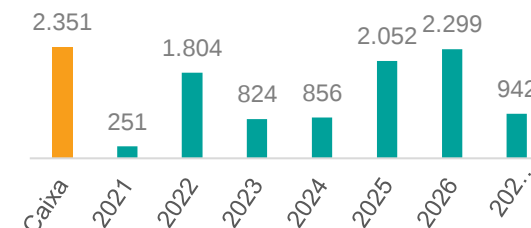
No ano, o resultado financeiro foi de R\$745,3 milhões negativos, vs. o resultado dos 9M20, de R\$225,6 milhões também negativos.

A Distribuidora obteve **lucro líquido de R\$374,5 milhões** no 3T21, contra R\$86,7 milhões reportado no 3T20. O resultado foi

impactado pelo **reconhecimento de decisão do STF** nesse trimestre, no valor de R\$539,9 milhões, que prevê a não incidência do IRPJ/CSLL sobre a atualização pela Selic nos casos de restituição de tributos pagos a maior.

Amortização [R\$MM]

Prazo médio: 3,6 anos



Indexadores de dívida





Comentário do Desempenho

Geração

Light Energia S.A.

Enfrentando a Crise Hídrica em 2021

Ao final do 2º trimestre, a Crise Hídrica se materializava a cada dia, indicando um **cenário muito severo para os geradores hidrelétricos** em face da perspectiva de níveis de GSF muito baixo se comparados à média histórica para os meses finais do período seco, que coincidem com o 3º trimestre do ano.

Essa realidade foi confirmada como se esperava. A **escassez hídrica elevou significativamente o PLD**, que esteve no teto do início do trimestre até 24 de setembro, e consequentemente, o **GSF atingiu valores historicamente baixos**.

Essa combinação de fatores é especialmente desafiadora para os geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, na medida em que a geração hidrelétrica é deslocada pela

geração térmica, despachada em grande parte fora da ordem de mérito (GFOM) para preservação e recuperação dos reservatórios. Todos esses eventos reunidos reduziram ainda mais o GSF e aumentaram a exposição dos geradores hidrelétricos ao mercado de curto prazo.

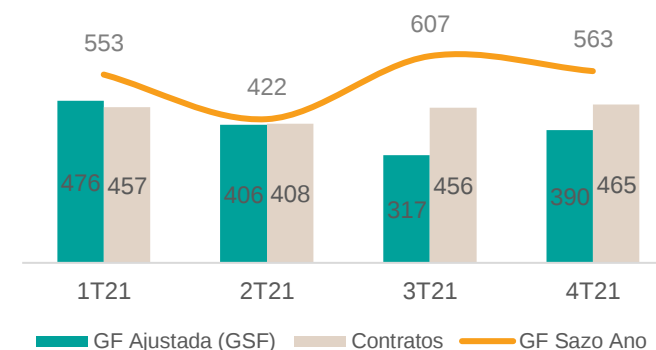
A Light Energia foi afetada por tal conjuntura, tendo no 3T21 uma energia alocada, após o ajuste do GSF, de apenas 317 MWm para fazer frente a 456 MWm de contratos de venda de energia.

A **gestão prudente do hedge hidrológico** realizado ao longo do 1º semestre de 2021, produziu **importantes efeitos para a proteção do resultado econômico**, garantindo a robustez necessária para o enfrentamento do período mais crítico da Crise Hídrica.

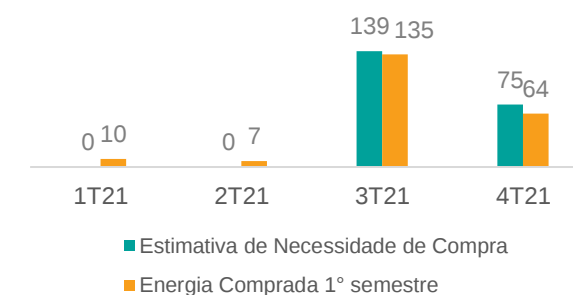
As projeções ao final do 2T21 indicavam que a Light Energia teria uma exposição ao mercado de 110 MWm, tendo adquirido naquele momento 123 MWm. Porém, o cenário foi mais restritivo, levando a exposição final para 139 MWm no 3T21. **A gestão ativa com foco na preservação do**

resultado da Geradora, levou a uma energia comprada previamente de 135 MWm, resultando numa exposição de apenas 4 MWm ao final do 3T21.

| Garantia Física [MWm] |



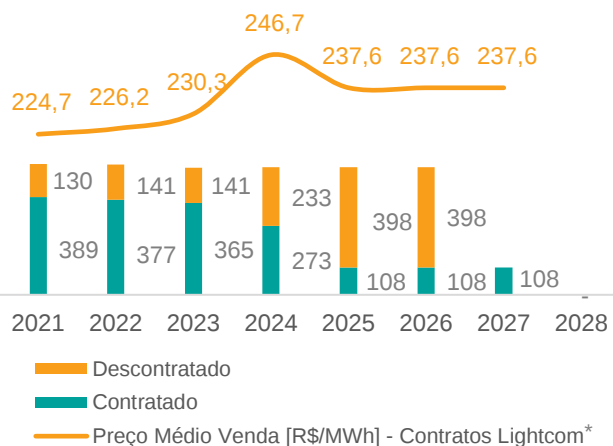
| Balanço de Energia [MWm] |





Comentário do Desempenho

| Volume Contratado de Energia [MWm] |



*Valores líquidos de impostos na data base de janeiro/21.

Durante os meses do 3T21, o PLD esteve praticamente no seu limite máximo (R\$583,88/MWh). Esse seria o preço de liquidação das exposições ao mercado de curto prazo – MCP, caso a Light Energia não tivesse agido preventivamente adotando uma postura conservadora frente às incertezas do mercado.

Dessa forma, **a Light Energia mitigou sua exposição com a aquisição de energia no mercado livre de forma antecipada e a**

preços inferiores ao PLD do 3T21 (R\$290/MWh).

Desempenho Operacional

A estratégia da Companhia para **gestão do balanço energético** se baseia na mitigação do risco hidrológico por meio de ações proativas na comercialização de energia. Essa estratégia combina as operações conjuntas da Geradora com a Comercializadora da Light, somando esforços para maximizar o resultado consolidado nas operações de compra e venda de energia. Com isso se busca proteger o resultado da Geradora em momentos de crise, como o verificado ao longo do 3º trimestre desse ano.

Como parte da estratégia da Geradora, deixamos **uma parcela relevante de sua Garantia Física não contratada**. Em 2021, 18,5% do total de energia estão alocados para essa finalidade. Essa parcela da energia não comercializada é utilizada para **mitigar os efeitos da sazonalização e das variações do GSF ao longo do ano**.

As medidas adotadas pela Light Energia foram determinantes para enfrentar o cenário adverso da Crise Hídrica **sem impactos relevantes para o seu desempenho econômico-financeiro**. A compra de energia a preços menores do que o PLD do período mostrou-se acertada para o enfrentamento do período mais crítico do ano. Face a estratégia adotada ao longo de 2021, o balanço energético da Companhia registrou sobras para o atendimento integral dos montantes vendidos no período. Em função da sazonalização dos contratos, foi possível a redução da alocação de venda de energia no 3T21 em 14,7% quando comparado aos volumes do 3T20. Na compra verificamos um aumento de 194,5%, principalmente no ACL, em função da compra de energia para enfrentar os impactos da Crise Hídrica.



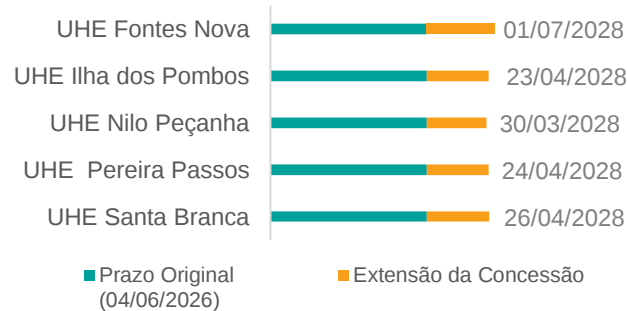
Comentário do Desempenho

Atualização do Acordo do GSF

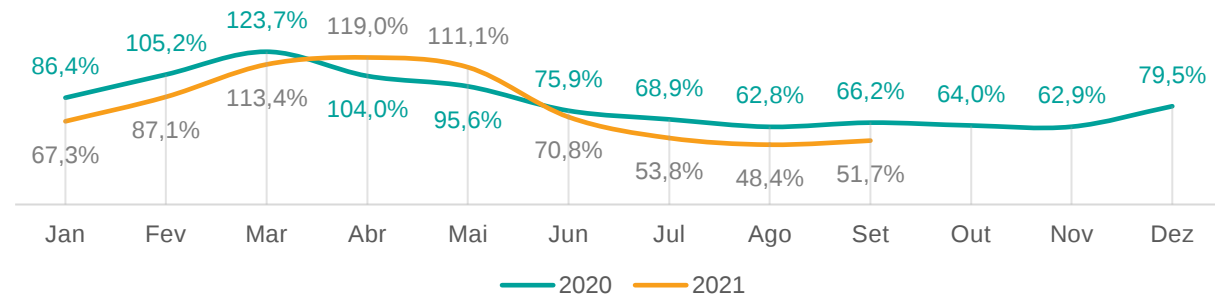
Em agosto/21, como parte do Acordo do GSF, a ANEEL homologou os prazos de extensão de concessão das usinas e estações elevatórias da Light Energia em aproximadamente 24 meses, conforme a expectativa da Companhia.

Em setembro/21, a Light Energia solicitou desistência e extinção de determinadas ações judiciais que a protegiam dos efeitos extraordinários do GSF e formalizou na Aneel o aceite dos novos prazos das concessões dos seus ativos.

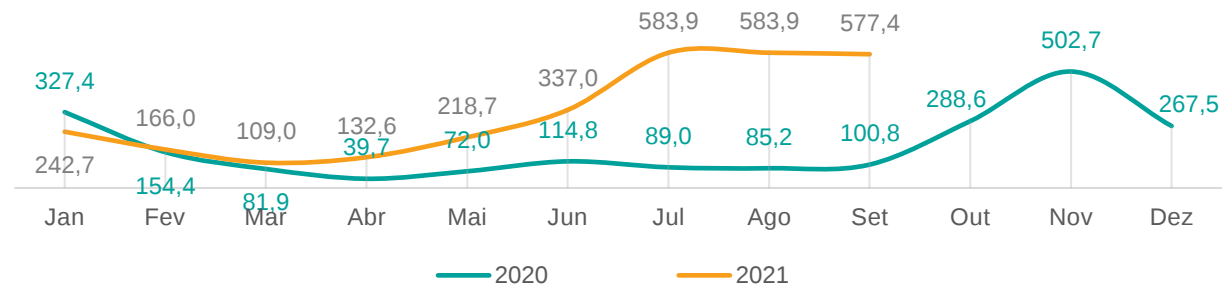
Novos prazos de concessões da Light Energia



GSF - Generation Scaling Factor



PLD Médio Mensal SE/CO [R\$/MWh]





Comentário do Desempenho

Desempenho Financeiro

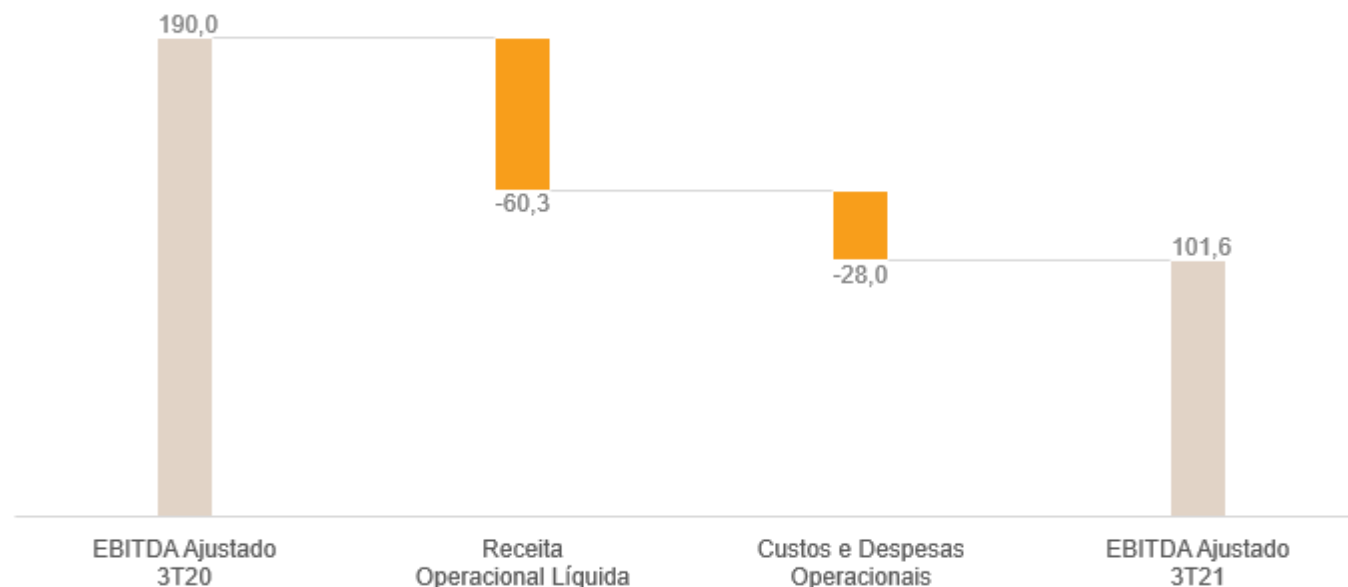
No 3T21, houve uma redução de 22,8% (R\$60,3 milhões) na **receita líquida** em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior devido, principalmente, à sazonalização dos contratos no 3T21, o que resultou numa alocação menor de energia quando comparado ao 3T20.

Os **custos e despesas operacionais** encerraram o 3T21 em R\$161,8 milhões vs. R\$88,9 milhões registrados no 3T20, um aumento de 81,9%, devido a maiores custos com a energia comprada, em virtude das ações de proteção da Crise Hídrica, compensando a necessidade de compra de energia devido ao baixo GSF do período.

As **despesas com PMS** apresentaram uma redução de R\$2,4 milhões em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, concentrada na linha de pessoal.

A **depreciação** aumentou R\$43,6 milhões em comparação com o 3T20 em virtude da regulamentação do GSF pela Aneel, cujos efeitos foram reconhecidos no 4T20.

| EBITDA ajustado | 3T20 / 3T21 - R\$MM



O **EBITDA Ajustado** foi de R\$101,6 milhões no 3T21, representando uma redução de 46,5% em relação ao 3T20. Essa variação é resultado da sazonalização dos contratos com menor venda de energia e da maior compra de energia para *hedge* hidrológico.



Comentário do Desempenho

No 3T21, o **resultado financeiro** foi negativo em R\$93,2 milhões em linha com o 3T20. As principais oscilações foram nas linhas de:

| Operações de swap e variação cambial, que apresentaram variação líquida de R\$51,1 milhões negativos, derivada da perda com a marcação a mercado das operações de swap de dívidas em moeda estrangeira pela abertura da curva futura do CDI.

| Os encargos da dívida foram impactados pelo aumento na taxa básica de juros, gerando um efeito negativo de R\$44,0 milhões.

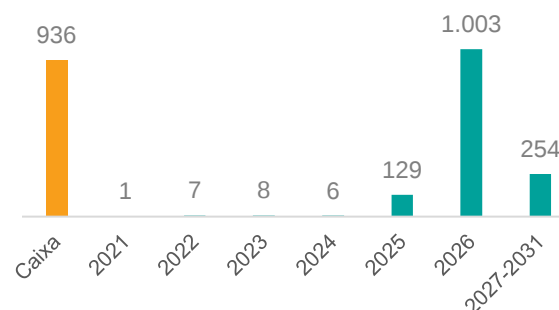
Tais resultados foram compensados parcialmente nesse trimestre pela ausência da atualização do GSF, cujo saldo passivo foi liquidado em abril/21, e pela maior remuneração de aplicações financeiras devido ao maior saldo de caixa e incremento de rentabilidade.

A Light Energia, excluindo sua participação em Guanhães, obteve um **prejuízo líquido** de R\$31,0 milhões no 3T21 frente a um lucro de R\$56,2 milhões no 3T20.

Resultado Financeiro [R\$ MM]	3T21	3T20	Variação 3T21/3T20	9M21	9M20	Variação 9M21/9M20
Receitas Financeiras	95,4	46,2	106,2%	23,9	434,6	-94,2%
Despesas Financeiras	(188,6)	(139,9)	34,8%	(278,5)	(547,4)	-48,9%
Total	(93,2)	(93,7)	-0,5%	(254,6)	(112,8)	125,8%

| Amortização [R\$MM] |

prazo médio: 3,1 anos



| Indexadores de dívida |





Comentário do Desempenho

Comercialização

Lightcom Comercializadora S.A.

Desempenho Operacional e Financeiro

O **volume comercializado** no 3T21 foi de 739 MWh, representando um aumento de 17,8% em relação ao 3T20 (627 MWh). Esse crescimento foi resultado de maiores negociações intra-ano com agentes de mercado (geradores e comercializadoras).

O **preço médio de venda** neste período foi de R\$248,8/MWh, representando um incremento de 40,9% em relação ao praticado no 3T20 (R\$176,6/MWh). A elevação dos preços de mercado e a maior atuação nas operações intra-ano contribuíram para esse aumento, bem como aos preços dos contratos de venda de longo prazo que compõem a carteira da Lightcom.

A Comercializadora registrou um **EBITDA Ajustado** de R\$32,8 milhões no 3T21 contra um EBITDA Ajustado de R\$8,5 milhões no

EBITDA ajustado | 3T20 / 3T21 - R\$MM

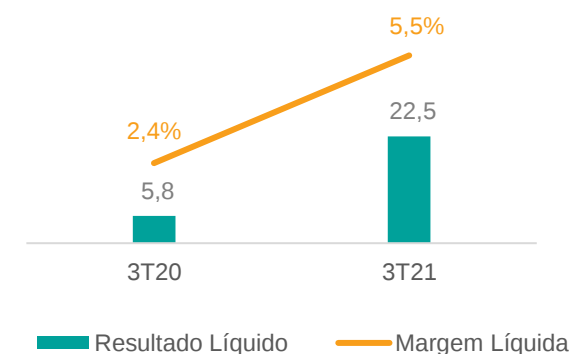


3T20 em virtude da maior receita com a revenda de energia.

O **resultado financeiro** da Lightcom apresentou uma variação positiva de R\$1,2 milhão na comparação com o 3T20, explicada pelo maior caixa e, também, pelo maior retorno das aplicações financeiras no comparativo entre os períodos.

O **lucro líquido** foi de R\$22,5 milhões, R\$16,7 milhões superior a 3T20.

Resultado Líquido [R\$M] e Margem Líquida [%] |





Comentário do Desempenho

Questões ambientais, sociais e de governança [ESG]

Desempenho no Trimestre

No 3T21, **avancamos no Plano de Ação ESG**, com destaque para a realização de workshops de engajamento sobre o tema com colaboradores da companhia e a definição do Índice de Maturidade ESG das empresas parceiras, com posterior *feedback* e sugestão de boas práticas.

Nesse trimestre foi definido que a **Matriz de Materialidade** será atualizada e aperfeiçoada considerando não só o cenário atual e as demandas de nossos *stakeholders* como também incorporando novos filtros de análise. O Comitê ESG+, responsável por acompanhar e propor melhorias na agenda de sustentabilidade, aprovou a metodologia proposta e irá acompanhar o processo por meio de reuniões de trabalho.

A Matriz de Materialidade irá apresentar os temas mais relevantes para a sustentabilidade, sob a ótica da companhia e

de nossos *stakeholders*, que serão utilizados como base para os nossos relatos e para a definição da estratégia da Light para os próximos anos.

Foi criado o **Comitê ESG operacional**, que acompanha mensalmente a evolução de metas ESG específicas que compõem a remuneração variável do CEO, diretores, executivos e responsáveis técnicos pelos temas. Essas metas são relacionadas à diversidade, resíduos e reflorestamento.

Nesse trimestre, a Companhia confirmou a participação no processo do **Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE**

B3), que terá sua carteira divulgada no final de 2021. A Light faz parte da carteira do ISE B3 por 14 edições, desde 2007.

No lançamento do Lightcast, o podcast voltado para o público interno da Light, em quatro episódios, os executivos comentaram sobre as melhores práticas ambientais, sociais e de governança, atreladas às metas ESG da Companhia.

A seguir, estão os indicadores selecionados com base na análise dos principais aspectos ESG abordados pelo mercado ou pelos frameworks existentes (GRI, SASB, PRI, ISE etc).





Comentário do Desempenho

Indicadores ESG

Principais Indicadores	3T21	3T20	Variação 3T21/3T20	9M21	9M20	Variação 9M21/9M20
Ambiental						
% de sites certificados SGI (Light Energia)	100%	100%	0,0 p.p.	100%	100%	0,0 p.p.
% de sites certificados SGA (Light SESA)	88%	88%	0,0 p.p.	88%	88%	0,0 p.p.
% de geração proveniente de fontes renováveis	100%	100%	0,0 p.p.	100%	100%	0,0 p.p.
Consumo de água por empregado (m³)	4,57	4,09	11,7%	13,89	13,39	3,8%
Consumo de energia elétrica por empregado (MWh)	5,39	5,33	1,2%	16,75	15,85	5,7%
Social						
Colaboradores próprios	5.313	5.407	-1,7%	5.313	5.407	-1,7%
Colaboradores terceirizados	7.947	6.157	29,1%	7.947	6.157	29,1%
% de mulheres na Light	18,1%	18,4%	-0,3 p.p.	18,1%	18,4%	-0,3 p.p.
% de mulheres em cargos de liderança	27,1%	27,2%	-0,1 p.p.	27,1%	27,2%	-0,1 p.p.
Média de horas de treinamento por empregado	5,7	12,9	-55,8%	14,83	39,4	-62,4%
Taxa de rotatividade	2,1%	3,2%	-1,1 p.p.	6,7%	10,4%	-3,7 p.p.
Taxa de frequência de acidentes	2,15	2,48	-13,3%	2,78	2,14	29,9%
Taxa de gravidade de acidentes	184	79	132,9%	375	66	468,2%
Reclamações por total de clientes	7,89%	8,13%	-0,2 p.p.	33,35%	29,33%	4,02 p.p.
Governança						
% de conselheiros independentes	100,0%	77,8%	22,2 p.p.	100,0%	77,8%	22,2 p.p.
% de mulheres na Alta Administração	37,5%	26,7%	10,8 p.p.	37,5%	26,7%	10,8 p.p.
Ações em poder da Alta Administração	88.100	35.750	146,4%	88.100	35.750	146,4%
Idade média da Alta Administração	54	53	1,9%	54	53	1,9%
Outros						
Rede de distribuição (km)	80.437	79.164	1,6%	80.437	79.164	1,6%
Investimento em Eficiência Energética (R\$ MM)	14,88	8,07	84,4%	45,06	27,31	65,0%
Investimento em P&D (R\$ MM)	5,64	4,19	34,4%	18,34	15,49	18,4%



Comentário do Desempenho

Entre as principais variações verificadas no trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior, destacamos:

- Aumento no número de conselheiros independentes no Conselho de Administração. Com a eleição dos membros do Conselho de Administração na AGOE de abril de 2021, todos passaram a ser independentes e 1/3 são mulheres.
- No terceiro trimestre de 2021 ocorreram 17 acidentes, mesmo volume ocorrido no segundo trimestre desse ano e no terceiro trimestre de 2020. Contudo, verificamos uma redução de 13% na frequência de acidentes em função do aumento no número de horas trabalhadas no período, o que impacta no cálculo do indicador. Com relação à taxa de gravidade, observamos um aumento de 133% em relação ao mesmo período do ano anterior em função da ocorrência de um acidente de gravidade alta ocorrido no mês de julho. Para evitarmos novos acidentes, realizamos diagnóstico da causa e atuamos na revisão dos processos, conscientizando os envolvidos.

Aumento de 29% no número de terceiros conforme o avanço do contrato de revitalização do Vertedouro da UHE Ilha dos Pombos, mobilização para o início das obras do Túnel by-pass do Complexo de Lajes e do aumento do efetivo em campo nas atividades de gestão e controle.

Aumento de 84% nos investimentos em eficiência energética em função da retomada dos projetos que, em sua totalidade, haviam sido impactados pelo período de agravamento da Covid-19. No trimestre, destacamos o início do projeto no Hospital Central da Polícia Militar, que contempla a modernização do sistema de iluminação e a troca de 367 aparelhos condicionadores de ar individuais ineficientes por um sistema de refrigeração com uma única unidade de condensação, sendo muito mais eficiente do que os aparelhos substituídos.

Aumento de 34% nos investimentos em P&D em função da retomada do fluxo normal dos projetos após o período crítico da pandemia da Covid-19 e da conclusão de cinco projetos relacionados ao

desenvolvimento de tecnologias para o combate às perdas não técnicas.

Redução na quantidade de homem-hora treinado devido ao alto volume de treinamentos no 3T20, por ocasião ainda da primarização de equipes realizada no fim de 2019 e início de 2020. Em 2021 toda a Companhia está sendo mobilizada para a implantação do Programa de Excelência em Gestão, que contempla a revisão de processos e o estabelecimento de rotinas que levarão a Light a um aprendizado contínuo.

Redução de 0,2 p.p. nas reclamações por cliente, mantendo a tendência de queda em relação ao 1T21, já verificada no 2T21, resultado de inúmeras ações voltadas para reduzir a quantidade de reclamações entrantes, tais como acompanhamento da execução da leitura em campo, elaboração de um guia de possíveis reclamações, com dicas rápidas para o atendimento, monitorias com foco na melhoria dos processos e treinamento dos atendentes quanto a análise de histórico de consumo para que estejam prontos para o período do



Comentário do Desempenho

Verão, quando as altas temperaturas fazem com que os clientes reclamem do aumento do consumo.

| Aumento de 12% no consumo de água por empregado, devido a maior utilização das instalações da Companhia com o retorno parcial de alguns colaboradores que anteriormente estavam em regime de teletrabalho.



Comentário do Desempenho

ANEXO I – Conciliação EBITDA

EBITDA CVM (R\$ MM)	3T21	3T20	Variação 3T21/3T20	9M21	9M20	Variação 9M21/9M20
Lucro/Prejuízo Líquido (A)	364,0	136,0	167,6%	325,4	258,0	26,1%
IR/CS (B)	341,4	(22,7)	-	25,9	(615,9)	-
IR/CS DIFERIDO (C)	281,8	(51,4)	-	617,0	492,7	25,2%
EBT (A - (B + C))	(259,1)	210,1	-	(317,4)	381,2	-
Depreciação e Amortização (D)	(200,0)	(148,4)	34,8%	(499,4)	(445,2)	12,2%
Despesa Financeira Líquida (E)	(428,9)	(207,1)	107,1%	(993,4)	(333,0)	198,3%
EBITDA CVM ((A) - (B) - (C) - (D) - (E))	369,8	565,6	-34,6%	1.175,3	1.159,4	1,4%
Equivalência Patrimonial (F)	(0,1)	(9,8)	-98,5%	(11,5)	(16,1)	-28,5%
Outras Receitas/Despesas Operacionais (G)	(43,2)	(11,9)	261,6%	(31,9)	(22,1)	44,3%
EBITDA Ajustado = EBITDA CVM - (F) - (G)	413,1	587,3	-29,6%	1.218,8	1.197,7	1,8%



Comentário do Desempenho

ANEXO II – Demonstração do Resultado - Consolidado

Demonstração do Resultado (R\$ MM)	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
Receita Operacional Bruta	5.636,3	4.626,7	21,8%	16.353,6	13.389,7	22,1%
Deduções	(1.996,6)	(1.678,7)	18,9%	(6.194,8)	(5.191,0)	19,3%
Receita Operacional Líquida	3.639,7	2.948,0	23,5%	10.158,8	8.198,7	23,9%
Despesa Operacional	(3.426,6)	(2.509,2)	36,6%	(9.439,4)	(7.446,3)	26,8%
PMSO	(164,7)	(215,1)	-23,4%	(598,2)	(672,9)	-11,1%
Pessoal	(86,1)	(97,6)	-11,9%	(292,1)	(322,7)	-9,5%
Material	(4,2)	(8,0)	-47,6%	(21,9)	(21,0)	4,4%
Serviço de Terceiros	(91,7)	(118,7)	-22,8%	(332,3)	(357,2)	-7,0%
Outros	17,2	9,2	86,6%	48,2	28,0	72,5%
Energia Comprada	(2.762,9)	(1.992,7)	38,7%	(7.664,9)	(5.689,5)	34,7%
Depreciação	(200,0)	(148,4)	34,8%	(499,4)	(445,2)	12,2%
Provisões	(53,2)	20,4	-	(158,6)	(119,2)	33,1%
PECLD	(245,8)	(173,3)	41,8%	(518,2)	(519,5)	-0,2%
EBITDA Ajustado	413,1	587,3	-29,6%	1.218,8	1.197,7	1,8%
Resultado Financeiro	(428,9)	(207,1)	107,1%	(993,4)	(333,0)	198,3%
Receita Financeira	358,0	149,5	139,5%	200,5	1.290,7	-84,5%
Despesa Financeira	(787,0)	(356,6)	120,7%	(1.193,8)	(1.623,7)	-26,5%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(43,2)	(11,9)	261,6%	(31,9)	(22,1)	44,3%
Resultado Antes dos Impostos e Equivalência Patrimonial	(259,0)	219,8	-	(305,9)	397,3	-
IR/CS	341,4	(22,7)	-	25,9	(615,9)	-
IR/CS Diferido	281,8	(51,4)	-	617,0	492,7	25,2%
Equivalência Patrimonial	(0,1)	(9,8)	-98,5%	(11,5)	(16,1)	-28,5%
Lucro Líquido	364,0	136,0	167,6%	325,4	258,0	26,1%



Comentário do Desempenho

ANEXO III – Demonstração do Resultado - Distribuição

Demonstração do Resultado (R\$ MM)	3T21	3T20	Variação 3T21/3T20	9M21	9M20	Variação 9M21/9M20
Receita Operacional Bruta	5.510,4	4.496,1	22,6%	15.903,6	13.014,4	22,2%
Fornecimento de Energia	3.701,7	3.348,2	10,6%	11.614,8	10.299,1	12,8%
CVA	596,9	264,5	125,7%	1.023,0	255,0	301,3%
Receita de Construção	278,4	230,1	21,0%	672,2	570,8	17,8%
Outras Receitas - crédito PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	933,4	653,3	42,9%	2.593,6	1.889,5	37,3%
Deduções da Receita Operacional	(1.949,3)	(1.637,0)	19,1%	(6.063,1)	(5.071,9)	19,5%
Receita Operacional Líquida	3.561,1	2.859,1	24,6%	9.840,6	7.942,4	23,9%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(2.830,2)	(2.116,7)	33,7%	(7.925,0)	(5.998,1)	32,1%
Energia elétrica comprada para revenda e despesas da CCEE	(2.262,6)	(1.520,1)	48,9%	(6.270,9)	(4.591,4)	36,6%
Encargos de conexão e uso da rede	(289,1)	(366,5)	-21,1%	(981,9)	(835,9)	17,5%
Custo de construção	(278,4)	(230,1)	21,0%	(672,2)	(570,8)	17,8%
Custo/Despesa Operacional	(447,7)	(349,3)	28,2%	(1.219,5)	(1.258,3)	-3,1%
Pessoal	(76,7)	(87,1)	-12,0%	(261,2)	(291,5)	-10,4%
Material	(4,1)	(7,6)	-45,4%	(21,3)	(20,1)	6,2%
Serviços de terceiros	(86,6)	(113,0)	-23,4%	(315,2)	(341,2)	-7,6%
Provisões	(299,1)	(152,5)	96,1%	(676,2)	(640,8)	5,5%
Outros	18,7	10,8	72,6%	54,5	35,3	54,4%
EBITDA Ajustado	283,2	393,1	-27,9%	696,0	686,1	1,4%
Depreciação e amortização	(142,3)	(134,2)	6,1%	(413,4)	(402,5)	2,7%
Outras receitas/despesas operacionais	(42,0)	(11,9)	251,6%	(46,6)	(20,7)	125,6%
Resultado do Serviço	99,0	247,0	-59,9%	236,0	262,9	-10,3%
Resultado Financeiro	(339,3)	(115,6)	193,5%	(745,3)	(225,6)	230,3%
Receita Financeira	258,2	104,6	146,8%	175,3	857,4	-79,6%
Despesa Financeira	(597,6)	(220,2)	171,3%	(920,6)	(1.083,0)	-15,0%
Resultado antes dos impostos	(240,4)	131,4	-	(508,3)	38,3	-
IR/CS	352,2	(20,1)	-	214,6	(603,9)	-
IR/CS Diferido	262,6	(24,5)	-	492,0	601,8	-18,2%
Lucro/Prejuízo Líquido	374,5	86,7	331,7%	197,3	35,1	462,0%



Comentário do Desempenho

ANEXO IV – Demonstração do Resultado - Geração

Demonstração do Resultado (R\$ MM)	3T21	3T20	Variação 2T21/2T20	1S21	1S20	Variação 1S21/1S20
Receita Operacional Bruta	233,8	298,4	-21,7%	735,1	825,3	-10,9%
Suprimento - Venda de energia própria	209,4	219,5	-4,6%	601,4	671,5	-10,4%
Suprimento - Energia de Curto Prazo	22,3	76,7	-70,9%	127,5	146,8	-13,1%
Outras - TUSD	2,1	2,3	-7,1%	6,2	6,4	-3,6%
Outras	0,0	0,0	-46,2%	0,1	0,5	-89,8%
Deduções da Receita Operacional	(29,3)	(33,6)	-12,8%	(89,8)	(100,6)	-10,8%
Receita Operacional Líquida	204,5	264,8	-22,8%	645,3	724,6	-10,9%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(93,2)	(62,2)	49,9%	(182,0)	(210,4)	-13,5%
Custo/Despesa Operacional	(9,6)	(12,6)	-23,9%	(33,0)	(32,9)	0,2%
Pessoal	(4,5)	(6,1)	-27,2%	(14,8)	(17,7)	-16,4%
Material	(0,2)	(0,4)	-55,5%	(0,6)	(0,9)	-32,8%
Serviços de terceiros	(4,0)	(4,4)	-9,8%	(12,9)	(12,5)	3,6%
Provisões	0,1	(0,5)	-	(0,6)	2,2	-
Outros	(1,0)	(1,1)	-10,7%	(4,1)	(4,0)	1,8%
EBITDA Ajustado	101,6	190,0	-46,5%	430,3	481,4	-10,6%
Depreciação e amortização	(57,6)	(14,1)	309,6%	(85,7)	(42,3)	102,6%
Outras receitas/despesas operacionais	(1,3)	(0,0)	42166,7%	(1,7)	(0,8)	106,3%
Resultado do Serviço	42,7	175,9	-75,7%	342,9	438,2	-21,8%
Equivalência Patrimonial	-	(0,1)	-	-	(0,5)	-
Resultado Financeiro	(93,2)	(93,7)	-0,5%	(254,6)	(112,8)	125,8%
Receita Financeira	14,8	46,2	-67,9%	25,0	434,6	-94,2%
Despesa Financeira	(108,1)	(139,9)	-22,8%	(279,6)	(547,4)	-48,9%
Resultado antes dos Impostos	(50,5)	82,1	-	88,3	325,0	-72,8%
IR/CS	(3,1)	(0,3)	1080,9%	(160,0)	(0,9)	18288,5%
IR/CS Diferido	22,6	(26,0)	-	136,6	(104,4)	-
Lucro/Prejuízo Líquido	(31,0)	55,8	-	64,9	219,7	-70,5%



Comentário do Desempenho

ANEXO V – Balanço Patrimonial Consolidado

ATIVO (R\$ MM)	3T21	4T20
Circulante	8.560	7.974
Caixa e equivalentes de caixa	109	653
Títulos e valores mobiliários	3.389	2.436
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	2.407	3.257
Estoques	71	62
Tributos e contribuições a recuperar	1.023	656
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	201	137
Ativos financeiros do setor	612	58
Despesas pagas antecipadamente	21	25
Dividendos a receber	-	-
Serviços prestados a receber	36	45
Instrumentos financeiros derivativos swaps	-	156
Outros créditos	545	339
Ativos classificados como mantidos para venda	147	-
Não Circulante	18.585	18.424
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	1.095	1.014
Tributos e contribuições a recuperar	3.462	4.420
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	364	-
Tributos diferidos	930	450
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Instrumentos financeiros derivativos swaps	108	960
Depósitos vinculados a litígios	227	242
Ativos financeiros do setor	518	15
Ativo financeiro da concessão	6.571	5.197
Outros créditos	0	120
Ativo de contrato	345	983
Investimentos	357	366
Imobilizado	1.710	1.655
Intangível	2.828	2.899
Ativo de direito de uso	71	102
Ativo Total	27.145	26.397

PASSIVO (R\$ MM)	3T21	4T20
Circulante	4.173	7.217
Fornecedores	1.715	3.440
Tributos e contribuições a pagar	210	167
Imposto de renda e contribuição social a pagar	83	2
Empréstimos e financiamentos	446	1.320
Debêntures	478	1.031
Passivos financeiros do setor	391	-
Instrumentos financeiros derivativos swap	-	-
Dividendos a pagar	-	164
Obrigações trabalhistas	95	91
Valores a serem restituídos a consumidores	-	296
Obrigações por arrendamento	32	47
Encargos regulatórios	312	275
Outros Débitos	412	384
Não Circulante	14.222	12.104
Empréstimos e financiamentos	4.083	3.091
Debêntures	5.683	4.243
Instrumentos financeiros derivativos swap	13	-
Tributos e contribuições a pagar	191	192
Tributos diferidos	272	408
Participações societárias a descoberto	-	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	30	31
Benefícios pós-emprego	505	648
Obrigações por arrendamento	5	5
Valores a serem restituídos a consumidores	43	59
Outros débitos	3.358	3.382
Patrimônio Líquido	8.750	7.076
Capital Social	5.392	4.051
Reserva de capital	17	9
Reservas de lucros	2.816	2.816
Ajustes de avaliação patrimonial	293	304
Outros resultados abrangentes	-105	-105
Lucros acumulados	337	-
Passivo Total	27.145	26.397



Comentário do Desempenho

ANEXO VI – Balanço Energético

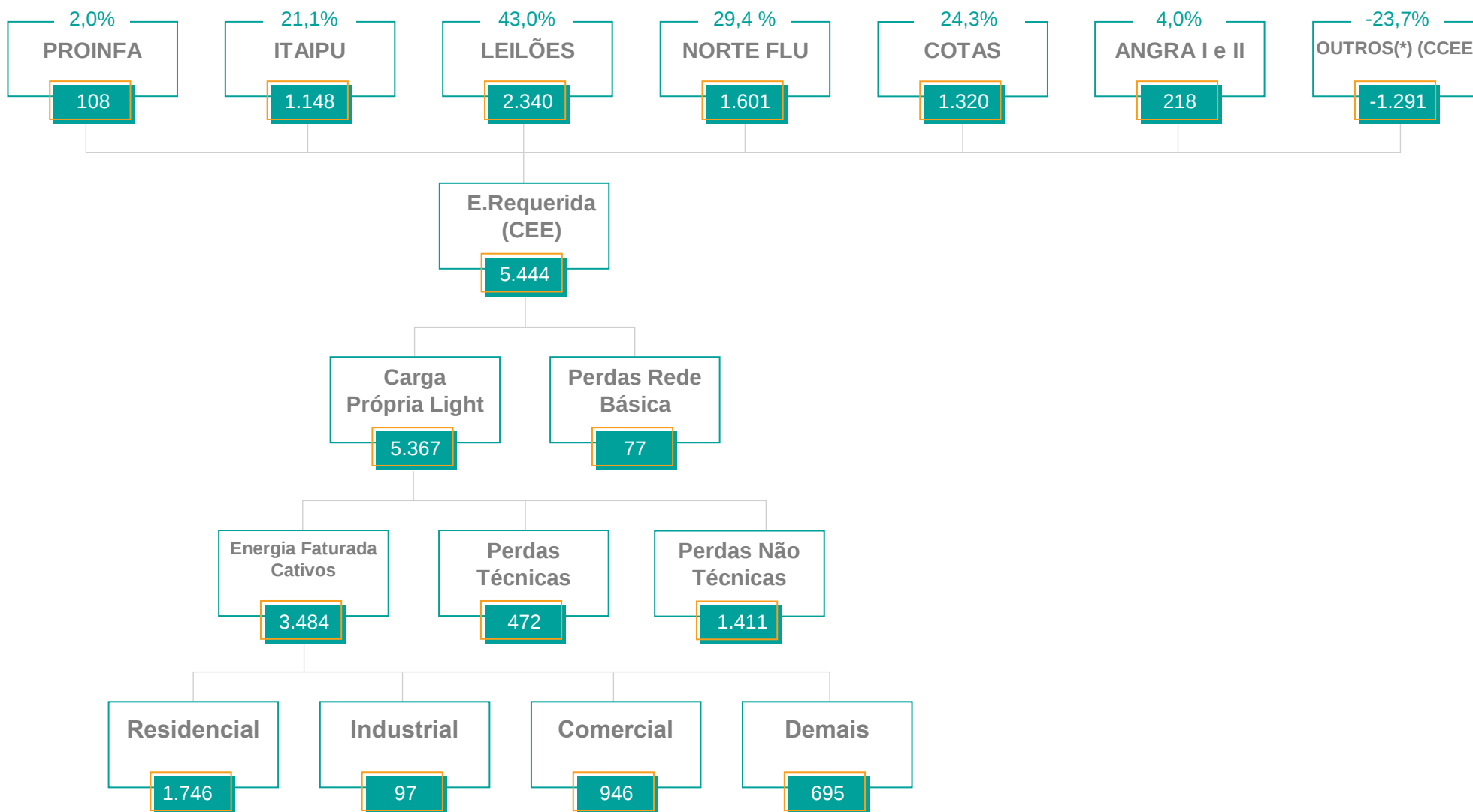
Balanço Energético (GWh)	3T21	3T20	Variação 3T21/3T20	9M21	9M20	Variação 9M21/9M20
= Carga Fio	7.596	8.099	-6.2%	25.867	25.635	0.9%
- Energia medida transportada para concessionárias	244	450	-45.7%	946	1.502	-37.0%
- Energia medida transportada para clientes livres	1.985	1.792	10.8%	6.054	5.334	13.5%
= Carga Própria	5.367	5.858	-8.4%	18.867	18.799	0.4%
- Energia Faturada (Cativo)	3.484	3.776	-7.7%	11.958	12.213	-2.1%
Mercado Baixa Tensão	2.708	2.881	-6.0%	9.452	9.451	0.0%
Mercado Média e Alta Tensão	776	896	-13.3%	2.507	2.762	-9.2%
= Perda Total	1.883	2.081	-9.5%	6.908	6.586	4.9%



Balanco energético da Distribuição (GWh)

Comentário do Desempenho

3º trimestre 2021 - Dados realizados até agosto (setembro totalmente previsto)





Comentário do Desempenho

Observação

As tabelas listadas abaixo encontram-se disponíveis no site de RI da Companhia para consulta:

| Custos e Despesas – Distribuição

| Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A – CVA

| Resultado Financeiro – Consolidado, Distribuição, Geração

| Balanço Patrimonial – Distribuição e Geração

| Fluxo de Caixa – Consolidado, Distribuição e Geração



INFORMAÇÕES
TRIMESTRAIS
3º ITR 2021

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

BALANÇOS PATRIMONIAIS	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	12
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES	12
6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	15
7. TRIBUTOS DIFERIDOS	18
8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR	19
9. OUTROS CRÉDITOS	21
10. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	22
11. ATIVO DE CONTRATO	22
12. INVESTIMENTOS	23
13. IMOBILIZADO	23
14. INTANGÍVEL	25
15. FORNECEDORES	26
16. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	27
17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	27
18. DEBÊNTURES	31
19. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS	34
20. CONTINGÊNCIAS	38
21. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO	43
22. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO	44
23. ENCARGOS REGULATÓRIOS	45
24. OUTROS DÉBITOS	45
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	46
26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48
27. RECEITA LÍQUIDA	50
28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	51
29. RESULTADO FINANCEIRO	52
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	53
31. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA	61
32. EVENTOS SUBSEQUENTES	62



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30.09.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	3	62.609	456.015
Títulos e valores mobiliários	4	2.288.643	1.369.973
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	5	2.237.078	2.295.917
Estoques		64.188	56.238
Tributos e contribuições a recuperar	6	1.188.757	737.018
Ativos financeiros do setor	8	612.308	58.361
Despesas pagas antecipadamente		19.912	22.381
Serviços prestados a receber		36.021	41.381
Instrumentos financeiros derivativos swaps	30	-	78.204
Outros créditos	9	522.183	334.716
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		7.031.699	5.450.204
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	5	1.076.739	996.667
Tributos e contribuições a recuperar	6	3.825.470	4.420.018
Tributos diferidos	7	914.487	422.492
Depósitos vinculados a litígios	19	222.726	237.921
Instrumentos financeiros derivativos swaps	30	77.447	640.100
Ativos financeiros do setor	8	518.108	15.358
Outros créditos	9	407	120.000
Ativo financeiro da concessão	10	6.570.740	5.197.313
Ativo de contrato	11	344.593	983.368
Investimentos	12	31.037	31.258
Imobilizado	13	278.420	275.532
Intangível	14	2.435.609	2.459.310
Ativo de direito de uso	22	70.167	99.814
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		16.365.950	15.899.151
TOTAL DO ATIVO		23.397.649	21.349.355

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

3º ITR 2021

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	30.09.2021	31.12.2020
Fornecedores	15	1.608.341	1.566.516
Tributos e contribuições a pagar	16	198.159	150.357
Empréstimos e financiamentos	17	426.855	891.039
Debêntures	18	473.873	1.028.023
Passivo financeiro do setor	8	390.793	-
Dividendos a pagar		-	65.276
Obrigações trabalhistas		85.238	81.965
Valores a serem restituídos a consumidores	6	-	296.239
Obrigações por arrendamento	22	31.297	45.390
Encargos regulatórios	23	296.089	257.147
Outros débitos	24	403.964	376.676
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		3.914.609	4.758.628
Empréstimos e financiamentos	17	2.999.794	2.405.659
Debêntures	18	5.175.392	4.230.325
Tributos e contribuições a pagar	16	190.821	191.773
Instrumentos financeiros derivativos swaps	30	5.361	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	497.485	640.579
Obrigações por arrendamento	22	42.777	58.480
Benefício pós emprego		5.327	5.327
Valores a serem restituídos a consumidores	6	3.358.351	3.381.614
Outros débitos	24	32.856	39.427
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		12.308.164	10.953.184
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	26	5.486.365	4.146.365
Reservas de capital		7.277	7.277
Reservas de lucro		1.584.539	1.584.539
Outros resultados abrangentes		(100.638)	(100.638)
Lucro acumulado		197.333	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.174.876	5.637.543
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.397.649	21.349.355

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 3º ITR 2021

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
RECEITA LÍQUIDA	27	3.561.086	9.840.579	2.859.089	7.942.439
CUSTO TOTAL		(3.036.124)	(8.607.911)	(2.363.341)	(6.737.319)
Custos com energia elétrica	28.1	(2.551.727)	(7.252.808)	(1.886.572)	(5.427.261)
Custos de operação	28	(484.397)	(1.355.103)	(476.769)	(1.310.058)
LUCRO BRUTO		524.962	1.232.668	495.748	1.205.120
Despesas gerais e administrativas	28	(384.035)	(950.067)	(236.820)	(921.519)
Outras receitas	86	24.076	101	145	
Outras despesas		(42.058)	(70.697)	(12.039)	(20.810)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		98.955	235.980	246.990	262.936
RESULTADO FINANCEIRO	29	(339.336)	(745.288)	(115.619)	(225.637)
Receita financeira		258.214	175.292	104.627	857.381
Despesa financeira		(597.550)	(920.580)	(220.246)	(1.083.018)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL		(240.381)	(509.308)	131.371	37.299
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.1	352.238	214.646	(20.105)	(603.937)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.1	262.601	491.995	(24.531)	601.752
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		374.458	197.333	86.735	35.114
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	26	0,00078	0,00041	0,00022	0,00009

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Lucro líquido do período	374.458	197.333	86.735	35.114
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	374.458	197.333	86.735	35.114

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 3º ITR 2021

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

			RESERVAS DE LUCROS						
	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		4.146.365	7.277	215.844	1.094.772	273.923	(100.638)	-	5.637.543
Aumento de capital	26	1.340.000	-	-	-	-	-	-	1.340.000
Lucro do período	26	-	-	-	-	-	-	197.333	197.333
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021		5.486.365	7.277	215.844	1.094.772	273.923	(100.638)	197.333	7.174.876

			RESERVAS DE LUCROS						
	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		4.146.365	7.277	202.102	898.942	-	(97.122)	-	5.157.564
Dividendos não distribuídos		-	-	-	-	273.923	-	-	273.923
Lucro do período	26	-	-	-	-	-	-	35.114	35.114
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020		4.146.365	7.277	202.102	898.942	273.923	(97.122)	35.114	5.466.601

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



INFORMAÇÕES
TRIMESTRAIS
3º ITR 2021

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2020 a 30.09.2020
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		12.618	1.343.661
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(509.308)	37.299
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	28	518.205	519.477
Depreciação e amortização	28	413.435	402.497
Perda na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		59.773	22.910
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	29	411.731	591.637
Provisão e atualização financeira para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios, baixas e atualização financeira de depósitos vinculados a litígios.		172.239	154.286
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		(349)	(425)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	29	441.126	370.693
Juros sobre obrigações de arrendamento	22	4.745	5.150
Créditos e atualização financeira de PIS e COFINS sobre ICMS		(9.510)	(24.509)
Variação swap	29	(30.727)	(711.513)
Valor justo do ativo financeiro da concessão	27	(383.900)	(71.912)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	8	(891.400)	(650.041)
Variações nos ativos e passivos		(183.442)	698.112
Títulos e valores mobiliários		(45.561)	99.340
Consumidores, concessionárias e permissionárias		(539.089)	(668.038)
Tributos, contribuições e impostos líquidos		468.509	176.464
Ativos e passivos financeiros do setor		(148.700)	1.492.077
Estoques		(7.950)	(2.161)
Serviços prestados a receber		5.360	(3.087)
Despesas pagas antecipadamente		2.469	3.924
Depósitos vinculados a litígios		2.568	3.646
Outros créditos		(67.874)	(39.319)
Fornecedores		24.111	(37.472)
Obrigações trabalhistas		3.273	21.126
Pagamento das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios		(302.706)	(183.457)
Encargos regulatórios		38.942	(9.620)
Outros débitos		20.717	62.548
Instrumentos financeiros derivativos swaps pagos		676.945	29.366
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	17/18	(314.456)	(247.225)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(1.608.199)	(2.036.297)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(55)	(14.441)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		(735.035)	(592.276)
Resgate de aplicações financeiras		6.924.771	1.515.543
Aplicações financeiras		(7.797.880)	(2.945.123)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.202.175	259.113
Aumento de capital		1.340.000	-
Dividendos pagos		(65.276)	-
Captação e custos de captação e de transação de empréstimos, financiamentos e debêntures	17/18	3.439.370	1.964.612
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	17/18	(3.472.642)	(1.674.036)
Pagamentos de obrigações por arrendamento	22	(39.277)	(31.463)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(393.406)	(433.523)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		456.015	554.416
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		62.609	120.893

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS 3º ITR 2021

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2020 a 30.09.2020
Receitas		15.385.429	12.494.894
Venda de mercadorias, produtos e serviços		15.231.443	12.443.552
Receitas referentes à construção de ativos próprios		672.191	570.819
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	28	(518.205)	(519.477)
Insumos adquiridos de terceiros		(8.260.966)	(6.246.721)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	28.1	(7.252.808)	(5.427.261)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.008.158)	(819.460)
Valor adicionado bruto		7.124.463	6.248.173
Retenções		(413.435)	(402.497)
Depreciação e amortização	28	(413.435)	(402.497)
Valor adicionado líquido produzido		6.711.028	5.845.676
Valor adicionado recebido em transferência		175.292	857.381
Receitas financeiras	29	175.292	857.381
Valor adicionado total a distribuir		6.886.320	6.703.057
Distribuição do valor adicionado		6.886.320	6.703.057
Pessoal		264.140	293.383
Remuneração direta		162.544	184.428
Benefícios		79.604	77.306
FGTS		20.642	23.744
Outros		1.350	7.905
Impostos, taxas e contribuições		5.433.784	5.158.995
Federais		1.792.220	2.048.491
Estaduais		3.630.295	3.082.609
Municipais		11.269	27.895
Remuneração de capitais de terceiros		991.063	1.215.565
Juros		916.853	1.098.951
Aluguéis		74.210	116.614
Remuneração de capitais próprios		197.333	35.114
Lucro retido		197.333	35.114

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Para o período findo em 30 de setembro de 2021
(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Companhia” ou “Light SESA”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil. A Companhia tem como objeto social a distribuição de energia elétrica, cuja concessão foi efetivada em julho de 1996 e o vencimento será em julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,4 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas (dados não revisados pelos auditores independentes). A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobras (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense, da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e do PROINFA.

Em 05 de setembro de 2005, em atendimento à Lei nº 10.848/04, foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”), através da Resolução Autorizativa nº 307/05, o projeto de reorganização societária em que a Light S.A. passou a ser a controladora da Companhia.

1.1 Concessões

A Companhia, por ser uma concessionária de distribuição de energia elétrica e não controlar os ativos subjacente, aplica o IFRIC 12/ICPC 01. A Companhia utiliza o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

1.2 Impactos da COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou o surto da COVID-19 como uma pandemia. Diante disso, inúmeras ações foram tomadas pelos governos em diversos países, inclusive no Brasil, por meio dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Neste sentido as medidas de isolamento social adotadas para conter a propagação do vírus provocaram interferências nas atividades econômicas, causando incertezas e impactos nas atividades do Setor Elétrico, em especial o segmento de Distribuição de energia.

Em 26 de março de 2021, foi editada a Resolução ANEEL nº 928/2021, que suspendeu o corte de energia, até 30 de junho de 2021, por inadimplência das unidades consumidoras com aparelhos vitais à preservação da vida, dos consumidores de baixa renda, dos locais em que não haja postos de arrecadação em funcionamento e dos que estejam com suspensão da fatura impressa sem anuência prévia. Em 15 de junho de 2021, foi editada a Resolução ANEEL nº 936/2021 que prorrogou o período de vigência da Resolução ANEEL nº 928/2021 até 30 de setembro de 2021. Tendo em vista que não houve nova prorrogação do período de vigência da Resolução ANEEL nº 928/2021, a partir de 01 de outubro de 2021, foram retomadas as possibilidades de corte dessas unidades consumidoras.

Em 05 de abril de 2021, por meio do Despacho nº 939/2021, a ANEEL homologou o prazo de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE Conta-Covid, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, para a amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) na gestão da Conta-Covid. O valor homologado referente a Companhia foi de R\$523.787 divididos em 12 meses.

Impacto nas Informações Trimestrais

Para fins de elaboração e divulgação das Informações Trimestrais referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021, a Administração da Companhia avaliou cuidadosamente o impacto da COVID-19 nos negócios da Companhia. Foram analisados temas como (i) desempenho da demanda e consumo de energia; (ii) impacto nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; (iii) variação dos indicadores macroeconômicos; (iv) acesso ao mercado de capitais, fluxo de caixa de curto e médio prazo; (v) redução no valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) impactos nos covenants financeiros; e (vii) avaliação das premissas e incertezas de estimativas associadas à mensuração de ativos e passivos.

Mercado e arrecadação: O impacto econômico da redução do mercado por conta da COVID-19 decorre da redução do faturamento da cobertura tarifária associada às componentes Parcela B e Perdas Não Técnicas, cujas perdas não são compensadas por ativos regulatórios ou por redução proporcional dos custos reais. A suspensão do corte de energia por mais de quatro meses em 2020, impactou na elevação da inadimplência e, por consequência, na elevação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Permanece em discussão na ANEEL, no âmbito da 3ª Fase da Consulta Pública nº 035/2020, a metodologia para avaliação e critérios de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, relacionado à queda do mercado e aumento da inadimplência provocados pela pandemia às distribuidoras de energia elétrica.

1.3 Principais eventos ocorridos ao longo do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021:

- Aumento de capital mediante aporte de numerários realizados pela controladora Light S.A. no montante de R\$1.340.000 (Nota 26).
- Realização do pré-pagamento dos contratos de financiamentos com o BNDES, em 26 de fevereiro de 2021 (Nota 17).
- Em 09 de março de 2021, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia (Nota 8.1).
- Captação de recursos através da oferta no mercado internacional de notes units, no valor total de R\$2.014.120, em 18 de junho de 2021 (Nota 17).
- Realização da 22ª emissão de debêntures (incentivada), em série única, no montante de R\$916.381, em 15 de junho de 2021 (Nota 18).
- Realização do resgate antecipado das Notes Units com vencimento em 2023, no valor total de R\$1.364.090 (USD 260.000), em 21 de julho de 2021 (Nota 17).
- Pagamento de dividendos deliberados na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2021 no montante de R\$65.276, em 29 de julho de 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

Estas informações trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, aprovadas em 18 de março de 2021. As práticas contábeis adotadas para estas informações trimestrais são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 11 de novembro de 2021, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações trimestrais referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021.

2.2 Base de mensuração

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros (Nota 30), mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as normas aplicáveis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021

Normas foram revisadas e passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021 e, portanto, estão sendo adotadas nestas informações contábeis intermediárias, contudo, a adoção dessas alterações não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

2.5 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Uma série de novas normas e interpretações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e sua aplicação antecipada é permitida. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma dessas normas ou interpretações futuras na preparação dessas informações financeiras intermediária, bem como não possui expectativas de que produzam impactos significativos em períodos futuros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.09.2021	31.12.2020
Caixa e bancos	12.479	36.206
Aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB)	50.130	419.809
TOTAL	62.609	456.015

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média das aplicações é de 106,5% do CDI em 30 de setembro de 2021 (83,0 % do CDI em 31 de dezembro de 2020).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 30.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30.09.2021	31.12.2020
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.784.954	1.369.973
Fundos de investimento	503.689	-
TOTAL	2.288.643	1.369.973

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia, (ii) fundos de investimentos não exclusivos; (iii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 100,9% do CDI em 30 de setembro de 2021 (100,66% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	30.09.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecimento faturado	4.256.387	-	4.256.387	3.725.175	-	3.725.175
Fornecimento não faturado	616.931	-	616.931	674.821	-	674.821
Parcelamento de débitos	501.647	1.076.739	1.578.386	515.805	996.667	1.512.472
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	28.459	-	28.459	28.257	-	28.257
	5.403.424	1.076.739	6.480.163	4.944.058	996.667	5.940.725
(-) Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(3.166.346)	-	(3.166.346)	(2.648.141)	-	(2.648.141)
TOTAL	2.237.078	1.076.739	3.313.817	2.295.917	996.667	3.292.584

Incluem o fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da CCEE.

Os saldos vencidos e a vencer estão distribuídos da seguinte forma:

FORNECIMENTO FATURADO E NÃO FATURADO	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	30.09.2021
		Até 90 dias	de 91 e 180 dias	de 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	334.656	287.074	146.158	277.055	1.659.592	2.704.535	(1.815.161)	889.374
Industrial	13.783	8.520	2.763	5.251	87.503	117.820	(90.278)	27.542
Comercial	210.033	80.977	31.619	67.288	435.492	825.409	(439.641)	385.768
Rural	1.844	965	202	426	2.905	6.342	(2.815)	3.527
Poder público	28.464	41.434	21.441	61.522	131.968	284.829	(128.903)	155.926
Iluminação pública	43.359	19.020	16.383	44.258	128.398	251.418	(115.155)	136.263
Serviço público	11.180	15.630	18.134	14.622	6.468	66.034	(7.931)	58.103
Fornecimento não faturado	480.163	-	-	-	-	480.163	(7.681)	472.482
SUBTOTAL - CONSUMIDORES	1.123.482	453.620	236.700	470.422	2.452.326	4.736.550	(2.607.565)	2.128.985
Encargos de uso da rede	28.459	-	-	-	-	28.459	(161)	28.298
Encargos de uso da rede - não faturado	136.768	-	-	-	-	136.768	-	136.768
	165.227	-	-	-	-	165.227	(161)	165.066
TOTAL	1.288.709	453.620	236.700	470.422	2.452.326	4.901.777	(2.607.726)	2.294.051

FORNECIMENTO FATURADO E NÃO FATURADO	Saldo a vencer	Saldo vencidos				Total	PECLD	31.12.2020
		Até 90 dias	de 91 e 180 dias	de 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	384.708	299.917	111.752	227.239	1.314.908	2.338.524	(1.449.486)	889.038
Industrial	16.353	13.050	3.873	10.795	79.820	123.891	(89.183)	34.708
Comercial	217.239	91.741	32.600	63.980	348.514	754.074	(398.883)	355.191
Rural	1.342	826	202	292	2.472	5.134	(2.538)	2.596
Poder público	40.044	58.291	28.811	38.292	94.104	259.542	(105.411)	154.131
Iluminação pública	43.481	32.471	11.733	38.998	89.649	216.332	(96.384)	119.948
Serviço público	8.557	12.092	465	1.021	5.543	27.678	(5.369)	22.309
Fornecimento não faturado	571.364	-	-	-	-	571.364	(8.670)	562.694
SUBTOTAL - CONSUMIDORES	1.283.088	508.388	189.436	380.617	1.935.010	4.296.539	(2.155.924)	2.140.615
Encargos de uso da rede elétrica	28.257	-	-	-	-	28.257	(159)	28.098
Encargos de uso da rede - não faturado	103.457	-	-	-	-	103.457	-	103.457
	131.714	-	-	-	-	131.714	(159)	131.555
TOTAL	1.414.802	508.388	189.436	380.617	1.935.010	4.428.253	(2.156.083)	2.272.170

5.1 Parcelamento de débitos

A Companhia possui saldos de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes parcelados decorrentes de programas de negociação realizados.

Classe de consumidor	30.09.2021			31.12.2020		
	Total	PECLD	Total líquido	Total	PECLD	Total líquido
Residencial	1.145.801	(444.901)	700.900	1.024.650	(411.259)	613.391
Industrial	21.097	(813)	20.284	19.760	(813)	18.947
Comercial	168.820	(22.722)	146.098	184.064	(22.722)	161.342
Rural	2.163	(146)	2.017	1.934	(146)	1.788
Poder público	93.607	(51.049)	42.558	98.266	(56.703)	41.563
Iluminação pública	12.622	(64)	12.558	9.819	(154)	9.665
Serviço público	134.276	(38.925)	95.351	173.979	(261)	173.718
TOTAL	1.578.386	(558.620)	1.019.766	1.512.472	(492.058)	1.020.414

Em 07 de julho de 2018, a Companhia assinou um acordo de parcelamento com a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("SuperVia"), cujo montante a receber era de R\$163.212. Em 25 de junho de 2019, a Companhia assinou um aditivo a esse acordo, onde foi incorporado ao saldo de parcelamento de débitos o montante de R\$48.149. O montante atualizado deste parcelamento em 30 de setembro de 2021 é de R\$129.837 (R\$156.048 em 31 de dezembro de 2020). Em 11 de junho de 2021, a Justiça do Rio de Janeiro aceitou o pedido de processamento da recuperação judicial da SuperVia e consequentemente foi determinada a suspensão de todas as ações ou execuções contra a empresa. Em 07 de outubro de 2021, foi publicado o edital com a lista consolidada dos credores e plano de recuperação judicial (RJ) da SuperVia.

Em 16 de outubro de 2018, foi celebrado um contrato de confissão de dívida com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no montante de R\$78.551. O montante em 30 de setembro de 2021 é de R\$63.934 e encontra-se classificado no saldo de parcelamento de poder público, e refere-se às parcelas vencidas do período entre abril e dezembro de 2020. Adicionalmente, em 30 de setembro de 2021 a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possui ainda um montante de R\$197.247 em aberto que se encontra classificado no saldo de poder público não parcelado, referente a faturas não pagas dos períodos de agosto de 2018 a março de 2020 e de janeiro de 2021 a setembro de 2021, perfazendo um total de R\$261.180 inadimplente. A Companhia está em negociação junto à Prefeitura para tratar do saldo total da dívida.

5.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e 2020:

SALDO EM 31.12.2020	(2.648.141)
Adições (Nota 28)	(518.205)
SALDO EM 30.09.2021	(3.166.346)
SALDO EM 31.12.2019	(2.070.720)
Adições (Nota 28)	(519.477)
SALDO EM 30.09.2020	(2.590.197)

As baixas de recebíveis para perda são efetuadas de acordo com a Lei nº 9.430/1997 e Lei nº 13.097/2015. Nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e 2020 não foram realizadas baixas.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na Nota 30.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	30.09.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a compensar ^(a)	43.389	57.094	100.483	42.033	51.925	93.958
PIS e COFINS a compensar (nota 6.1) ^(b)	960.901	3.404.512	4.365.413	586.001	4.368.093	4.954.094
INSS	-	-	-	8.646	-	8.646
Outros	16.210	-	16.210	16.204	-	16.204
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	1.020.500	3.461.606	4.482.106	652.884	4.420.018	5.072.902
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	168.257	363.864	532.121	84.134	-	84.134
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	168.257	363.864	532.121	84.134	-	84.134
TOTAL	1.188.757	3.825.470	5.014.227	737.018	4.420.018	5.157.036

^(a) Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

^(b) Em 30 de setembro de 2021, o saldo apresentado encontra-se líquido dos impostos a pagar apurados em 30 de setembro de 2021 no montante de R\$110.883 (R\$238.928 em 31 de dezembro de 2020). Ademais, inclui o montante de R\$4.206 (R\$4.206 em 31 de dezembro de 2020) referente a PIS/COFINS diferidos de órgãos públicos.

6.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo

Em 18 de fevereiro de 2008, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 no tocante ao reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o processo judicial da ação movida pela Companhia com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS pago da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa Selic.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos pela Companhia podem ser objeto de restituição aos consumidores da sua área de concessão. Neste caso, consideramos que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Sendo assim, a Companhia constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de setembro de 2009 a agosto de 2019, líquido do PIS/COFINS incidente sobre a sua receita financeira de atualização. O montante representado pela diferença do total do crédito fiscal registrado pela Companhia e respectiva obrigação reconhecida pelo prazo supracitado, foi avaliado pela Administração como sendo de perda possível, motivo pelo qual não foi provisionado nas informações trimestrais. No reajuste tarifário que entrou em vigor em 15 de março de 2021 foi homologada a devolução de R\$374.196 como item financeiro, reduzindo a tarifa dos consumidores nos próximos 12 meses. O valor homologado no reajuste tarifário se equivale ao repasse dos créditos tributários provisionados que tiveram efetivo aproveitamento de caixa até janeiro de 2021.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil ("RFB") deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes, bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Em 30 de setembro de 2021, os créditos compensados somaram o montante de R\$1.894.859 (R\$1.110.796 em 31 de dezembro de 2020). Desse montante, R\$703.630 se referiam aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

A Companhia adota os procedimentos de recuperação destes créditos de acordo com as previsões legais estabelecidas pela RFB. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme mecanismos e critérios a serem definidos pela ANEEL. Em 09 de fevereiro de 2021, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 5/2021 com a finalidade de colher subsídios e informações para regulamentar o tratamento a ser dado para a devolução aos consumidores dos valores auferidos pelas distribuidoras de energia elétrica.

Esses créditos são atualizados pela Selic até a sua compensação, sendo o efeito líquido no resultado financeiro no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 de R\$9.974 (R\$25.707 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020), conforme Nota 29.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Efeitos no balanço patrimonial	30.09.2021	31.12.2020
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	4.480.502	5.197.228
Valores a serem restituídos a consumidores	(3.358.351)	(3.677.853)
SALDO LÍQUIDO	1.122.151	1.519.375

Efeitos no resultado dos períodos	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2020 a 30.09.2020
Receita financeira (Nota 29)	9.974	25.705
PIS e COFINS sobre receita financeira	(464)	(1.195)
Imposto de renda e contribuição social	(3.233)	(8.333)
RESULTADO	6.277	16.177

6.2 Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

No dia 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre a não incidência do imposto de renda e contribuição social sobre a atualização da Selic nos casos de restituição de impostos pagos a maior (repetição de indébito), trazendo impactos relevantes, principalmente, para a tributação dos ganhos do ICMS na base do PIS e COFINS.

De forma geral, as entidades que possuíam ação questionando esta tese até a data de julgamento do STF já teriam direito a não tributar a atualização da SELIC nos ganhos tributários. Entidades que não possuíam ação questionando o tema até o julgamento do STF, devem aguardar o resultado de eventual modulação dos efeitos da decisão.

A Companhia possui mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus indêbitos tributários e depósitos judiciais, desde agosto de 2016, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária.

Com base na decisão do STF, a Companhia, conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), reavaliou a expectativa de ganho do direito em relação aos indêbitos tributários e reconheceu no terceiro trimestre de 2021, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$539.899 sendo (i) R\$363.864 à título de IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a Companhia apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e (ii) R\$176.035 pela recomposição do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social referentes aos períodos em que a Companhia apurou base fiscal negativa para os períodos de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, aumentando o ativo não circulante.

Importante ressaltar, que o montante apurado pela Companhia levou em consideração as atualizações financeiras sobre os valores a serem restituídos aos consumidores, ou seja, a Companhia considerou em suas exclusões os mesmos efeitos os quais havia considerado quando do reconhecimento dos créditos sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, ou seja, líquido do passivo a restituir.

7. TRIBUTOS DIFERIDOS

	30.09.2021			31.12.2020		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.089.081	-	1.089.081	912.892	-	912.892
Provisão para PLR	4.332	-	4.332	12.254	-	12.254
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	169.145	-	169.145	217.797	-	217.797
Benefício Pós-Emprego - CVM 695/12	1.811	-	1.811	1.811	-	1.811
Prejuízos fiscais	274.432	-	274.432	66.141	-	66.141
Base negativa	101.822	-	101.822	26.838	-	26.838
Outros	5.146	-	5.146	5.229	-	5.229
Instrumentos financeiros derivativos swaps	-	(24.509)	(24.509)	-	(244.223)	(244.223)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(706.773)	(706.773)	-	(576.247)	(576.247)
ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, BRUTO	1.645.769	(731.282)	914.487	1.242.962	(820.470)	422.492
Apresentação pelo líquido	(731.282)	731.282	-	(820.470)	820.470	-
ATIVO TRIBUTÁRIO DIFERIDO, LÍQUIDO	914.487	-	914.487	422.492	-	422.492

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos registrados, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 30 de setembro de 2021, o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal. O estudo indica a recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados em 30 de setembro de 2021 em até seis anos, conforme cronograma anual de realização a seguir:

2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total não circulante
84.583	356.202	397.994	385.423	240.265	181.302	1.645.769

7.1 Conciliação dos tributos no resultado

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(240.381)	131.371	(509.308)	37.299
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	81.730	(44.666)	173.165	(12.682)
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários	531.429	-	531.429	-
Incentivos fiscais	2.633	-	2.615	-
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre as adições e exclusões permanentes	(953)	30	(568)	10.497
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	614.839	(44.636)	706.641	(2.185)
IRPJ e CSLL correntes no resultado	352.238	(20.105)	214.646	(603.937)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	262.601	(24.531)	491.995	601.752

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

A rubrica representa os saldos a receber e/ou a restituir relativos a ativos e passivos financeiros do setor incorridos e ainda não realizados pela tarifa da Companhia.

Segue abaixo a composição do saldo de ativos e passivos financeiros do setor em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	30.09.2021							
	Circulante				Não circulante		Total	
	Valores homologados		Próximos reajustes		Próximos reajustes			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	(3.106)	9.154	-	7.746	-	16.900	(3.106)
Custo de aquisição de energia	29.834	-	659.755	-	558.254	-	1.247.843	-
Encargo do Serviço do Sistema – ESS/EER	-	(19.997)	166.134	-	140.575	-	306.709	(19.997)
PROINFA	2.325	-	-	-	-	-	2.325	-
Transporte de energia elétrica – Itaipu	8.002	-	796	-	674	-	9.472	-
Transporte de energia pela rede básica	116.633	-	40.245	-	34.053	-	190.931	-
Itens da Parcela A	156.794	(23.103)	876.084	-	741.302	-	1.774.180	(23.103)
Outros itens financeiros ^(a)	-	(433.258)	34.841	(89.378)	29.483	(75.627)	64.324	(598.263)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	(61.815)	-	(173.111)	-	(146.479)	-	(381.405)
Neutralidade da Parcela A	-	(16.075)	-	(24.140)	-	(20.427)	-	(60.642)
Devoluções tarifárias	-	(13.336)	-	(11.988)	-	(10.144)	-	(35.468)
Itens financeiros	-	(524.484)	34.841	(298.617)	29.483	(252.677)	64.324	(1.075.778)
Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto	156.794	(547.587)	910.925	(298.617)	770.785	(252.677)	1.838.504	(1.098.881)
Apresentação pelo líquido	(156.794)	156.794	(298.617)	298.617	(252.677)	252.677	(708.088)	708.088
Ativos (passivos) financeiros do setor, líquido	-	(390.793)	612.308	-	518.108	-	1.130.416	(390.793)

^(a) Em 30 de setembro de 2021, o componente financeiro negativo é composto basicamente pela devolução dos créditos do PIS/COFINS no montante de R\$163.359, bem como outros itens financeiros homologados.

	31.12.2020							
	Circulante				Não circulante		Total	
	Valores homologados ^(a)		Próximos reajustes		Próximos reajustes			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	64.884	-	17.075	-	81.959	-
Custo de aquisição de energia	-	-	-	(141.391)	-	(37.208)	-	(178.599)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	-	151.035	-	39.746	-	190.781	-
PROINFA	-	-	3.750	-	987	-	4.737	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	(2.595)	-	(684)	-	(3.279)
Transporte de energia pela rede básica	-	-	22.969	-	6.045	-	29.014	-
Itens da Parcela A	-	-	242.638	(143.986)	63.853	(37.892)	306.491	(181.878)
Outros itens financeiros	-	-	-	(237.503)	-	(62.501)	-	(300.004)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	-	112.840	-	29.694	-	142.534	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	109.902	-	28.922	-	138.824	-
Devoluções tarifárias	-	-	-	(25.530)	-	(6.718)	-	(32.248)
Itens financeiros	-	-	222.742	(263.033)	58.616	(69.219)	281.358	(332.252)
Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto	-	-	465.380	(407.019)	122.469	(107.111)	587.849	(514.130)
Apresentação pelo líquido	-	-	(407.019)	407.019	(107.111)	107.111	(514.130)	514.130
Ativos financeiros do setor, líquido	-	-	58.361	-	15.358	-	73.719	-

^(a) Em 31 de dezembro de 2020, os saldos homologados encontram-se zerados por conta do recebimento da Conta Covid.

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

SALDO EM 31.12.2020	73.719
Constituição ^(a)	874.323
Amortização ^(a)	177.448
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)	(28.748)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS ^(b)	(374.196)
Atualização Selic (Nota 29)	17.077
SALDO EM 30.09.2021	739.623

^(a) Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica "ativos e passivos financeiros do setor" (Nota 27), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

^(b) Valor reclassificado da rubrica valores a serem restituídos a consumidores.

SALDO EM 31.12.2019	662.067
Constituição ^(a)	619.321
Amortização ^(a)	(338.183)
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)	(26.182)
Recebimento Covid-19	(1.127.712)
Atualização Selic (Nota 29)	30.720
SALDO EM 30.09.2020	(179.969)

^(a) Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica "ativos e passivos financeiros do setor" (Nota 27), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

Segue abaixo a movimentação do saldo de ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário:

	30.09.2021			31.12.2020		
	Homologado pela ANEEL no reajuste de 09.03.2021	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total	Homologado pela ANEEL no reajuste de 10.03.2020	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total
Saldo homologado pela ANEEL	(631.544)	-	(631.544)	512.386	-	512.386
Ativos e passivos financeiros do setor (amortização/constituição)	254.087	1.152.548	1.406.635	(512.386)	105.967	(406.419)
Devoluções tarifárias ^(a)	(13.336)	(22.132)	(35.468)	-	(32.248)	(32.248)
SALDO	(390.793)	1.130.416	739.623	-	73.719	73.719

^(a) Refere-se a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos a serem faturados para os consumidores e repassados pela tarifa diretamente através da Parcela B.

8.1 Reajuste tarifário 2021

Em 09 de março de 2021, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado homologado através da Resolução Homologatória 2.835/2021, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 6,75%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 18,39%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 11,64%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde, dentre outros, foi considerado a devolução integral dos recursos recebidos da Conta-Covid, bem como início do processo de devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2021.

9. OUTROS CRÉDITOS

Circulante	30.09.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a fornecedores	14.002	-	14.002	4.954	-	4.954
Contribuição iluminação pública	167.411	-	167.411	142.238	-	142.238
Dispêndios a reembolsar	15.077	-	15.077	14.460	-	14.460
Desativações e alienações em curso	101.085	-	101.085	80.478	-	80.478
Subvenção governamentais ^(a)	63.147	-	63.147	50.473	-	50.473
Contas a receber - Acordo Furnas	160.000	-	160.000	40.000	120.000	160.000
Outros	1.461	407	1.868	2.113	-	2.113
TOTAL	522.183	407	522.590	334.716	120.000	454.716

^(a) Inclui subvenção de baixa renda e subvenção CDE.

Restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica – Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”)

Em 22 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986, quando vigorava o congelamento de preços do Plano Cruzado. Os Decretos-lei 2.283 e 2.284, respectivamente emitidos em fevereiro e março de 1986, foram explícitos acerca do estabelecimento de travas de preços, contudo Furnas majorou os valores das tarifas de suprimentos para a Companhia.

No acordo firmado, a Companhia aceitou receber R\$496.000 da seguinte forma: (i) R\$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R\$40.000, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021; e (iii) R\$120.000, em parcela única, vencendo em 18 de março de 2022.

Para a parcela de R\$120.000, Furnas listou uma série de 22 ativos que poderão ser dados como parte do pagamento, sujeitos, todavia à aprovação da ANEEL, e se forem homologados passarão a integrar a base regulatória da Companhia. Neste caso, serão monetizados por meio do emprego em suas atividades operacionais.

10. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Representa os valores a serem recebidos ao final da concessão do poder concedente, ou para quem este delegar, a título de indenizações pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão da Companhia.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição (VNR).

Movimentação dos saldos, referentes ao ativo indenizável ao final da concessão, nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 31.12.2020	6.441.567	(1.244.254)	5.197.313
Adições ^(a)	1.040.666	(21.447)	1.019.219
Valor justo – atualização VNR (Nota 27)	471.078	(87.178)	383.900
Baixas	(29.692)	-	(29.692)
SALDO EM 30.09.2021	7.923.619	(1.352.879)	6.570.740

	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 31.12.2019	5.924.655	(1.176.361)	4.748.294
Adições ^(a)	136.860	(5.269)	131.591
Valor justo – atualização VNR (Nota 27)	90.143	(18.231)	71.912
Baixas	(10.844)	-	(10.844)
SALDO EM 30.09.2020	6.140.814	(1.199.861)	4.940.953

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 (ICPC 01) (vide Notas 11 e 14).

11. ATIVO DE CONTRATO

	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
SALDO EM 31.12.2020	1.045.400	(62.032)	983.368
Adições	717.508	(13.237)	704.271
Transferências para o intangível (Nota 14)	(1.369.579)	26.533	(1.343.046)
SALDO EM 30.09.2021	393.329	(48.736)	344.593

	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
SALDO EM 31.12.2019	561.086	(64.133)	496.953
Adições	584.506	(5.773)	578.733
Transferências para o intangível (Nota 14)	(194.878)	6.853	(188.025)
SALDO EM 30.09.2020	950.714	(63.053)	887.661

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, foi incorporado ao ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R\$15.739 (R\$27.135 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.

12. INVESTIMENTOS

	30.09.2021	31.12.2020
Avaliado a valor justo ^(a)	26.497	26.497
Bens não vinculados a atividade de concessão ^(b)	4.540	4.761
TOTAL DO INVESTIMENTO	31.037	31.258

^(a) A Companhia detém investimentos avaliados a valor justo, que representam algumas participações societárias em outras empresas.^(b) Bens não vinculados a atividade de concessão é composto por edificação que se encontra disponível para locação.**13. IMOBILIZADO**

	30.09.2021				31.12.2020
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Distribuição ^(a)	4,69	21.243	(20.671)	572	625
Administração	7,96	522.710	(331.821)	190.889	165.275
Comercialização	7,96	10.247	(8.952)	1.295	1.462
EM SERVIÇO		554.200	(361.444)	192.756	167.362
Administração		85.664	-	85.664	108.170
EM CURSO		85.664	-	85.664	108.170
TOTAL		639.864	(361.444)	278.420	275.532

^(a) Imobilizado da distribuição refere-se a equipamentos que não estão vinculados a concessão.

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

	Saldos em 31.12.2020	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	Saldos em 30.09.2021
IMOBILIZADO EM SERVIÇO					
Terrenos	3.840	-	(105)	-	3.735
Edificações, obras civis e benfeitorias	85.399	-	(545)	13.230	98.084
Máquinas e equipamentos	323.723	-	(137)	34.366	357.952
Veículos	6.271	-	(577)	-	5.694
Móveis e utensílios	89.143	-	(68)	58	89.133
Obrigações especiais	(398)	-	-	-	(398)
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - CUSTO	507.978	-	(1.432)	47.654	554.200
(-) Depreciação					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(41.230)	(2.063)	542	-	(42.751)
Máquinas e equipamentos	(213.990)	(18.666)	136	-	(232.520)
Veículos	(5.394)	(129)	177	-	(5.346)
Móveis e utensílios	(80.095)	(904)	68	-	(80.931)
Obrigações especiais	93	11	-	-	104
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - DEPRECIAÇÃO	(340.616)	(21.751)	923	-	(361.444)
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	167.362	(21.751)	(509)	47.654	192.756
IMOBILIZADO EM CURSO					
Terreno	1	-	(1)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	28.656	4.845	-	(16.326)	17.175
Máquinas e equipamentos	79.483	20.304	-	(31.328)	68.459
Veículos	30	-	-	-	30
TOTAL DO IMOBILIZADO EM CURSO	108.170	25.149	(1)	(47.654)	85.664
TOTAL DO IMOBILIZADO	275.532	3.398	(510)	-	278.420



INFORMAÇÕES
TRIMESTRAIS
3º ITR 2021

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

	Saldos em 31.12.2019	Adições	Baixas	Transferências para serviço	Saldos em 30.09.2020
IMOBILIZADO EM SERVIÇO					
Terrenos	3.840	-	-	-	3.840
Edificações, obras civis e benfeitorias	85.356	-	-	43	85.399
Máquinas e equipamentos	305.957	-	-	16.079	322.036
Veículos	6.178	-	-	-	6.178
Móveis e utensílios	89.143	-	-	93	89.236
Obrigações especiais	(398)	-	-	-	(398)
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - CUSTO	490.076	-	-	16.215	506.291
(-) Depreciação					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(38.583)	(1.989)	-	-	(40.572)
Máquinas e equipamentos	(191.423)	(17.054)	-	-	(208.477)
Veículos	(5.156)	(188)	-	-	(5.344)
Móveis e utensílios	(78.832)	(952)	-	-	(79.784)
Obrigações especiais	79	11	-	-	90
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - DEPRECIAÇÃO	(313.915)	(20.172)	-	-	(334.087)
TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	176.161	(20.172)	-	16.215	172.204
IMOBILIZADO EM CURSO					
Terreno	1	102	-	-	103
Edificações, obras civis e benfeitorias	15.074	10.451	-	(173)	25.352
Máquinas e equipamentos	53.444	19.025	-	(16.028)	56.441
Móveis e utensílios	14	-	-	(14)	-
TOTAL DO IMOBILIZADO EM CURSO	68.533	29.578	-	(16.215)	81.896
TOTAL DO IMOBILIZADO	244.694	9.406	-	-	254.100

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, não foi incorporado ao ativo imobilizado valores a título de capitalização de juros (R\$146 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

14. INTANGÍVEL

	30.09.2021			31.12.2020
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	8.060.036	(5.862.507)	2.197.529	2.246.771
Outros ^(a)	1.016.402	(915.433)	100.969	57.900
EM SERVIÇO	9.076.438	(6.777.940)	2.298.498	2.304.671
Outros ^(a)	137.111	-	137.111	154.639
EM CURSO	137.111	-	137.111	154.639
TOTAL INTANGÍVEL	9.213.549	(6.777.940)	2.435.609	2.459.310

^(a) Inclui, basicamente, softwares e licenças

Segue abaixo a mutação do intangível nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020:

	Saldos em 31.12.2020	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Transferência do ativo de contrato ^(b)	Saldos em 30.09.2021
EM SERVIÇO						
Direito de uso da concessão	8.488.592	-	(92.118)	(1.053.436)	1.369.579	8.712.617
Obrigações especiais - direito de uso da concessão	(647.495)	-	-	21.447	(26.533)	(652.581)
	7.841.097	-	(92.118)	(1.031.989)	1.343.046	8.060.036
Outros	1.010.923	-	-	100.763	-	1.111.686
Obrigações especiais – outros	(89.036)	-	-	(6.248)	-	(95.284)
	921.887	-	-	94.515	-	1.016.402
TOTAL EM SERVIÇO-CUSTO	8.762.984	-	(92.118)	(937.474)	1.343.046	9.076.438
(-) Amortização						
Direito de uso da concessão	(5.913.413)	(375.758)	62.547	-	-	(6.226.624)
Obrigações especiais – direito de uso	319.087	45.030	-	-	-	364.117
	(5.594.326)	(330.728)	62.547	-	-	(5.862.507)
Outros	(884.389)	(54.076)	-	-	-	(938.465)
Obrigações especiais – outros	20.402	2.630	-	-	-	23.032
	(863.987)	(51.446)	-	-	-	(915.433)
TOTAL EM SERVIÇO - AMORTIZAÇÃO	(6.458.313)	(382.174)	62.547	-	-	(6.777.940)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	2.304.671	(382.174)	(29.571)	(937.474)	1.343.046	2.298.498
Outros	154.639	77.028	-	(87.993)	-	143.674
Obrigações Especiais – Outros	-	(12.811)	-	6.248	-	(6.563)
	154.639	64.217	-	(81.745)	-	137.111
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	154.639	64.217	-	(81.745)	-	137.111
TOTAL DO INTANGÍVEL	2.459.310	(317.957)	(29.571)	(1.019.219)	1.343.046	2.435.609

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide Nota 10.

^(b) Vide adições na Nota 11.



INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

3º TR 2021

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

	Saldos em 31.12.2019	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Transferência do ativo de contrato ^(b)	Saldos em 30.09.2020
EM SERVIÇO						
Direito de uso da concessão	8.450.586	-	(32.641)	(138.283)	194.878	8.474.540
Obrigações especiais – direito de uso da concessão	(645.149)	-	-	5.269	(6.853)	(646.733)
	<u>7.805.437</u>	<u>-</u>	<u>(32.641)</u>	<u>(133.014)</u>	<u>188.025</u>	<u>7.827.807</u>
Outros	993.774	-	(721)	17.249	-	1.010.302
Obrigações especiais – outros	(82.486)	-	-	(1.895)	-	(84.381)
	<u>911.288</u>	<u>-</u>	<u>(721)</u>	<u>15.354</u>	<u>-</u>	<u>925.921</u>
TOTAL EM SERVIÇO-CUSTO	8.716.725	-	(33.362)	(117.660)	188.025	8.753.728
(-) Amortização						
Direito de uso da concessão	(5.465.496)	(359.978)	20.575	-	-	(5.804.899)
Obrigações especiais – direito de uso da concessão	259.631	44.554	-	-	-	304.185
	<u>(5.205.865)</u>	<u>(315.424)</u>	<u>20.575</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.500.714)</u>
Outros	(811.611)	(56.288)	721	-	-	(867.178)
Obrigações especiais – outros	17.204	2.388	-	-	-	19.592
	<u>(794.407)</u>	<u>(53.900)</u>	<u>721</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(847.586)</u>
TOTAL EM SERVIÇO - AMORTIZAÇÃO	(6.000.272)	(369.324)	21.296	-	-	(6.348.300)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	2.716.453	(369.324)	(12.066)	(117.660)	188.025	2.405.428
Outros	116.105	30.545	-	(15.826)	-	130.824
Obrigações especiais – outros	-	(1.895)	-	1.895	-	-
	<u>116.105</u>	<u>28.650</u>	<u>-</u>	<u>(13.931)</u>	<u>-</u>	<u>130.824</u>
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	116.105	28.650	-	(13.931)	-	130.824
TOTAL DO INTANGÍVEL	2.832.558	(340.674)	(12.066)	(131.591)	188.025	2.536.252

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01, vide Nota 10.

^(b) Vide adições na Nota 11.

15. FORNECEDORES

	30.09.2021	31.12.2020
Comercialização no mercado de curto prazo	272.236	373.554
Encargos de uso da rede elétrica	102.929	130.789
Energia livre – ressarcimento às geradoras	117.001	114.121
Leilões de energia	481.879	344.148
Itaipu binacional	275.653	265.699
UTE Norte Fluminense	186.797	192.982
Materiais e serviços	171.846	145.223
TOTAL	1.608.341	1.566.516

16. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	30.09.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar ^(a)	162.754	140.867	303.621	119.258	120.374	239.632
Parcelamento - Lei 11.941/09	23.395	49.954	73.349	23.741	71.399	95.140
INSS	1.063	-	1.063	-	-	-
Outros	10.819	-	10.819	6.517	-	6.517
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	198.031	190.821	388.852	149.516	191.773	341.289
IRRF a pagar	128	-	128	841	-	841
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR	128	-	128	841	-	841
TOTAL	198.159	190.821	388.980	150.357	191.773	342.130

^(a) O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiador	Circulante			Não circulante	Total	
	Principal	Encargos	Total		30.09.2021	31.12.2020
TN - Par Bond	-	6.016	6.016	211.699	217.715	204.865
TN - Caução - Par Bond	-	-	-	(203.276)	(203.276)	(194.568)
TN - Discount Bond	-	913	913	147.717	148.630	141.809
TN - Caução - Discount Bond	-	-	-	(141.408)	(141.408)	(135.265)
4131 Citibank 2019	-	-	-	-	-	416.087
4131 Citibank 2021	-	-	-	217.576	217.576	-
Bonds 2018	-	-	-	-	-	1.366.652
Bonds 2021	-	27.233	27.233	2.175.760	2.202.993	-
Subtotal - Moeda estrangeira	-	34.162	34.162	2.408.068	2.442.230	1.799.580
Custo de captação	-	-	-	(28.095)	(28.095)	(8.989)
Custos - Moeda estrangeira	-	-	-	(28.095)	(28.095)	(8.989)
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL	-	34.162	34.162	2.379.973	2.414.135	1.790.591
CCB - IBM 2019	-	-	-	-	-	416
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	-	-	-	-	-	8.335
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	-	-	-	-	-	5.668
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	-	-	-	-	-	51.230
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	-	-	-	-	-	171
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	-	-	-	-	-	116
BNDES - Capex 2017/18	-	-	-	-	-	226.341
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	-	-	-	-	-	2.427
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	-	-	-	-	-	2.440
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	-	-	-	-	-	1.881
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	-	-	-	-	-	4.828
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	-	-	-	-	-	448
FINEP - Inovação e pesquisa	15.462	25	15.487	-	15.487	32.914
Nota Promissória - 5ª NP	100.000	15.453	115.453	100.000	215.453	208.212
FIDC 2018 Série A	202.932	1.761	204.693	403.332	608.025	747.669
FIDC 2018 Série B	94.516	635	95.151	165.404	260.555	309.635
Cotas Subordinadas FIDC	-	-	-	(36.447)	(36.447)	(38.046)
Retenção FIDC	(29.301)	-	(29.301)	-	(29.301)	(26.668)
Fianças bancárias diversas	-	42	42	-	42	60
Subtotal - Moeda nacional	383.609	17.916	401.525	632.289	1.033.814	1.538.077
Custo de captação	(8.832)	-	(8.832)	(12.468)	(21.300)	(31.970)
Custos - Moeda nacional	(8.832)	-	(8.832)	(12.468)	(21.300)	(31.970)
MOEDA NACIONAL - TOTAL	374.777	17.916	392.693	619.821	1.012.514	1.506.107
TOTAL	374.777	52.078	426.855	2.999.794	3.426.649	3.296.698

Segue abaixo quadro com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2021:

Financiador	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. ^(a)	Taxa efetiva ^(a)	Amortização do principal		
					Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	29.04.1996	US\$	USD + 6,00%	7,02%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Par Bond	29.04.1996	US\$	US\$ Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Discount Bond	29.04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	0,97%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Discount Bond	29.04.1996	US\$	US\$ Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
4131 Citibank 2019 ^(b)	05.09.2019	US\$	CDI + 1,50%	N/A	Anual	Mar/2020	Set/2021
Bonds 2018	03.05.2018	US\$	142,79% do CDI	N/A	Única	Mai/2023	Mai/2023
Bonds 2021	18.06.2021	US\$	143,43% do CDI	4,27%	Única	Jun/2026	Jun/2026
4131 Citibank 2021	30.09.2021	US\$	CDI + 1,85%	4,89%	Única	Mar/2025	Mar/2025
CCB - IBM 2019 ^(a)	09.05.2019	R\$	CDI	N/A	Mensal	Mai/2019	Mai/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub A ^(b)	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub B ^(b)	28.11.2014	R\$	Selic + 2,78%	N/A	Mensal	Mar/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub C ^(b)	28.11.2014	R\$	6,00%	N/A	Mensal	Abr/2015	Ago/2024
BNDES - Capex 2013/14 Sub D ^(b)	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub E ^(b)	28.11.2014	R\$	Selic + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - CAPEX 2017/18 ^(b)	28.12.2018	R\$	IPCA + 6,14%	N/A	Mensal	Jun/2019	Abr/2026
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D ^(b)	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E ^(b)	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F ^(b)	16.12.2013	R\$	Selic + 2,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G ^(b)	16.12.2013	R\$	3,50%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2023
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H ^(b)	16.12.2013	R\$	TJLP	N/A	Mensal	Jan/2019	Dez/2021
FINEP - Inovação e Pesquisa	16.04.2014	R\$	4,00%	4,00%	Mensal	Mai/2016	Mai/2022
Nota Promissória - 5ª NP	27.12.2019	R\$	CDI + 1,25%	4,27%	Anual	Dez/2020	Dez/2022
FIDC 2018 Série A	04.04.2018	R\$	CDI + 1,20%	4,22%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024
FIDC 2018 Série B	04.04.2018	R\$	IPCA + 5,75%	16,59%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024

^(a) Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de swap.

^(b) Liquidados ao longo de 2021.

As principais operações financeiras nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 foram:

- Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia efetuou a amortização antecipada da totalidade do saldo devedor dos contratos de financiamento celebrados com o BNDES no montante total de R\$300.555, com custo médio de IPCA + 5,11% a.a.
- Em 18 de junho de 2021, foram internalizados os recursos captados através da oferta no mercado internacional de notes units, no valor total de R\$2.014.120 (USD 400 milhões). As notes units têm vencimento em 18 de junho de 2026 e farão jus a juros remuneratórios semestrais de 4,375% ao ano. A Companhia contratou hedge para todo o fluxo da operação, na modalidade full swap, com custo médio de 143,43% do CDI. Os recursos obtidos serão utilizados pela Companhia para (i) pagamento de dívidas de curto e longo prazo; e (ii) reforço de sua liquidez.
- Em 21 de julho de 2021 foi realizado o resgate antecipado de todas as 7.250% Notes Units com vencimento em 2023, bem como suas respectivas notes subjacentes em circulação no mercado internacional que contemplavam 7.250% notes sênior emitidas pela Companhia garantidas pela Light S.A. O montante pago foi de R\$1.364.090 (USD 260.000) de principal, mais juros e taxas. As respectivas operações de derivativos (NDF's) foram vencidas na mesma data.

- Em 08 de setembro de 2021 a Companhia amortizou a totalidade do saldo devedor da dívida com o Citibank, no valor de R\$414.184 (US\$ 80.000) e mais juros devidos. A respectiva operação de hedge foi liquidada na mesma data.
- Em 30 de setembro de 2021, foi realizada a captação de R\$216.640 (US\$ 40.000) junto ao Citibank pela Companhia com vencimento bullet para março de 2025. A operação possui swap até o final da dívida ao custo de CDI + 1,85% a.a.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por avais da controladora Light S.A.. Ademais, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da Companhia, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 30 de setembro de 2021, os empréstimos e financiamentos, líquidos do swap, da Companhia tem avais, fianças ou garantias corporativas da controladora Light S.A, no montante de R\$2.551.989 (R\$1.609.447 em 31 de dezembro de 2020).

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação, e os custos com fees de covenants (waivers) têm os seguintes vencimentos:

	30.09.2021			31.12.2020		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2022	177.348	-	177.348	463.217	-	463.217
2023	322.190	-	322.190	373.571	1.351.142	1.724.713
2024	132.751	14.732	147.483	179.413	13.546	192.959
2025	-	217.576	217.576	42.103	-	42.103
2026	-	2.175.760	2.175.760	14.035	-	14.035
TOTAL	632.289	2.408.068	3.040.357	1.072.339	1.364.688	2.437.027

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2020	3.265.468	31.230	3.296.698
Captações	2.230.760	-	2.230.760
Variação monetária e cambial	194.436	-	194.436
Encargos financeiros provisionados	-	195.922	195.922
Encargos financeiros pagos	-	(176.694)	(176.694)
Amortização do principal	(2.306.625)	-	(2.306.625)
Amortização do custo de captação	20.953	-	20.953
Custo de captação	(29.389)	-	(29.389)
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(1.032)	-	(1.032)
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	1.620	1.620
SALDO EM 30.09.2021	3.374.571	52.078	3.426.649

	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2019	3.414.930	20.874	3.435.804
Captações	500.000	-	500.000
Variação monetária e cambial	552.506	-	552.506
Encargos financeiros provisionados	-	179.161	179.161
Encargos financeiros pagos	-	(141.079)	(141.079)
Amortização do principal	(860.478)	-	(860.478)
Amortização do custo de captação	9.817	-	9.817
Custo de captação	(5.811)	-	(5.811)
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	2.775	-	2.775
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	9.310	9.310
SALDO EM 30.09.2020	3.613.739	68.266	3.682.005

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na Nota 30.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (cross default). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados covenants não financeiros. Os empréstimos com o Citibank e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (covenants). Já os Bonds possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (covenants). Em 30 de setembro de 2021, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.

18. DEBÊNTURES

Emissão	Circulante			Não circulante	Total	
	Principal	Encargos	Total		30.09.2021	31.12.2020
Debêntures 8ª Emissão	39.151	3.690	42.841	156.698	199.539	235.513
Debêntures 9ª Emissão Série A	-	-	-	-	-	250.962
Debêntures 9ª Emissão Série B	106.527	4.627	111.154	106.527	217.681	673.249
Debêntures 13ª Emissão	-	39.613	39.613	555.646	595.259	527.136
Debêntures 15ª Emissão Série 1	-	19.678	19.678	626.462	646.140	593.332
Debêntures 15ª Emissão Série 2	80.000	4.710	84.710	80.000	164.710	161.372
Debêntures 16ª Emissão Série 1	132.500	3.092	135.592	-	135.592	133.276
Debêntures 16ª Emissão Série 2	-	10.566	10.566	422.950	433.516	425.738
Debêntures 16ª Emissão Série 3	-	1.591	1.591	62.500	64.091	62.925
Debêntures 17ª Emissão Série 1	-	13.089	13.089	500.400	513.489	503.960
Debêntures 17ª Emissão Série 2	-	1.366	1.366	50.000	51.366	50.382
Debêntures 17ª Emissão Série 4	-	8.433	8.433	168.145	176.578	158.714
Debêntures 18ª Emissão	-	-	-	-	-	403.686
Debêntures 19ª Emissão	-	6.726	6.726	553.338	560.064	529.227
Debêntures 20ª Emissão	-	4.183	4.183	661.785	665.968	628.161
Debêntures 21ª Emissão	-	5.762	5.762	360.000	365.762	-
Debêntures 22ª Emissão	-	13.295	13.295	942.440	955.735	-
Subtotal - Debêntures	358.178	140.421	498.599	5.246.891	5.745.490	5.337.633
Custo de captação	(23.405)	-	(23.405)	(69.379)	(92.784)	(73.571)
Custo fee de covenants	(1.321)	-	(1.321)	(2.120)	(3.441)	(5.714)
Custos - Debêntures	(24.726)	-	(24.726)	(71.499)	(96.225)	(79.285)
TOTAL	333.452	140.421	473.873	5.175.392	5.649.265	5.258.348

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures existentes em 2021:

Emissão	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Taxa efetiva	Amortização do Principal		
					Forma de pagamento	Início	Término
Debêntures 8ª Emissão	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	4,20%	Anual	Jun/2015	Jun/2026
Debêntures 9ª Emissão Série A ^(a)	15.06.2013	R\$	CDI + 1,15%	N/A	Anual	Mar/2018	Mai/2021
Debêntures 9ª Emissão Série B	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	16,57%	Anual	Mai/2020	Mai/2023
Debêntures 13ª Emissão	01.11.2017	R\$	IPCA + 7,44%	18,45%	Única	Out/2022	Out/2022
Debêntures 15ª Emissão Série 1	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	17,78%	Anual	Out/2024	Out/2025
Debêntures 15ª Emissão Série 2	12.09.2018	R\$	CDI + 2,20%	5,25%	Anual	Out/2021	Out/2022
Debêntures 16ª Emissão Série 1	26.04.2019	R\$	CDI + 0,90%	3,91%	Única	Abr/2022	Abr/2022
Debêntures 16ª Emissão Série 2	26.04.2019	R\$	CDI + 1,25%	4,27%	Anual	Abr/2023	Abr/2024
Debêntures 16ª Emissão Série 3	26.04.2019	R\$	CDI + 1,35%	4,37%	Única	Abr/2025	Abr/2025
Debêntures 17ª Emissão Série 1	11.10.2019	R\$	CDI + 1,50%	4,52%	Única	Out/2022	Out/2022
Debêntures 17ª Emissão Série 2	11.10.2019	R\$	CDI + 1,75%	4,78%	Anual	Out/2023	Out/2024
Debêntures 17ª Emissão Série 4	11.10.2019	R\$	IPCA + 5,25%	16,03%	Anual	Out/2025	Out/2026
Debêntures 18ª Emissão ^(a)	09.04.2020	R\$	CDI + 2,51%	N/A	Única	Abr/2021	Abr/2021
Debêntures 19ª Emissão	15.07.2020	R\$	IPCA + 5,8%	16,64%	Única	Jul/2025	Jul/2025
Debêntures 20ª Emissão	14.08.2020	R\$	IPCA + 5,0867%	15,85%	Única	Ago/2025	Ago/2025
Debêntures 21ª Emissão	09.02.2021	R\$	CDI + 2,60%	5,66%	Anual	Jan/2023	Jan/2025
Debêntures 22ª Emissão	05.04.2021	R\$	IPCA + 4,7543%	15,49%	Anual	Abr/2029	Abr/2031

^(a) Liquidados ao longo do período de 2021.

As principais operações financeiras nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 foram:

- Em 12 de fevereiro de 2021, ocorreu a liquidação da 21ª emissão de debêntures pela Companhia no valor de R\$360.000. A operação tem o custo de CDI + 2,60% a.a. e vencimento em janeiro de 2025. Os recursos decorrentes desta debênture foram integralmente utilizados na realização da aquisição facultativa de debêntures da 2ª série da 9ª emissão da Companhia, cuja remuneração era de IPC-A + 5,74% a.a., bem como nos encargos relacionados.
- Em 15 de abril de 2021, foi quitada a 18ª emissão de debêntures da Companhia, no montante de R\$400.000 de principal.
- Em 17 de maio de 2021, foi quitada a 9ª emissão de debêntures da Companhia, 1ª série, no montante de R\$250.000 de principal.
- Em 15 de junho de 2021, foi realizada a 22ª emissão de debêntures (incentivada) da Companhia, em série única, no montante de R\$ 916.381, com vencimento em dez anos, amortizações a partir de 2029 e remuneração de IPCA + 4,7543% a.a.

Em 30 de setembro de 2021, a totalidade das debêntures da Companhia têm avais, fianças ou garantias corporativas da controladora Light S.A..

As parcelas relativas ao principal das debêntures classificadas no passivo não circulante e sem o custo de emissão e os custos com fees de covenants (waivers), têm os seguintes vencimentos:

	30.09.2021	31.12.2020
2022	1.136.047	1.493.755
2023	502.188	498.509
2024	708.845	568.123
2025	1.834.101	1.607.344
2026	123.271	117.706
Após 2026	942.439	-
TOTAL	5.246.891	4.285.437

Seguem abaixo as movimentações das debêntures ocorridas nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2020	5.198.125	60.223	5.258.348
Debêntures emitidas	1.276.381	-	1.276.381
Variação monetária	217.295	-	217.295
Encargos financeiros provisionados	-	203.841	203.841
Encargos financeiros pagos	-	(137.762)	(137.762)
Amortização do principal	(1.166.017)	-	(1.166.017)
Custo de emissão	(37.350)	-	(37.350)
Amortização custo de emissão	20.410	-	20.410
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	14.119	14.119
SALDO EM 30.09.2021	5.508.844	140.421	5.649.265

	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2019	4.398.578	43.330	4.441.908
Debêntures emitidas	1.500.000	-	1.500.000
Variação monetária	39.131	-	39.131
Encargos financeiros provisionados	-	165.176	165.176
Encargos financeiros pagos	-	(106.146)	(106.146)
Amortização de debêntures	(813.558)	-	(813.558)
Custo de emissão	(32.352)	-	(32.352)
Amortização custo de emissão	16.539	-	16.539
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	17.971	17.971
SALDO EM 30.09.2020	5.108.338	120.331	5.228.669

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na Nota 30.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (cross default). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados covenants não financeiros. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (covenants). Em 30 de setembro de 2021, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.

19. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista, cível e regulatória em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis.

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para riscos e as provisões para honorários de êxito:

TOTAL PROVISÕES	30.09.2021			31.12.2020		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	93.119	445	93.564	98.001	383	98.384
Cíveis	187.109	62.045	249.154	208.491	81.515	290.006
Fiscais	75.210	27.558	102.768	170.959	30.011	200.970
Regulatórias	51.999	-	51.999	50.719	500	51.219
TOTAL	407.437	90.048	497.485	528.170	112.409	640.579

19.1 Provisões para riscos

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, estão compostas da seguinte forma:

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2020	98.001	208.491	170.959	50.719	528.170
Adições	8.562	152.240	-	-	160.802
Atualizações	-	7.625	530	1.280	9.435
Baixas por pagamentos	(8.753)	(177.047)	(89.482)	-	(275.282)
Baixas por reversões	(4.691)	(4.200)	(6.797)	-	(15.688)
SALDO EM 30.09.2021	93.119	187.109	75.210	51.999	407.437
Depósitos judiciais em 30.09.2021	15.550	4.083	25.669	-	45.302

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2019	119.551	198.658	54.727	47.124	420.060
Adições	16.296	160.742	-	8.473	185.511
Atualizações	-	4.896	67	2.676	7.639
Baixas por pagamentos	(5.548)	(147.648)	(27)	(12.887)	(166.110)
Baixas por reversões	(35.926)	(3.437)	-	-	(39.363)
SALDO EM 30.09.2020	94.373	213.211	54.767	45.386	407.737
Depósitos judiciais em 30.09.2020	15.285	4.909	4.105	-	24.299

Em 30 de setembro de 2021, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$222.726 (R\$237.921 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$45.302 (R\$47.861 em 31 de dezembro de 2020) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas.

Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

	30.09.2021	31.12.2020
Trabalhistas	51.000	56.693
Cíveis	104.401	111.223
Fiscais	67.325	70.005
Total	222.726	237.921

Segue abaixo detalhamento das provisões para riscos:

19.1.1 Provisões trabalhistas

	30.09.2021	31.12.2020
Funcionários próprios	49.662	52.045
Funcionários terceirizados	43.457	45.956
TOTAL	93.119	98.001

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

19.1.2 Provisões cíveis

	30.09.2021	31.12.2020
Ações Cíveis ^(a)	147.905	169.648
Juizado Especial Cível ^(b)	30.755	27.031
Plano Cruzado ^(c)	8.449	11.812
TOTAL	187.109	208.491

- (a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia é ré, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de recurso em sede de liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R\$649.201, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia e 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. A Light contratou parecer de jurista renomado para elucidar seus pontos. Em janeiro de 2021, o laudo pericial contábil foi homologado, tendo a Companhia recorrido de tal decisão. Atualmente, aguarda-se o julgamento de tal recurso, de modo que entende que a exposição do risco provável para a Companhia em 30 de setembro de 2021 é de R\$89.487 (R\$84.697 em 31 de dezembro de 2020), sendo a diferença avaliada como risco de perda possível.

- (b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 94,8% da quantidade total de processos provisionados.
- (c) São ações movidas contra a Companhia relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da Companhia no período em que houve o congelamento dos preços.

19.1.3 Provisões fiscais

	30.09.2021	31.12.2020
ICMS – Créditos homologados ^(a)	46.232	46.232
ICMS – Ativo Fixo ^(b)	-	92.179
Outros	28.978	32.548
TOTAL	75.210	170.959

- (a) A Companhia provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Companhia de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. O débito atualmente é de R\$ 617.899 (R\$614.338 em 31 de dezembro de 2020). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo encerrou-se em junho de 2015, com decisão desfavorável à Companhia, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada a Execução Fiscal, tendo a Companhia apresentado apólice de seguro garantia e, na sequência, foram opostos Embargos à Execução Fiscal. Foi proferida sentença nos autos dos Embargos à Execução Fiscal reconhecendo que devem ser expurgados os encargos moratórios (correção monetária e juros de mora) da Nota de Lançamento lavrada contra a Companhia. A sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça e, no momento, aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos por ambas as partes.
- (b) Em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$92.179 se referia à discussão relacionada à Lei n° 3.188/99, que, entre outras disposições, em seu artigo 2º, limitou o direito dos contribuintes do ICMS de utilizarem os créditos gerados na aquisição de bens destinados a integrar o ativo fixo. Em 30 de abril de 2021, a Companhia quitou integralmente o débito através da adesão ao programa de anistia fiscal do Estado do Rio de Janeiro, criado pela Lei Complementar n° 189/2020, efetuando o pagamento do débito à vista, com a redução de juros e multa.

19.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- A Companhia foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R\$47.242, por meio do despacho nº 2.909/2019. Atualmente, aguarda-se a decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante considerado como perda provável em 30 de setembro de 2021 é de R\$46.257 (R\$45.118 em 31 de dezembro de 2020).
- A Companhia foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R\$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R\$16.659, por meio do ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Atualmente, aguarda-se decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante atualizado da provisão em 30 de setembro de 2021 é de R\$5.248 (R\$5.120 em 31 de dezembro de 2020).

19.2 Provisões de honorários de êxito

A Administração reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	Total
SALDO EM 31.12.2020	383	81.515	30.011	500	112.409
Adições	159	6.667	1.377	-	8.203
Atualizações	21	3.926	2.909	-	6.856
Baixas por pagamentos	(40)	(26.215)	(669)	(500)	(27.424)
Baixas por reversões	(78)	(3.848)	(6.070)	-	(9.996)
SALDO EM 30.09.2021	445	62.045	27.558	-	90.048

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Total
SALDO EM 31.12.2019	428	91.216	27.846	119.490
Adições	41	17.723	844	18.608
Atualizações	-	1.659	1.810	3.469
Baixas por pagamentos	(33)	(14.855)	(2.459)	(17.347)
Baixas por reversões	(5)	(38.276)	(377)	(38.658)
SALDO EM 30.09.2020	431	57.467	27.664	85.562

20. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

	30.09.2021		31.12.2020	
	Saldo	Quantidade de processos ^(a)	Saldo	Quantidade de processos ^(a)
Cíveis	1.338.416	42.780	785.362	44.612
Trabalhistas	331.178	1.204	291.393	1.155
Fiscais	8.514.450	777	8.160.453	726
TOTAL	10.184.044	44.761	9.237.208	46.493

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais:

20.1 Cíveis

- Irregularidades – A Companhia possui diversas ações cíveis onde se discutem irregularidades, substancialmente, decorrentes de perdas comerciais (não técnicas) ocorridas em razão de alteração de medidores, furto de equipamentos, ligações irregulares e ligações clandestinas. As discussões, em sua grande maioria, pautam-se na comprovação da irregularidade e nos valores cobrados pela concessionária em razão da constatação da mesma. Em 30 de setembro de 2021 o montante referente às ações é de R\$138.323 (R\$184.385 em 31 de dezembro de 2020).
- Faturas – Diversas discussões judiciais tramitam atualmente onde se discutem os valores cobrados pela Companhia para a prestação do serviço, como valores de demanda, valores de consumo, encargos financeiros, taxas, seguros, entre outros. Em 30 de setembro de 2021, o montante para estas ações é de R\$65.529 (R\$76.333 em 31 de dezembro de 2020).
- Acidentes - A Companhia figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço, pelas mais diversas causas. Em 30 de setembro de 2021, o montante referente às ações é de R\$35.925 (R\$34.466 em 31 de dezembro de 2020).
- Interrupção e suspensão – A Companhia figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Dentre essas ações, foi adicionado o montante de R\$559.714 em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença. Para maiores informações vide Nota 19.1.2 (a). Em 30 de setembro de 2021, o montante referente às ações é de R\$580.036 (R\$31.408 em 31 de dezembro de 2020).

- Equipamentos e redes – A Companhia possui discussões judiciais em razão dos medidores eletrônicos por ela utilizados para aferir o consumo de energia. As discussões versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores, aprovação pelo órgão metrológico, entre outros e, também, discussões acerca de sua rede, em razão de extensão, remoção ou ainda participação financeira do cliente para instalação da rede. Em 30 de setembro de 2021, o montante referente às ações é de R\$25.881 (R\$18.787 em 31 de dezembro de 2020).
- No último trimestre de 2011, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ajuizou a ação 0477418-58.2011.8.19.0001 pleiteando, aproximadamente, R\$100.000 a título de indenização em razão de interrupções ocorridas na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Destaca-se que, do valor histórico total requerido, R\$88.700 são relativos somente à interrupção ocorrida em 10 de novembro de 2009, que atingiu 40% do território brasileiro e mais de 90% do território paraguaio, o que, por si só, demonstra que suas causas fogem ao âmbito de atuação da Companhia, como distribuidora de energia elétrica. Ademais, o relatório do ONS concluiu que a origem e causa da referida interrupção foi de responsabilidade de Furnas. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia, aguardando o perito se manifestar sobre os pedidos de esclarecimentos da Companhia, bem como sobre a impugnação da CSN. Em 30 de setembro de 2021, a exposição do risco é de R\$107.837 (R\$94.600 em 31 de dezembro de 2020).
- A Companhia também litiga em ação rescisória 0002731-81.2011.8.19.0000 movida pela CSN, através da qual a siderúrgica visa desconstituir o acórdão proferido nos autos da ação de repetição de indébito nº 1995.001.073862-2, cuja discussão era acerca da legalidade das Portarias nºs 38, de 27 de fevereiro de 1986, e 45, de 04 de março de 1986, editadas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, que promoveram o reajuste de tarifas de energia elétrica de determinada classe de unidade consumidora, em que a Companhia saiu vencedora. No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o recurso da CSN foi provido para dar provimento à ação rescisória, tendo a Light interposto Recurso Extraordinário, ao qual foi negado seguimento. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Agravo Interno interposto pela Companhia contra a negativa de seguimento do Recurso Extraordinário perante o Superior Tribunal de Justiça. Em 30 de setembro de 2021, a exposição do risco para a Companhia é de R\$308.107 (R\$269.436 em 31 de dezembro de 2020).

20.2 Fiscais

- ICMS perdas comerciais – A Companhia possui três autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECP e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. No primeiro processo administrativo, após a apresentação de impugnação pela Companhia, a Junta de Revisão Fiscal converteu o julgamento em diligência. Em resposta à diligência, a Fiscalização retificou o Auto de Infração, tendo recalculado os percentuais de incorporação de perdas não técnicas na tarifa em base mensal, restando autuado apenas o ICMS devido pelas perdas não incorporadas à tarifa da distribuidora. Aguarda-se apreciação da Impugnação. A segunda autuação fiscal também aguarda julgamento da impugnação. A terceira autuação fiscal está com prazo em aberto para apresentação de Impugnação. A Companhia obteve sentença favorável no mandado de segurança e nas duas ações anulatórias, que se encontram em fase de recurso. Em 30 de setembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$946.522 (R\$761.579 em 31 de dezembro de 2020).
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais – A Companhia possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da Companhia. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da Companhia; e (ii) as outras três autuações foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário; A Companhia também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respectivamente, foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário. Em 30 de setembro de 2021, o montante dessas discussões, atualmente quantificável, é de R\$5.247.430 (R\$5.142.166 em 31 de dezembro de 2020).

- LIR/LOI - IRPJ/CSLL - A Companhia possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a Companhia desistiu integralmente do Mandado de Segurança e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Companhia quanto aos exercícios de 2004 a 2008, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que aguarda o julgamento do recurso da Companhia. Para o exercício de 2005, houve o encerramento da esfera administrativa desfavoravelmente à Companhia, que impetrou Mandado de Segurança visando anular o acórdão proferido pelo CARF e obteve liminar para suspender a exigibilidade do débito. Já para os exercícios de 2006 a 2008, houve o encerramento favorável na esfera administrativa para Companhia. Em abril de 2014, a Companhia foi autuada com relação ao exercício de 2009, e aguarda o julgamento do seu recurso especial. Em 30 de setembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$450.830 (R\$446.269 em 31 de dezembro de 2020).
- IN 86 – A Companhia foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O Processo Administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à Companhia, que impetrou Mandado de Segurança. Proferida sentença julgando procedente o pleito da Companhia, que foi mantida em sede de recurso de apelação da União. Aguarda-se julgamento dos embargos de declaração opostos pela União. Em 30 de setembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$470.787 (R\$465.510 em 31 de dezembro de 2020).
- ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda” - A Companhia possui três ações anulatórias, vinculadas à execuções fiscais, com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à Companhia a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Atualmente, a Companhia não possui decisão de mérito favorável nessas ações anulatórias, sendo que, em uma ação aguarda-se o julgamento do seu Recurso de Apelação, na outra foi dado provimento ao Recurso de Apelação da Companhia para declarar a nulidade da autuação e em uma ação aguarda-se julgamento dos agravos apresentados pela Companhia em face das decisões que inadmitiram o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário. Adicionalmente, a Companhia possui duas discussões administrativas. A primeira possui decisão desfavorável na esfera administrativa e aguarda-se a intimação da Companhia acerca do acórdão. A segunda autuação se encontra com prazo em aberto para apresentação de Impugnação. Em 30 de setembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$ 364.167 (R\$314.212 em 31 de dezembro de 2020).

- Despachos decisórios (53 processos) – Despachos decisórios proferidos pela Receita Federal para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela Companhia, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em junho de 2021 a Companhia obteve decisão favorável definitiva em um dos casos. Em 30 de setembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$199.756 (R\$209.129 em 31 de dezembro de 2020).
- Não homologação de compensações – A Companhia discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A Companhia aguarda o julgamento dos Embargos à Execução apresentados. Em 30 de setembro de 2021, o montante dessas discussões, é de R\$59.565 (R\$58.979 em 31 de dezembro de 2020).
- Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos) - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela Companhia com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 30 de setembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$278.117 (R\$273.687 em 31 de dezembro de 2020).
- Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”) – A Companhia foi autuada em razão da ausência de recolhimento, ao Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (“FEEF”), do ICMS correspondente a 10% (dez por cento) dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017 e recebeu uma segunda autuação em relação ao período de julho de 2017 a julho de 2019. Na primeira autuação, foi apresentada Impugnação, ainda pendente de julgamento. A segunda autuação está com prazo em aberto para a apresentação de Impugnação. A tese está sendo discutida pela Companhia por meio de Mandado de Segurança. Em 30 de setembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$115.877 (R\$45.637 em 31 de dezembro de 2020).

20.3 Trabalhistas

- Principais pedidos: Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial e reflexos, horas extras e reflexos, acidente de trabalho, diferença de adicional de periculosidade e dano moral, cujos montantes envolvidos totalizam R\$167.456 em 30 de setembro de 2021 (R\$144.576 em 31 de dezembro de 2020).
- Ação Civil Pública Cadastro de Terceiros (“ACP”) - 0100742-05.2018.5.01.0081: O Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição na Companhia que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos morais, bem como, obrigação de não fazer para que a Companhia se abstenha de praticar tal ato. Aguardando realização de audiência. Em 30 de setembro de 2021, o montante referente a esta ACP é de R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2020).

21. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora instituidora da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A Braslight foi instituída em abril de 1974 e possui quatro planos – A, B, C e D – implantados em 1975, 1984, 1998 e 2010, respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo Contribuição Definida.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R\$3.516 (reconhecido líquido de impostos no montante de R\$1.811) em decorrência da variação da taxa de desconto para o plano AB.

22. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO

OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	30.09.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	622	960	1.582	739	1.446	2.185
Máquinas e equipamentos	327	1.154	1.481	504	1.403	1.907
Veículos	30.348	40.663	71.011	44.147	55.631	99.778
TOTAL	31.297	42.777	74.074	45.390	58.480	103.870

22.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento

ATIVO DE DIREITO DE USO	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31.12.2020	2.064	1.885	95.865	99.814
Adições de arrendamentos	-	-	4.735	4.735
Remensurações	123	-	-	123
Depreciação	(615)	(458)	(33.310)	(34.383)
Baixa de arrendamentos	(122)	-	-	(122)
Saldo em 30.09.2021	1.450	1.427	67.290	70.167

ATIVO DE DIREITO DE USO	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31.12.2019	2.468	912	70.276	73.656
Adições de arrendamentos	380	-	57.482	57.862
Remensurações	215	26	3.080	3.321
Depreciação	(793)	(634)	(26.130)	(27.557)
Baixa de arrendamentos	-	-	(5.119)	(5.119)
Saldo em 30.09.2020	2.270	304	99.589	102.163

OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31.12.2020	2.184	1.906	99.780	103.870
Adições de arrendamentos	-	-	4.735	4.735
Remensurações	123	-	-	123
Pagamento da parcela	(730)	(547)	(38.000)	(39.277)
Despesa de juros	126	122	4.497	4.745
Baixa de arrendamentos	(122)	-	-	(122)
Saldo em 30.09.2021	1.581	1.481	71.012	74.074

OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31.12.2019	2.543	950	72.669	76.162
Adições de arrendamentos	380	-	57.482	57.862
Remensurações	215	26	3.080	3.321
Pagamento da parcela	(909)	(693)	(29.861)	(31.463)
Despesa de juros	151	44	4.955	5.150
Baixa de arrendamentos	-	-	(5.119)	(5.119)
Saldo em 30.09.2020	2.380	327	103.206	105.913

22.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	30.09.2021	31.12.2021
2021	11.626	45.390
2022	24.840	23.641
2023	21.226	19.732
2024	16.051	14.752
Após 2024	331	355
TOTAL	74.074	103.870

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada. Ademais, os créditos de PIS e COFINS embutidos na contraprestação de arrendamento, os quais a Companhia se beneficia, não são relevantes que ensejassem uma apresentação específica.

	30.09.2021
ATIVO DE DIREITO DE USO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	70.167
Com efeito da inflação (fluxo nominal)	74.092
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	74.074
Com efeito da inflação (fluxo nominal)	78.000

23. ENCARGOS REGULATÓRIOS

CIRCULANTE	30.09.2021	31.12.2020
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	2.164	2.045
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	4.329	4.109
Programa de Eficiência Energética – PEE	176.053	179.467
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	69.894	71.526
Quota recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE ^(a)	43.649	-
TOTAL	296.089	257.147

^(a) Refere-se ao recolhimento da CDE Conta-Covid, homologada pelo Despacho nº 939 de 5 de abril de 2021. Foi homologado pela ANEEL o montante de R\$523.787, devido pela Companhia.

24. OUTROS DÉBITOS

	30.09.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento de clientes	73.006	-	73.006	58.586	-	58.586
Taxa de iluminação pública	206.364	-	206.364	187.678	-	187.678
Reserva para reversão	1.643	32.856	34.499	-	39.427	39.427
Restituições consumidores	106.151	-	106.151	78.640	-	78.640
Honorários de sucumbência – Acordo com Furnas	6.076	-	6.076	36.459	-	36.459
Outros	10.724	-	10.724	15.313	-	15.313
TOTAL	403.964	32.856	436.820	376.676	39.427	416.103

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Segue abaixo resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020:

25.1 Ativos e receitas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					30.09.2021	31.12.2020	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2020 a 30.09.2020
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Companhia com a CEMIG ^(b)	N/A ^(a)	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	90	-	1.294
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Companhia com a Light Energia	N/A ^(a)	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	2.516	2.001	20.961	17.571
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Companhia com a Lightger	N/A ^(a)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	347	289
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente a Companhia à Light Energia	N/A ^(a)	A partir de jan/2006. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	55	44	497	400
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Companhia à Light Conecta	N/A ^(a)	A partir de out/2007. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	5	11	5	19
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Companhia à Lightcom	N/A ^(a)	A partir de out/2007. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	4	3	38	31
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas	N/A ^(a)	A partir de abril/2018 Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	58	-	625	1.152
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Companhia com a Lajes Energia	N/A	A partir de março/2018 Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	38	-	304	256
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição e Energia da Companhia com a Light Conecta	N/A	A partir de Out/2018 Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	-	-	570	823

^(a) Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) Como resultado da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("follow-on") realizada pela controladora Light S.A. e concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG ao realizar a venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Light S.A. deixou de ser parte relacionada da Companhia.

25.2 Passivos e despesas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					30.09.2021	31.12.2020	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2020 a 30.09.2020
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Companhia com a CEMIG ^(b)	275.238	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	-	2.873	-	(36.257)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da Companhia com a CEMIG ^(b)	N/A	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	2.325	-	(14.625)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da Companhia com a Light Energia	N/A ^(a)	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	189	-	(1.928)	(2.547)
Fornecedor - Compromisso com encargo de conexão da Companhia com a Light Energia	N/A ^(a)	A partir de dez/2005. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	244	269	(2.258)	(2.407)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da Companhia com a Axxiom	N/A ^(b)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	1.782	1.441	(10.406)	(11.029)
Plano Previdenciário - Compromisso da Companhia com a Fundação de Seguridade Social – Braslight - Patrocinadora da fundação	N/A.	A partir de Dez/2020. Vencimento indeterminado	N/A	N/A	5.327	5.327	-	-
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas	N/A	A partir de abril/2018 Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	-	-	(1.959)	(1.355)

^(a) Os contratos de encargo de conexão e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado

^(c) Como resultado da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("follow-on") realizada pela controladora Light S.A. e concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG ao realizar a venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Light S.A. deixou de ser parte relacionada da Companhia.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos entres as partes.

25.3 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020.

	Acumulado 9 meses	
	2021	2020
Honorários e benefícios de curto prazo	9.210	6.332
Bônus	3.640	2.940
Encargos Sociais	2.947	1.279
Benefícios pós-emprego	383	217
Benefícios assistenciais	889	900
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	79	62
TOTAL	17.148	11.730

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital social

Em 30 de setembro de 2021 o capital social da Light Serviços de Eletricidade S.A. é de R\$5.486.365 (R\$4.146.365 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 489.146.367.202 (quatrocentos e oitenta e nove bilhões, cento e quarenta e seis milhões, trezentos e sessenta e sete mil, duzentos e dois) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de propriedade integral da Light S.A..

Em 25 de janeiro de 2021, ocorreu a subscrição e integralização de 1.340.000.000 (um bilhão trezentos e quarenta milhões) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, mediante aporte de numerários realizados pela controladora Light S.A. no montante de R\$1.340.000.

26.2 Reservas de lucro

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória e foi constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até os limites estabelecidos por Lei.

Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.

Reserva especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Administração informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R\$273.923.

26.3 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2021	2020	2021	2020
Lucro do período	374.458	86.735	197.333	35.114
Média ponderada do número de ações ordinárias	481.121.609.747	392.849.277.746	481.121.609.747	392.849.277.746
LUCRO DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS	0,00078	0,00022	0,00041	0,00009

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

27. RECEITA LÍQUIDA

	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2021	2020	2021	2020
Fornecimento, suprimento e receita de uso da rede (Nota 27.1)	4.370.183	3.833.040	13.545.847	11.822.483
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(9.797)	(6.054)	(31.721)	(14.957)
Mecanismo de venda excedente (MVE)	-	10.414	-	20.722
Arrendamentos, aluguéis e outras	19.051	18.835	57.441	62.582
Receita de construção	278.428	230.129	672.191	570.819
Renda de prestação de serviço	1.077	2.402	1.441	3.107
Subvenção CDE	69.935	62.078	218.138	194.060
Serviço taxado	1.579	510	4.626	2.505
Valor justo do ativo financeiro de concessão (Nota 10)	166.580	69.082	383.900	71.912
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (Nota 8)	16.451	11.153	28.748	26.182
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 8)	596.935	264.523	1.023.023	254.956
RECEITA BRUTA	5.510.422	4.496.112	15.903.634	13.014.371
ICMS	(1.122.455)	(957.315)	(3.630.255)	(3.082.499)
PIS / COFINS	(390.598)	(315.747)	(1.118.019)	(902.931)
Outros	(1.140)	(1.024)	(3.044)	(3.169)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(1.514.193)	(1.274.086)	(4.751.318)	(3.988.599)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(385.335)	(325.947)	(1.164.936)	(977.841)
Empresa de Pesquisa Energética -EPE	(3.106)	(2.545)	(8.763)	(7.247)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(6.214)	(5.090)	(17.530)	(14.496)
Eficiência Energética - PEE	(15.534)	(12.076)	(47.898)	(32.161)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(6.214)	(5.090)	(17.530)	(14.496)
Outros encargos - PROINFA	(16.103)	(9.573)	(47.183)	(29.272)
Outros encargos	(2.637)	(2.616)	(7.897)	(7.820)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(435.143)	(362.937)	(1.311.737)	(1.083.333)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(1.949.336)	(1.637.023)	(6.063.055)	(5.071.932)
RECEITA LÍQUIDA	3.561.086	2.859.089	9.840.579	7.942.439

27.1 Fornecimento, suprimento de energia elétrica e receita de uso da rede

	3º Trimestre					
	N ° de clientes faturados (a) (b)		GWh (a)		R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Residencial	3.988.725	3.971.498	1.746	1.861	1.431.619	1.268.488
Industrial	8.809	9.383	97	116	80.416	72.473
Comércio, serviços e outras	318.093	321.748	946	1.029	769.154	676.340
Rural	9.868	8.820	11	13	2.416	2.124
Poder público	12.579	12.410	272	295	205.257	168.669
Iluminação pública	760	744	141	187	80.014	71.121
Serviço público	1.836	1.757	243	247	147.671	114.311
Consumo próprio	450	449	29	29	-	-
Receita de uso da rede	1.436	1.135	2.221	2.242	478.603	353.694
FORNECIMENTO FATURADO	4.342.556	4.327.944	5.706	6.019	3.195.150	2.727.220
ICMS	-	-	-	-	1.122.454	957.314
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	52.579	148.506
TOTAL FORNECIMENTO	4.342.556	4.327.944	5.706	6.019	4.370.183	3.833.040

(a) Não revisado pelos auditores independentes

(b) Número de contas faturadas de setembro, com e sem consumo

	Acumulado 9 meses					
	N ° de clientes faturados ^(a) ^(b)		GWh ^(a)		R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Residencial	3.988.725	3.971.498	6.259	6.149	4.716.224	4.129.664
Industrial	8.809	9.383	317	347	233.137	218.797
Comércio, serviços e outras	318.093	321.748	3.164	3.368	2.390.956	2.193.872
Rural	9.868	8.820	35	41	7.023	7.632
Poder público	12.579	12.410	891	937	630.352	560.941
Iluminação pública	760	744	491	558	227.094	209.384
Serviço público	1.836	1.757	714	727	397.102	314.732
Consumo próprio	450	449	89	86	-	-
Receita de uso de rede	1.436	1.135	6.992	6.836	1.371.595	1.079.883
FORNECIMENTO FATURADO	4.342.556	4.327.944	18.952	19.049	9.973.483	8.714.905
ICMS	-	-	-	-	3.630.254	3.082.498
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	(57.890)	25.080
TOTAL FORNECIMENTO	4.342.556	4.327.944	18.952	19.049	13.545.847	11.822.483

^{a)} Não revisado pelos auditores independentes

^(b) Número de contas faturadas de setembro, com e sem consumo

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	Custos com energia		Custos de operação		Custos com energia		Custos de operação	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal e administradores	-	-	(49.151)	(56.143)	-	-	(171.869)	(206.113)
Materiais	-	-	(4.049)	(7.399)	-	-	(13.439)	(19.471)
Serviços de terceiros	-	-	(44.657)	(69.838)	-	-	(184.284)	(200.965)
Energia comprada para revenda (nota 28.1)	(2.551.727)	(1.886.572)	-	-	(7.252.808)	(5.427.261)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(135.777)	(127.801)	-	-	(398.421)	(382.637)
Custo de construção	-	-	(278.428)	(230.129)	-	-	(672.191)	(570.819)
Multas financeiras de clientes e fornecedores	-	-	25.212	21.361	-	-	85.525	82.831
Outras receitas (custos) operacionais	-	-	2.453	(6.820)	-	-	(424)	(12.884)
TOTAL	(2.551.727)	(1.886.572)	(484.397)	(476.769)	(7.252.808)	(5.427.261)	(1.355.103)	(1.310.058)

DESPESAS	Despesas gerais e administrativas			
	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal e administradores	(27.520)	(30.962)	(89.363)	(85.396)
Materiais	(80)	(161)	(7.895)	(610)
Serviços de terceiros	(41.894)	(43.123)	(130.934)	(140.200)
Depreciação e amortização	(6.545)	(6.397)	(15.014)	(19.860)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(245.833)	(173.324)	(518.205)	(519.477)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e depósitos judiciais e PDV	(53.218)	20.843	(158.043)	(121.317)
Outras despesas	(8.945)	(3.696)	(30.613)	(34.659)
TOTAL	(384.035)	(236.820)	(950.067)	(921.519)

28.1 Energia elétrica comprada para revenda

	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	GWh ^(a)		R\$		GWh ^(a)		R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Energia comprada para revenda								
Mercado de curto prazo CCEE	(1.291)	(963)	(321.297)	(104.048)	(1.679)	(2.088)	(1.046.169)	(362.624)
Itaipu - Binacional	1.148	1.166	(389.682)	(420.543)	3.393	3.455	(1.175.967)	(1.174.801)
UTE Norte Fluminense	1.601	1.601	(842.325)	(655.624)	4.750	4.768	(2.502.520)	(1.936.274)
Leilão de energia	2.340	3.410	(921.855)	(439.557)	7.407	9.525	(2.193.370)	(1.402.950)
Cotas de garantia física	1.320	1.383	(185.817)	(173.517)	4.416	4.641	(512.999)	(500.090)
Cota de nucleares	218	217	(49.680)	(59.964)	646	647	(149.038)	(179.893)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos uso da rede básica e ONS	-	-	(262.038)	(347.425)	-	-	(909.257)	(778.956)
Encargos de conexão - Transmissão	-	-	(27.053)	(19.096)	-	-	(72.615)	(56.921)
Transporte de energia - Itaipu	-	-	(23.388)	(38.219)	-	-	(96.845)	(98.467)
PROINFA	108	114	(34.426)	(34.145)	294	317	(104.404)	(101.881)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	225.265	202.442	-	-	665.471	566.679
ICMS sobre compra ^(b)	-	-	280.569	203.124	-	-	844.905	598.917
TOTAL	5.444	6.928	(2.551.727)	(1.886.572)	19.227	21.265	(7.252.808)	(5.427.261)

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

^(b) Crédito proveniente do Decreto nº 46.207, no qual o Estado do Rio de Janeiro revogou o diferimento tributário do ICMS sobre compras de máquinas, equipamentos, materiais e gás natural.

29. RESULTADO FINANCEIRO

	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2021	2020	2021	2020
RECEITA				
Acréscimo moratório sobre venda de energia	14.357	20.130	29.064	55.571
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	35.602	6.697	62.290	19.275
Operações de swap	177.578	66.563	30.727	711.513
Atualização de depósitos judiciais	1.052	726	2.832	3.979
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 08)	9.865	2.669	17.077	30.720
Atualização de créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS (Nota 06)	4.049	5.187	9.974	25.707
Outras receitas financeiras	15.711	2.655	23.328	10.616
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	258.214	104.627	175.292	857.381
DESPESA				
Atualização monetária das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(4.724)	(3.113)	(16.291)	(11.108)
Despesas com passivos tributários	(452)	(4.598)	(5.767)	(5.921)
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e custo de transação	(203.638)	(117.371)	(441.126)	(370.693)
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	(348.800)	(85.885)	(411.731)	(591.637)
Variação cambial sobre faturas de energia	(23.771)	(5.058)	(13.070)	(63.477)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(4.203)	(1.893)	(7.508)	(8.196)
Outras despesas financeiras	(11.962)	(2.328)	(25.087)	(31.986)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(597.550)	(220.246)	(920.580)	(1.083.018)
RESULTADO FINANCEIRO	(339.336)	(115.619)	(745.288)	(225.637)

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

30.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

ATIVO	Níveis	30.09.2021		31.12.2020	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
<u>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)</u>					
<u>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</u>					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 3)	2	12.479	12.479	36.206	36.206
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes (Nota 5)	2	3.313.817	3.313.817	3.292.584	3.292.584
Serviços prestados a receber	2	36.021	36.021	41.381	41.381
Depósitos vinculados a litígios	2	222.726	222.726	237.921	237.921
Ativos financeiros do setor (Nota 8)	3	1.130.416	1.130.416	73.719	73.719
Outros créditos (Nota 09)	2	522.590	522.590	454.716	454.716
<u>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</u>					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 3)	2	50.130	50.130	419.809	419.809
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	2	2.288.643	2.288.643	1.369.973	1.369.973
Ativo financeiro da concessão (Nota 10)	3	6.570.740	6.570.740	5.197.313	5.197.313
Instrumentos financeiros swaps	2	77.447	77.447	640.100	640.100
TOTAL		14.225.009	14.225.009	11.763.722	11.763.722
<u>PASSIVO</u>					
<u>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)</u>					
<u>MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO</u>					
Fornecedores (Nota 15)	2	1.608.341	1.608.341	1.566.516	1.566.516
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	2	3.426.649	3.273.907	3.296.698	2.749.114
Debêntures (Nota 18)	2	5.649.265	4.694.692	5.258.348	5.345.114
Obrigações por arrendamento mercantil (Nota 22)	2	74.074	74.074	103.870	103.870
Passivos financeiros do setor (Nota 8)	3	390.793	390.793	-	-
Encargos regulatórios (Nota 23)	2	296.089	296.089	257.147	257.147
Outros débitos (Nota 24)	2	436.820	436.820	416.103	416.103
<u>MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO</u>					
Instrumentos financeiros swaps	2	5.361	5.361	-	-
TOTAL		11.887.392	10.780.077	10.898.682	10.437.864

Métodos e técnicas de avaliação

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como valor justo por meio do resultado, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os períodos e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do período estão evidenciados, assim como as premissas, na Nota 10.

30.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

30.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura da dívida por moeda e indexador (não inclui encargos financeiros):

	30.09.2021		31.12.2020	
	R\$	%	R\$	%
USD	2.379.973	26,8	1.771.435	20,9
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	2.379.973	26,8	1.771.435	20,9
CDI	2.507.190	28,2	2.992.114	35,4
IPCA	3.980.790	44,8	3.597.490	42,5
TJLP	-	-	13.777	0,2
Outros	15.462	0,2	88.777	1,0
TOTAL - MOEDA NACIONAL	6.503.442	73,2	6.692.158	79,1
TOTAL	8.883.415	100,0	8.463.593	100,0

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de swap, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os swaps, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 30 de setembro de 2021 é de 0,24% do total da dívida em moeda estrangeira (0,21% em 31 de dezembro de 2020).

30.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos Bonds no Mercado Internacional, já foram contratadas com swap para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Instituição	Moeda	Light SESA recebe	Light SESA paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial R\$ 30.09.2021	Valor Nocial US\$ 30.09.2021	Swap (accrual) R\$ 30.09.2021	Swap valor justo (contábil) R\$ 30.09.2021	Valor Justo x Accrual 30.09.2021
Citibank	US\$	US\$ + Libor3M + 1,18%	CDI + 1,85%	30.09.2021	31.03.2025	217.576	40.000	(936)	5.361	6.297
Bradesco (Bond 2021)	US\$	US\$ + 4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.414.244	260.000	(96.686)	(51.334)	45.352
Santander (Bond 2021)	US\$	US\$ + 4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	271.970	50.000	(18.594)	(9.872)	8.722
M. Stanley (Bond 2021)	US\$	US\$ + 4,3750 % a.a.	144,40% CDI	18.06.2021	18.06.2026	271.970	50.000	(18.553)	(8.680)	9.873
XP (Bond 2021)	US\$	US\$ + 4,3750 % a.a.	143,65% CDI	18.06.2021	18.06.2026	217.576	40.000	(14.863)	(7.561)	7.302
TOTAL						2.393.336	440.000	(149.632)	(72.086)	77.546

Instituição	Moeda	Light SESA recebe	Light SESA paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial R\$ 31.12.2020	Valor Nocial US\$ 31.12.2020	Swap (accrual) R\$ 31.12.2020	Swap valor justo (contábil) R\$ 31.12.2020	Valor Justo x Accrual 31.12.2020
Citibank	US\$	US\$ + Libor3M + 1,02%	CDI + 1,50%	05.09.2019	08.09.2021	415.736	80.000	(81.552)	(78.204)	3.348
Bradesco (Bond)	US\$	US\$ + 7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	519.670	100.000	(104.400)	(236.151)	(131.751)
Bradesco (Bond)	US\$	US\$ + 7,25 % a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	831.472	160.000	(347.999)	(378.199)	(30.200)
Santander (Bond)	US\$	US\$ + 1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	86.433	16.632	(2.256)	(25.750)	(23.494)
TOTAL						1.853.311	356.632	(536.207)	(718.304)	(182.097)

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (accrual) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 30 de setembro de 2021, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 30 de setembro de 2022. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 30 de setembro de 2021. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 em 30 de setembro de 2021.

OPERAÇÃO	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
			Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS			(179.990)	(835.546)	(1.491.102)
TN - Par Bond	US\$	40.025	(16.045)	(74.485)	(132.925)
TN - Caução - Par Bond	US\$	(37.371)	14.981	69.545	124.110
TN - Discount Bond	US\$	27.325	(10.954)	(50.850)	(90.746)
TN - Caução - Discount Bond	US\$	(25.997)	10.422	48.379	86.336
4131 Citibank 2021	US\$	40.000	(16.035)	(74.438)	(132.841)
Bonds (2021)	US\$	405.007	(162.359)	(753.697)	(1.345.036)
DERIVATIVOS			178.394	828.135	1.477.876
Swaps de moeda (ponta ativa)	US\$	(445.007)	178.394	828.135	1.477.876
TOTAL DE PERDA			(1.596)	(7.411)	(13.226)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros				+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 30.09.2022)			5,84	7,30	8,76

30.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia não possuía contratos de swap de juros em aberto.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 30 de setembro de 2022. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 30 de setembro de 2021. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 em 30 de setembro de 2021.

OPERAÇÃO	R\$		
	Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS	65.698	12.939	(39.821)
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	65.698	12.939	(39.821)
PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS	2.182	(128.774)	(259.730)
Libor6M	(366)	(516)	(666)
Libor3M	(382)	(542)	(702)
CDI	(166.107)	(228.443)	(290.779)
IPCA	169.037	100.727	32.417
DERIVATIVOS	(188.322)	(258.994)	(329.666)
Swaps de moedas (ponta passiva)	(188.322)	(258.994)	(329.666)
TOTAL DE PERDA	(120.442)	(374.829)	(629.217)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			
CDI (% em 30.09.2022)	8,93%	6,70%	4,46%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			
CDI (% em 30.09.2022)	8,93%	11,16%	13,39%
IPCA (% em 30.09.2022)	6,33%	7,92%	9,50%
Libor3M (% em 30.09.2022)	0,29%	0,36%	0,44%
Libor6M (% em 30.09.2022)	0,40%	0,50%	0,60%

30.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 30 de setembro de 2021 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 5. A Companhia não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos à Companhia, e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus ratings.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

30.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas Notas 17 e 18.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros e cláusulas restritivas (covenants).

As notas de crédito (rating) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de publicação
Fitch	AA-	BB-	21.01.2021
S&P	AA+	-	15.07.2019
Moody's	A+.br	Ba3	29.06.2021

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	-	(1.091.725)	(8.678.800)	(1.063.574)	(10.834.099)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	-	(30.802)	(44.957)	-	(75.759)
Fornecedores	(1.608.341)	-	-	-	(1.608.341)
Swap	4.066	12.198	(88.350)	-	(72.086)
Total	(1.604.275)	(1.110.329)	(8.812.107)	(1.063.574)	(12.590.285)

30.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Companhia é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é 105% da energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

30.2.7 Risco de continuidade da concessão

A Companhia conduz suas atividades de distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da Companhia, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Companhia, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por três anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto que o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta na abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado. Contudo, conforme notificação de 25 de junho de 2019, a ANEEL informou a Companhia sobre o não atendimento aos indicadores econômico-financeiros. A Companhia diverge da interpretação da área técnica da ANEEL, visto que foi realizado um aumento de capital na Companhia, no ano de 2019, em montante superior ao necessário e para o cumprimento do referido indicador, conforme previsto no Quinto Aditivo ao Contrato de Concessão. Em 26 de janeiro de 2021, por meio do Despacho nº173/2021, a ANEEL reconheceu o cumprimento dos indicadores econômico-financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu aos critérios de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Em virtude da pandemia da COVID-19, em 21 de dezembro de 2020, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu, de forma unânime, pelo provimento da Medida Cautelar apresentada pela Companhia de modo a afastar as consequências decorrentes de eventual descumprimento do indicador econômico-financeiro previsto para o ano de 2020, nos termos do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 001/1996.

O reconhecimento da ANEEL decorreu da verificação de que as definições quanto à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, sob discussão no âmbito da Consulta Pública nº 035/2020, são correlacionadas ao cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos contratos de concessão da distribuição.

Desta forma, a ANEEL concedeu o provimento cautelar até a data de conclusão da referida Consulta Pública, ocasião em que restarão definidas as métricas para o reequilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras e, conseqüentemente, permitirão que a ANEEL verifique o cumprimento do indicador econômico-financeiro dos contratos de concessão.

30.3 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

	30.09.2021	31.12.2020
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	9.075.914	8.555.046
Instrumentos financeiros derivativos swaps	(72.086)	(718.304)
Dívida bruta	9.003.828	7.836.742
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	(2.351.252)	(1.825.988)
Dívida líquida (A)	6.652.576	6.010.754
Patrimônio líquido (B)	7.174.876	5.637.543
Percentual de capital de terceiros - % (A ÷ (B+A))	48%	52%

31. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, a Companhia realizou as atividades de investimento e financiamento abaixo que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Acumulado 9 meses	
	2021	2020
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	29.164	33.246
Receitas relativas à construção de ativos próprios (DVA)	672.157	570.819

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) 23ª Emissão de debêntures

Em 10 de novembro de 2021, foi realizada a 23ª emissão de debêntures da Companhia em duas séries totalizando R\$ 532.000, sendo a primeira série no montante de R\$ 263.500 com vencimento em cinco anos, amortizações anuais a partir de 2024 e remuneração de CDI + 1,65% a.a. e a segunda série no montante de R\$ 268.500 com vencimento em 7 anos, amortizações anuais a partir de 2027 e remuneração de CDI + 1,95% a.a.

b) Celebração do 7º aditivo ao contrato de concessão da Companhia

Em 09 de novembro de 2021, foi aprovado a celebração do 7º Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, com a reinserção de cláusula originalmente prevista no Contrato de Concessão que estabelece a possibilidade de renovação da concessão da Companhia por mais 30 anos, a critério do Poder Concedente, e, ainda, a revisão dos limites globais anuais dos indicadores Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora (DECI) e de Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora (FECI), conforme tabelas abaixo.

	DECI (horas)			FECI (vezes)		
	Antigo	Novo	Apurado	Antigo	Novo	Apurado
2018	9,80	10,87	8,85	6,01	6,67	5,00
2019	8,23	9,13	8,84	5,72	6,36	4,91
2020	8,14	9,03	7,04	5,43	6,04	4,66
2021	8,02	8,90	6,66	5,15	5,73	3,78
2022	7,84	8,70	-	4,86	5,40	-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Firmino Ferreira Sampaio Neto
Abel Alves Rochinha
Carlos Alberto da Cruz
Carlos Vinicius de Sá Roriz
Ana Amelia Campos Toni
Lavinia Rocha de Hollanda
Yuiti Matsuo Lopes

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

Luiz Paulo de Amorim
Sergio Xavier Fortes
Ary Waddington

SUPLENTE

Natalia Carneiro de Figueiredo
Edgar Jabbour
Marcelo Souza Monteiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Déborah Meirelles Rosa Brasil
Diretora

Daniel Campos Negreiros
Diretor

Thiago Freire Guth
Diretor

Alessandra Genu Dutra Amaral
Diretora

Carla Ferreira Medrado
Diretora

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Eduardo Fonseca Coelho
Superintendente de Controladoria
CPF 978.351.536-53

Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Contadora - Gerente de Contabilidade
CPF 094.894.347-52
CRC-RJ 103826/O-9

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**a) Composição Acionária**

a.1) Acionistas com mais de 5% das Ações da **Light S.E.S.A.**, em 30 de setembro de 2021:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.

ACIONISTAS	30.09.2021		31.12.2020	
	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Light S.A	489.146.367.202	100	392.849.277.746	100
TOTAL GERAL	489.146.367.202	100	392.849.277.746	100

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
Light Serviços de Eletricidade S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2021

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Informações Trimestrais da Companhia relativas aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021, bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes.

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor - Presidente

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Déborah Meirelles Rosa Brasil
Diretor

Daniel Campos Negreiros
Diretor

Thiago Freire Guth
Diretor

Alessandra Genu Dutra Amaral
Diretora

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2021

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Informações Trimestrais da Companhia relativas aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021, bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes.

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor - Presidente

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Déborah Meirelles Rosa Brasil
Diretor

Daniel Campos Negreiros
Diretor

Thiago Freire Guth
Diretor

Alessandra Genu Dutra Amaral
Diretora

Carla Ferreira Medrado
Diretora